

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**CIDADANIA HOMOSSEXUAL EM MANAUS: OS DESAFIOS NA
(DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOAFETIVA
FEMININA**

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

**MANAUS
2009**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE
CIDADANIA HOMOSSEXUAL EM MANAUS: OS DESAFIOS NA DESCONSTRUÇÃO DA
IDENTIDADE HOMOAFETIVA FEMININA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL

CIDADANIA HOMOSSEXUAL EM MANAUS: OS
DESAFIOS NA (DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
HOMOAFETIVA FEMININA

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

MANAUS
2009

MANAUS
2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

**CIDADANIA HOMOSSEXUAL EM MANAUS: OS DESAFIOS NA
(DES) CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOAFETIVA
FEMININA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira

**MANAUS
2009**

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Cavalcante, Lidiany de Lima

C376c Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios na (dês) construção da identidade homoafetiva feminina / Lidiany de Lima Cavalcante. - Manaus: UFAM, 2009.
162 f.; il. algumas color.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Orientadora: Prof^ª Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira

1. Identidade 2. Gênero 3. Homossexualidade I. Oliveira, Simone Eneida Baçal de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 613.885 (043.3)

LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE

**CIDADANIA HOMOSSEXUAL EM MANAUS: OS DESAFIOS NA (DES)
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE HOMOAFETIVA FEMININA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovado em 01 de setembro de 2009

Prof^a Dra. Simone Eneida Baçal de Oliveira – Presidente
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a Dra. Jucelem G. Belchior Ramos – Membro
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a Dra. Cristiane Bonfim Fernandez – Membro
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

*Às pessoas que inspiram minha vida:
Laércio, Ivana, Leanderson, Ária e Námia
Leona.*

AGRADECIMENTOS

A celebração de uma conquista tão esperada se deve a muitas pessoas, muitos rostos que passaram e deixaram suas marcas ao longo do tempo, na certeza do progresso não apenas intelectual, mas também pessoal e humano no debate de uma temática tão desafiadora. Por tudo isso, a gratidão é um sentimento nobre que deve ser cultivado cotidianamente e intensamente por onde passamos.

Agradeço primeiramente a Deus, Força-Motriz que rege minha alma nos momentos de anseio, busca e certeza de que não estou só.

A meus pais pelo incentivo desde os primeiros anos escolares, mostrando-me que o conhecimento é algo relevante ao ser humano, mas a humildade é o fator primordial que conduz a vitória.

Ao meu irmão Leanderson pelo apoio incondicional durante minha vida, sem você as coisas seriam mais difíceis de vencer.

À minha Companheira Ária, pela força e incentivo na busca constante do conhecimento e pela compreensão nos momentos de ausência.

À minha sobrinha Nárnia Leona, que mesmo na mais tenra idade me ensina todos os dias o valor de ser criança na simplicidade de um sorriso.

À minha avó Terezinha Cavalcante, que muito me ensinou o valor dos estudos na infância e hoje ainda me ensina as lições que só a vida sabe mostrar.

A amiga Lucilene Melo, por me acompanhar desde a faculdade, por acreditar no meu potencial profissional e oportunizar caminhos na esfera acadêmica: muito do que sou também devo a você!

A Prof^a Simone Baçal de Oliveira, por acolher as orientações da dissertação em um momento de incertezas e desafios. Serei eternamente grata pelo apoio, conhecimento e

debates tão edificantes no progresso da temática trabalhada.

Às professoras Jucelem Ramos e Cristiane Bonfim, pelas valiosas contribuições na fase da qualificação, dando um norte diferenciado e concreto à pesquisa. Serei eternamente grata.

Ao CRCH (Centro de Referência e Combate a homofobia) Adamor Guedes, na pessoa de Michelle Custódio, de quem recebi todo o apoio necessário para trabalhar a visibilidade da população LGBT de Manaus.

Ao movimento Social LGBT, que me acolheu no desenvolvimento da pesquisa de campo, de outras ações e palestras de sensibilização ao segmento.

Às amigas Ciza e Carla, pela amizade e pelo suporte operacional na busca dos ambientes LGBT e sujeitos da pesquisa.

Aos alunos da UFAM e UNINORTE que na época da seleção do PPGSS torceram muito pelo meu sucesso.

À Ana Paula Angiole, Alice Cavalcante, Bete Castelo Branco pelas experiências compartilhadas nessa vida, que fomentam minha evolução espiritual todos os dias.

A todos que de alguma forma se fizeram presentes e me apoiaram na realização deste trabalho.

IGUAIS

*No dia em que ela se declarou
 A cidade inteira silenciou
 Todos queriam ouvir a resposta
 Águias com seus vôos razantes, urubus
 A espreita de um pobre instante
 Rezando pelo não nas suas costas*

*E ela cantava o seu amor
 Com a sua garganta branca
 E ela jurava o seu amor
 Com sua garganta Santa*

*No dia em que a outra decidiu
 Enfrentar o mundo por aquele amor
 Sentiu o peso sobre seus ombros
 Pai, mãe, filho, irmãos, amigos
 E um casamento antigo
 Julgamentos e seus escombros*

*Mas elas se amavam tanto
 Que já não cabia engano
 Mas elas se desejavam tanto
 Mesmo o futuro uma tela em branco*

*Nunca foi tarde demais, o medo,
 A verdade desfaz
 Águias, urubus, julgamentos,
 Fobias, força bruta
 Tudo é pouco demais
 Código civil, onde se viu,
 Nêgo que enrustiu não separa os iguais*

(Isabella Tavianni)

RESUMO

A discussão da temática gênero ainda constitui-se como um desafio na sociedade contemporânea, considerando que a sociedade tradicional traz um cariz permeado pelo conservadorismo que pode chegar ao extremo das relações patriarcais. No que refere-se ao estudo da diversidade sexual, a transposição de limites é ainda maior, principalmente no que tange a visibilidade da mulher, que por natureza é inserida na sociedade com papel secundário. Nesse sentido, a relevância social do trabalho constitui-se na emergência do reconhecimento das diferenças frente às Políticas Públicas, que mesmo em pleno século XXI ainda não oferecem aportes para as diferenças, nem reconhecem a homoafetividade como condição humana. Assim, o trabalho objetivou caracterizar a cidadania homossexual em Manaus, analisando o fenômeno da (des) construção da identidade homoafetiva feminina. Os procedimentos metodológicos exigiram uma análise dialética, considerando o viés da estrutura capitalista com seus preceitos contraditórios que refletem as expressões da Questão Social, principalmente para as “minorias sociais”, vulneráveis aos conceitos e preconceitos de uma sociedade com base conservadora e tradicional. Os sujeitos do trabalho foram 25 (vinte e cinco) mulheres com orientação homoafetiva residentes na cidade de Manaus. O perfil das mulheres foi variado, já que o *locus* da pesquisa envolveu participantes do movimento social LGBT, freqüentadoras de bares e boates, usuárias de serviços públicos e membros de ligas esportivas. A análise envolveu ainda 5 (cinco) lideranças do movimento LGBT que atuam em nível de região norte, representando o Amazonas, Roraima, Pará, Amapá e Maranhão respectivamente. Aplicou-se como técnica a entrevista Estruturada com perguntas abertas e fechadas, contudo a pesquisa teve um viés quanti-qualitativo, já que buscou-se também as histórias de vida dos sujeitos sociais participantes. Os resultados do trabalho apontam para uma realidade que ainda envolve o heterocentrismo como modelo social. As mulheres ainda enfrentam desafios no que tange a construção da identidade homoafetiva, já que a sociedade tradicional ainda enxerga a mulher no plano secundário e não abre espaço para o reconhecimento da diversidade sexual como elemento fundamental da condição humana. As relações homoafetivas ainda são envoltas ao ostracismo absoluto, visto o quadro de preconceito e discriminação que resulta em homofobia, o que recai sobre a visibilidade feminina que passa a ser nula ou limitada. A conjugalidade entre mulheres apresenta conflitos, como em qualquer relação heterossexual, contudo a ausência de programas de apoio e profissionais qualificados para o atendimento às vítimas, leva ao silêncio alimentado pela ‘cultura do medo’ frente ao cariz conservador de uma sociedade normativa e heterossexista. Nesse ensejo, o segmento das mulheres homoafetivas passa por um processo de (des) construção da identidade, onde a discriminação social e sexual ainda impera sobre as ‘minorias’ que na verdade são majorias. Tais protagonistas sociais também são atores partícipes na consolidação de uma cidadania planetária, onde a homossexualidade não pode ser marcada pela violência conjugal, estrutural e institucionalizada, mas pela inclusão social efetiva de uma realidade que reconhece as diferenças de uma realidade em mutação.

Palavras chave: Identidade, Gênero e Homoafetividade

ABSTRACT

The discussion of gender issues is still to be a challenge in contemporary society, considering that the company brings a traditional style permeated by conservatism that can reach the end of patriarchal relations. As concerns the study of sexual diversity, the transposition of limits is even greater, especially with regard to women's visibility, which by nature is added to a secondary role in society. In this sense, the social relevance of the work is in the emergence of the recognition of differences in front of the Public Policy, which even in the XXI century not offer contributions to the differences, nor recognize as homoafetividade the human condition. Thus, the study aimed to characterize homosexual citizenship in Manaus, analyzing the phenomenon of (de) construction of identity homoafetiva women. The methodological procedures required a dialectical analysis, considering the bias of the capitalist structure with its precepts contradictory expressions that reflect the social issue, especially for the "social minorities, vulnerable to the concepts and prejudices of a society based conservative and traditional. The subjects of the study were 25 (twenty five) with guidance sexuality among women living in the city of Manaus. The profile of women varied as the locus of the research involved participants in the LGBT social movements, often of bars and clubs, users of public services and members of sports leagues. The analysis also included five (5) LGBT leaders of the movement that operate at the level of the northern region, representing the Amazonas, Roraima, Pará, Amapá and Maranhão respectively. Technique was applied as a structured interview with questions open and closed, though the research was a quantitative and qualitative bias, since it was also the life stories of the social subjects involved. The results of the study point to a reality that still involves the heterosexual and social model. Women still face challenges in terms of identity construction homoafetiva as the traditional society still sees a woman in the secondary and not open space for the recognition of sexual diversity as a fundamental element of the human condition. The links are still surrounded by homoafetivas ostracism absolute, since the framework of prejudice and discrimination that leads to homophobia, which falls on the female profile which is limited or nil. The conjugality women shows conflicts, as in any heterosexual relationship, however the absence of support programs and qualified professionals to care for victims, leads to the silence maintained by the 'culture of fear' against the conservative nature of society and normative heterosexual. In this occasion, the segment of women homosexuality go through a process of (de) construction of identity, where the social and sexual discrimination still prevails on the 'minorities' who are actually majorities. These players are also social actors participating in the consolidation of a global citizenship, where homosexuality can not be marked by domestic violence, structural and institutionalized, but the inclusion of an effective social reality that recognizes the differences in a changing reality.

Keyword: Identity, Gender and Sexuality Among Equals

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	42
Figura 02	43
Figura 03	43
Figura 04	44
Figura 05	48
Figura 06	50
Figura 07	51
Figura 08	61
Figura 09	61
Figura 10	61
Figura 11	123
Figura 12	124
Figura 13	126
Figura 14	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	57
Gráfico 02	68
Gráfico 03	74
Gráfico 04	76
Gráfico 05	84
Gráfico 06	85
Gráfico 07	86
Gráfico 08	94
Gráfico 09	105
Gráfico 10	106
Gráfico 11	107
Gráfico 12	109
Gráfico 13	110
Gráfico 14	111
Gráfico 15	112
Gráfico 16	118
Gráfico 17	133
Gráfico 18	134
Gráfico 19	135
Gráfico 20	138
Gráfico 21	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO _____	17
CAPÍTULO I – GENERO E PODER NA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE HOMOAFETIVA FEMININA _____	23
1.1 - Gênero e Patriarcado no Decorrer da História _____	24
1.2- A Emergência da Sociedade Capitalista e o papel da mulher _____	35
1.3 - A Orientação Sexual como Condição Humana _____	49
1.4 - Estruturas do Patriarcado na Conjugalidade Homoafetiva _____	72
CAPÍTULO II – A IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA LIVRE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL DA MULHER _____	81
2.1– A (des) Construção da Identidade Homoafetiva _____	81
2.2– A Identidade Sexual Feminina na Perspectiva da Teoria Queer: o contraponto para uma leitura crítica _____	98
2.3 - O Perfil cultural das mulheres na configuração da homossexualidade em Manaus _____	105
CAPÍTULO III – A EXPRESSÃO DA CIDADANIA HOMOSSEXUAL FEMININA EM MANAUS _____	114

3.1 Exclusão e Inclusão da Mulher no segmento LGBT: difícil equação na sociedade moderna? _____	116
3.2 A Indagação dos Direitos Sociais na Identidade Homoafetiva_____	120
3.3 Os Desafios na Construção da Identidade Homoafetiva Feminina e a cultura do medo_____	131
CONCLUSÃO _____	146
REFERÊNCIAS_____	150
APÊNDICES _____	156

INTRODUÇÃO

O debate em torno das Políticas Públicas em seu contexto geral acrescenta não apenas o processo de igualdade, mas fatores outros que envolvem desde a redistribuição socioeconômica até o reconhecimento das diferenças, ponderando ainda a livre orientação e expressão sexual.

Ainda que esse reconhecimento seja limitado, o início do século XXI é marcado pela amplitude na visão de políticas, programas e projetos, pois na *práxis* profissional do trabalhador inserido na esfera contemporânea, não há mais espaços para abordagens de procedimentos que enfatizam a exclusão social, mas ponderações do que pode-se fazer para efetivar a inclusão.

Tal análise justifica então o objeto da pesquisa enfatizado, o qual apresenta sua relevância científica pelo fato de que as Políticas Públicas que enfatizam a inclusão social ainda não oferecem à visibilidade necessária a identidade homoafetiva feminina, o que perfaz um processo de (des) construção social e cultural das mulheres homossexuais, principalmente em Manaus, aonde ainda detém-se um contexto tradicional e conservador frente à emergência do reconhecimento das diferenças.

O debate apresenta certa consensualidade entre vários autores que apontam a reflexão de um processo de resignificação da cidadania moderna, cuja sede maior é o Fórum Social Mundial (SANTOS 2005).

A dinâmica contraditória do processo de acumulação capitalista e de reprodução ampliada do capital que apresenta-se de maneira fetichizada, cede espaço para a Questão Social que aparece complexificada, inerente ao contexto histórico de acumulação e suas imbricações, tanto na ênfase de gênero e raciais, presentes nas desigualdades, injustiças, discriminação e depreciação moral (IAMAMOTO, 2007; DUQUEARRAZOLA, 2004).

É neste âmbito que as reivindicações da contemporaneidade assentam-se no eixo do reconhecimento cultural, como um dos componentes mais significativos da sociabilidade, face às perdas das identidades de classe.

Assim, o reconhecimento das diferenças vem tornando-se a mola propulsora da conflitualidade, objetivando assim o equilíbrio das relações interplanetárias promulgadas pela Organização das Nações Unidas em seus acordos internacionais.

De acordo com Morin (2007), as diferenças culturais, sociais e de origem são causas de erros por mostrarem de maneira mais evidente a concepção de idéias normativas. Já o que considera-se “normatizado”, é tratado como desvio patológico ou até mesmo ridicularizado.

A concepção de Morin (2007) na Teoria dos Sete Saberes enfatiza de maneira plena a necessidade de reconhecer as diferenças, não apenas como mecanismo de tolerância, mas como fator essencial na busca da cidadania planetária.

Nesse bojo, relevância social justifica-se nas demandas pelo reconhecimento das diferenças étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, nacionalidade, ensejo situacional econômico e regional, assim como também de livre orientação e expressão sexual. Trata-se como propõe Fraser (2002), de políticas afirmativas de reconhecimento ou distribuição para efetuar “correções” quanto às injustiças sociais sem, contudo, alterar as estruturas que a produzem.

Assim, o trabalho teve como objetivo geral analisar os desafios na (des) construção da identidade homoafetiva feminina, considerando os preceitos da cidadania homossexual em Manaus.

Para desenvolver a temática, o trabalho aponta os seguintes objetivos específicos:

Caracterização do processo da visibilidade homoafetiva feminina no decorrer do processo histórico, enfatizando o tradicionalismo e conservadorismo da sociedade presentes no modelo patriarcal.

Tal contexto revela-se pelo fato de que a mulher, historicamente, não apresenta a visibilidade social nem sexual, haja vista que a estrutura do patriarcalismo impera frente à construção do significado do 'ser mulher'. Assim, a orientação sexual como condição humana ainda é um desafio a ser trabalhado nas estruturas do patriarcado frente à realidade da conjugalidade homoafetiva.

O trabalho objetivou também o conhecimento do processo de (des) construção da identidade homoafetiva feminina e os aspectos de formação cultural na esfera da homossexualidade.

A assertiva exposta compõe-se de elementos relevantes, já que no limiar do século XXI as políticas apontam o reconhecimento das diferenças. Contudo no segmento LGBT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), pondera-se a construção da identidade através da Teoria *Queer*, ou seja, do diferente, do estranho, o que merece uma análise crítica pelo fato de que a orientação sexual é algo inerente ao ser humano.

A configuração da temática objetivou ainda analisar a expressão da cidadania homossexual feminina em Manaus, considerando o processo de exclusão social e os desafios na construção de uma identidade frente à cultura do medo social.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa envolveram a formulação do projeto que foi devidamente encaminhado e aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa do Centro Universitário do Norte (UNINORTE), obedecendo assim à legislação 196/1996 referente à pesquisa com seres humanos.

Nesse ensejo, abordar a temática da homossexualidade em uma pesquisa de nível *strictu sensu*, significa assumir desafios que vão além do tradicionalismo social, quebrando paradigmas referenciados dos padrões da sexualidade humana, valores históricos, religiosos e culturais envolvidos no estudo do objeto.

Neste ínterim, a pesquisa envolveu a análise das categorias Identidade, Gênero e Homoafetividade.

Ressalta-se que no decorrer da pesquisa surgiram também as categorias específicas particulares tais como: Preconceito, Homossexualidade, Conjugalidade, Homofobia e Homoparentalidade, entre outras.

A análise do objeto efetivado na temática da homossexualidade feminina exigiu uma abordagem dialética, haja vista a dinâmica da realidade frente aos parâmetros impulsionados pelo capital que traz nas raízes históricas todos os fundamentos para as expressões da Questão Social.

Assim, o trabalho configurou-se aportando que o objeto não pode ser analisado de maneira fragmentada como perdura na biologia, psicologia ou na física, mas requer uma análise mais ampla, ponderando assim a diversidade da realidade.

Os sujeitos sociais envolvidos na pesquisa foram 25 (vinte e cinco) mulheres com orientação sexual voltada a homoafetividade, residentes na cidade de Manaus.

O perfil das mulheres foi variado, assim como o *lócus* da pesquisa, já que entrevistou-se sujeitos participantes do movimento social LGBT, usuárias de serviços públicos, membros de times de futebol feminino e freqüentadoras de bares e boates direcionados ao segmento.

Tal ensejo fez-se necessário para obter uma diversidade de informações visto o perfil social e cultural apresentar-se de maneira diferenciada.

Abordou-se também algumas lideranças do movimento LGBT feminino em nível de região norte, através de entrevistas efetivadas em um encontro regional sobre homofobia realizado em Belém-PA. A análise apresentou sua relevância ao passo que o trabalho também analisou a expressão da cidadania homossexual feminina. Nesse sentido, estabeleceu-se um parâmetro entre lideranças representantes dos Estados do Amapá (1), Amazonas (1), Roraima (1), Pará (1) e Maranhão (1), totalizando cinco representantes, a fim de conhecer não apenas o perfil dos sujeitos sociais, mas o processo de (in) visibilidade existente nas referidas localidades, já que a questão da homoafetividade na

Amazônia ainda impera como tabu, visto o conservadorismo e tradicionalismo social.

A abordagem junto às lideranças do movimento LGBT efetivou-se através dos contatos efetivados com as referidas na 1ª Conferência Nacional LGBT, assim como no Encontro regional “Escola sem Homofobia”, realizado em Belém-PA, onde efetivou-se as entrevistas.

A abordagem dos sujeitos envolveu a técnica de Entrevista Estruturada com perguntas abertas e fechadas, que de acordo com Soriano (2004), apresenta-se como um instrumental que permite a busca abundante de informações básicas sobre o problema, ou seja, quando se dispõe de informações suficientes sobre determinados aspectos que interessa pesquisar, podendo ser aplicada às fontes-chave, ou seja, para os representantes formais.

Durante a pesquisa buscou-se de maneira mais qualitativa as histórias de vidas, o que segundo Lang (1992) trata-se da intenção de resgatar os relatos que apresentam-se como mecanismos relevantes no entendimento da problemática explicitada no objeto.

Nesse sentido, a pesquisa efetivou-se de maneira quanti-qualitativa, ponderando ensejos que vão desde a configuração do gênero feminino no decorrer da história, conforme verifica-se no primeiro capítulo da dissertação, perpassando também um pouco da configuração da homossexualidade feminina no decorrer dos tempos.

Assim, o trabalho está estruturado com três capítulos que fundamentam a leitura do objeto estudado, conforme apresenta-se a seguir.

O primeiro capítulo enfatiza ainda a discussão sobre a emergência da sociedade capitalista, a qual aponta o papel da mulher frente à sociedade excludente, as faces do preconceito existentes na estrutura patriarcal onde o sujeito feminino é visto como minoria sem voz nem vez.

A *posteriori*, pondera-se a realidade da orientação sexual como condição humana e os desafios da construção da conjugalidade homoafetiva diante das estruturas do patriarcado e das relações de poder concernentes a visibilidade envolta ao conservadorismo social.

O segundo capítulo discute o processo de (des) construção da identidade homoafetiva feminina, dando ênfase ao significado da identidade sexual da mulher homossexual na perspectiva da Teoria *Queer*, visando estabelecer uma análise crítica da respectiva teoria que atualmente é muito utilizada nas Ciências Sociais quando trata-se de discutir a homossexualidade na perspectiva da identidade humana.

O referido capítulo aborda ainda o perfil cultural das mulheres homoafetivas, com resultados da pesquisa efetivadas junto aos atores sociais na realidade de Manaus e outros Estados que compõem a Amazônia Legal.

O terceiro capítulo analisa a configuração da expressão da cidadania homossexual feminina em Manaus, apontando os elementos de inclusão/exclusão social, o questionamento dos direitos sociais que aparecem negados na Constituição federal de 1988, as lutas do movimento social que deram origem a propostas, Projetos de Lei e ao Plano Nacional de Cidadania LGBT.

Debate-se ainda o processo de invisibilidade e ostracismo da mulher homossexual, o qual perdura até os dias de hoje, alimentando uma cadeia de preconceito e discriminação que desencadeia a homofobia e a cultura do medo, haja vista que a violência apresenta-se como fator presente na sociedade em geral, mas também nas relações que compõem a conjugalidade homossexual feminina em todas as esferas.

CAPÍTULO I – GÊNERO E PODER NA HISTÓRIA: A CONSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE HOMOAFETIVA FEMININA

No limiar do século XXI, falar de gênero ainda constitui um desafio, visto a necessidade de retratar o fenômeno da desigualdade frente aos entraves e empates vivenciados pela representação do masculino e do feminino na sociedade.

Desde os tempos remotos que a mulher tem sua visibilidade nula ou limitada, permeada por construtos masculinos de que o poder deve centrar-se nas mãos do homem.

Nesse sentido, o processo histórico da mulher é marcado por tantos ensejos que caracterizam a desigualdade como elemento fundamental, sendo naturalizado pelas mãos da mulher, que submissa entrega-se aos conceitos de uma sociedade que preocupa-se eminentemente com sua própria condução não libertadora de visualizar a realidade cotidiana.

As leis dos tempos mais remotos enfocam a mulher como ser inferior, podendo assim ser marginalizada, vitimizada ou até mesmo morta, sendo vítima de sua própria condição primordial de “ser mulher”.

Para tanto, como aponta Saffioti (1987), o poder é adulto, masculino e branco, podendo ainda ser agressivo, a ditar as regras mais implícitas para o bom funcionamento

de uma sociedade, tanto na esfera pública como também a dominação do eixo familiar, mais privado.

Tais caracterizações apontam para uma realidade ainda pouco explorada, por envolver fenômenos que não almejam a descoberta, haja vista que a realidade cotidiana ainda apresenta mecanismos de desigualdade, os quais configuram ações rodeadas de preconceito e discriminação contra a mulher, em contraponto a tantos fatores observados no decorrer dos tempos, conforme aponta a análise a seguir.

1.1 Gênero e Patriarcado no Decorrer da História

Apesar de todos os esforços de abordar as relações de gênero no decorrer do processo histórico, analisando-as e refletindo, sobretudo nos campos mais relevantes do conhecimento, as Ciências Sociais ainda têm o desafio de ponderar a diversidade da análise, considerando que gênero é uma categoria que traz toda uma carga que se constrói e (des) constrói de acordo com o processo histórico, social e cultural de uma determinada realidade.

Neste ínterim, ao aportar à categoria, faz-se necessário recorrer a Saffioti (2004), a qual revela que gênero apresenta conceitos diversos, considerado como aparelho semiótico, símbolo cultural ou conceito normativo de grandes significados.

Ressalta-se ainda que gênero trata-se de uma construção cultural, apresentando-se diferentemente de acordo com a realidade de cada localidade e os respectivos papéis entre a identidade de gênero masculina e a feminina.

Ao trabalhar a significação das relações de gênero, envolve-se a caracterização do masculino e do feminino, mas não enfatiza, sobretudo a desigualdade entre homens e mulheres ou uma hierarquia presumida, pois está envolto a problematização da diversidade, ou seja, das inúmeras identidades afetivas que assumem-se perante o real, podendo-se destacar: heterossexualidade, homossexualidade, transexualidade, entre outras.

Assim, gênero efetiva-se como uma categoria histórica e pode ser concebido com elementos culturais, históricos, com representações, significados e identidades, tratando das relações assimétricas entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Neste âmbito, percebe-se que gênero envolve uma construção cultural e social entre o masculino e o feminino, onde historicamente denominou-se papéis de visibilidade ou ostracismo absoluto, pautando-se o homem em uma esfera de domínio e poder e a mulher com suas características de fragilidade e resignação.

Esses elementos constituíram a realidade cultural de que o homem não pode chorar nem tampouco demonstrar qualquer tipo de expressão de sensibilidade, para que não possa ser confundido com a mulher.

Já o patriarcado como o próprio nome indica, é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, ou seja, o patriarca domina o ambiente privado e também o público (SAFFIOTI, 2004).

Essa construção que perpassa culturas e sociedades diferentes efetiva-se através das relações de gênero que por si só, não significam desigualdades, mas o patriarcado assim as coloca, cedendo espaço apenas para o masculino, inferiorizando assim o feminino.

Ressalta-se que o patriarcado é uma categoria em constantes transformações, durante a Roma Antiga o homem tinha o poder sobre a vida e/ou a morte da mulher, podendo até matá-la com requintes de crueldade (SAFFIOTI, 2004).

Tais ensejos davam-se pelo sexismo presente, assim mesmo que a mulher fosse vítima, era logo transformada em ré, passando a condenação efetiva, como *lócus* do fenômeno da desigualdade social e sexual.

Vale salientar que, o patriarcado reside principalmente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar sua obediência e fidelidade, além de ser intolerante com a expressão da diversidade humana, ou seja, a mulher deveria sempre estar pronta a ceder aos caprichos e ordens masculinas.

Apesar da reflexão da diversidade, pondera-se que a sociedade ainda apresenta um viés conservador e tradicional no que tange principalmente a situação da mulher, que ainda exerce seu papel social no plano secundário. Ressalta-se que tal contexto também permeia o histórico da homossexualidade, conforme verifica-se a seguir.

A construção histórica da homossexualidade feminina é datada da Antigüidade, com informação teórica desde a Grécia Antiga, contudo não revelam grande expressão, haja vista que, apenas a homossexualidade masculina tinha reconhecimento, sendo considerada inclusive como *status* social aos homens, que se responsabilizavam pela inicialização sexual dos adolescentes, preparando-os na formação masculina.

A expressão da homossexualidade feminina na Grécia mostra-se em poucas referências, as quais podem ser consideradas exemplificando a origem do termo lesbiandade, que tem a caracterização de 'Safo', que foi uma poetisa grega que viveu na cidade Lésbia de Mitilene (capital), ilha de Lesbos que fica ao noroeste do mar Ageu, sendo a terceira maior ilha grega e a sétima do mar mediterrâneo. (LESBOS, 2006).

Safo que viveu no séc. VII a. C., foi exilada pela ditadura de Pitaco, sendo que morou em Pirra e na Sicília, na Itália, onde casou-se e ficou viúva com uma filha chamada Cleis.

Após cinco anos de exílio, Safo volta a ilha de Lesbos, onde funda uma escola para moças, onde ensinava poesia, música e dança, sendo considerada a primeira escola de aperfeiçoamento da História. Ali Safo apaixonou-se por suas discípulas, ressaltando-se principalmente o seu amor por Atis, aquela que vem ser sua maior 'amante'. Contudo, Atis apaixonou-se por um homem, e Safo então dedica-lhe o seguinte poema¹:

Semelhante aos deuses, parece-me que há de ser o feliz
mancebo, que sentado à tua frente, ou ao teu lado,
te contemple e, em silêncio, te ouça a argêntea voz
e o riso abafado do amor. Oh, isso – isso só é bastante
para ferir-me o perfurado coração, fazendo-me tremer
dentro do meu peito!
Pois basta que, por um instante, eu te veja para que,
como por magia, minha voz emudeça; sim, basta isso
para que minha língua se paralise, e eu sinta sob a carne
impalpável fogo a incendiar-me as entranhas.

¹ O poema foi retirado de uma obra de Safo de Lesbos, traduzida para a Língua Portuguesa.

Meus olhos ficam cegos e um fragor de ondas soa-me
aos ouvidos;
o suor desce-me em rios pelo corpo, um tremor (...).

De acordo com a história, Safo era negra e de baixa estatura, sendo considerada a Décima Musa, contudo sua poesia, pelo conteúdo erotizado, sofreu censura, principalmente na Idade Média, pelo tradicionalismo e conservadorismo, tendo restado apenas fragmentos de suas obras (LESBOS, 2006).

Mesmo frente às ponderações efetivadas, como na Grécia Antiga a mulher inseria-se no plano secundário, poucos escritos ou fragmentos históricos da homoafetividade feminina datam dessa época.

De acordo com a reflexão exposta sobre a homossexualidade, verifica-se que as abordagens sobre os gêneros é antiga, envolve contextos da humanidade e passou a determinar seu processo civilizatório, ou seja, desde os povos primitivos, verifica-se a determinação de papéis sociais de acordo com o sexo e o gênero de cada indivíduo (STEARNS, 2007).

Vale considerar, sobretudo, que a compreensão das diferenças entre o masculino e o feminino perpassa pela reflexão biologizante, o que criava determinismos e limitações na visão e capacidade dos indivíduos.

Ponderando tais ensejos, Costa (2005) ressalta que durante o paganismo as mulheres tinham um papel menos conservador, pois apesar do patriarcalismo apresentar-se presente por mais de seis milênios, ao menos a sexualidade de algumas mulheres era mais vislumbrada.

Naquela época, algumas mulheres eram comparadas a deusas, podendo usufruir de alguns mecanismos, principalmente no que tange a sexualidade.

Já no advento do cristianismo, ou seja, em pouco mais de dois mil anos atrás, percebe-se a submissão feminina mais acirrada perante a figura masculina, considerando que através da religião, sua sexualidade é limitada ou até anulada, configurando-se apenas para a procriação, obedecendo assim os preceitos sociais da época (COSTA,

2005).

Tal período mostra o envolvimento da mulher num ostracismo absoluto pertinente aos costumes da época, onde nas relações de gênero a única voz a ecoar era a masculina.

A supremacia masculina também escondia uma grande castração, pois o homem não revelava qualquer sentimento ou ação que caracteriza-se sensibilidade, sendo este um comportamento direcionado sempre às mulheres.

Segundo Saffioti (1987), o fenômeno da castração do homem inicia-se na esfera psicológica, ao passo que o homem não demonstra sentimento, após consolida-se no sentido orgânico, ao passar para o físico todas as características que ditam sua masculinidade, tendo como exemplo de que homem não chora.

Já para a mulher, a castração veio permeada de elementos que foram modificando as mais variadas dimensões da personalidade feminina, também observada historicamente. Para ter o referido entendimento sobre o ensejo situacional da mulher na sociedade, vale caracterizar seu posicionamento em vários períodos históricos.

No tempo das Cruzadas, a mulher tinha direito a posicionar-se no processo de conquista da terra santa. Era comum a partida de vários casais, mesmo que a mulher estivesse grávida, sua participação era efetiva, conforme pondera Pernoud (1993).

Multidão incomensurável de homens do povo, com mulheres e crianças, todos com cruces vermelhas no ombro, que se haviam precipitado de todos os países e cujo número ultrapassava o dos grãos de areia à beira do mar e das estrelas do céu (p.25).

Assim, apesar das relações de gênero configurarem o poder masculino, a mulher acompanhava e participava das ações dos grupos com os objetivos da coletividade.

Pernoud (1993) enfatiza ainda que a primeira historiadora chamada Ana Comnena que era filha do imperador Aleixo, foi a primeira mulher a narrar as cruzadas como

peregrinações efetivas da época.

Nas Cruzadas, muitas mulheres não hesitavam em colocar capacetes e manejar espadas na luta junto aos seus companheiros, chegando a tomar a cruz em vários momentos de luta, em busca de firmar uma identidade mais expressiva no grupo social.

O processo de afirmação efetiva do cristianismo tornou a realidade ainda mais patriarcal, gerando não apenas o controle social da mulher, mas principalmente no que tange a sexualidade.

Sobre isso, Costa (2005) enfatiza que, o início da era cristã marca o processo de dominação masculina mais acirrada, haja vista que as doutrinas religiosas preconizavam o posicionamento da mulher de maneira passiva, além de que a sexualidade deveria ser reprimida. As relações sexuais acabavam resumindo-se mais a procriação.

Vale citar que os dois sexos eram visualizados separadamente, sendo que todos os mecanismos de visibilidade eram direcionados aos homens da época.

Tais fatores podem ser ponderados até mesmo nas iconografias da época, onde segundo Ariés (1981), os homens e filhos ficavam de um lado, já as mulheres e filhas situavam-se do lado oposto, ressaltando-se claramente a diferença entre os sexos e gêneros.

Na Idade Média, a visão da mulher era sempre exercendo trabalhos domésticos e cuidando das crianças, traçando mecanismos de educação com as referidas, para não acordar ou perturbar o pai, já que este não poderia ser incomodado.

Nesse período, as mulheres que representavam sua sexualidade de alguma maneira efetiva, seja heterossexual ou não, poderia receber atributos de feiticeiras ou outras terminologias afins, pois a sexualidade feminina era um elemento reprimido em todas as esferas pela religiosidade cristã.

Apesar disso, com o início do cristianismo a sexualidade passa a ser algo proibido, não permitido, principalmente para a mulher, que tinha a liberdade sexual apenas para a procriação, sem demonstração de qualquer expressão da afetividade humana.

Assim a contextualização da sexualidade segue a limitação histórica da construção da identidade feminina, que esteve sempre fadada ao retrocesso do regime patriarcal como um todo, enfatizando-se o processo de dominação e submissão, vivenciado pela mulher cotidianamente.

Tais fatores impediram inclusive, uma análise mais precisa da construção da homoafetividade feminina, já que a mulher em geral sempre foi secundarizada socialmente, historicamente, culturalmente e afetivamente.

Ariés (1981) aponta ainda que a partir do século XV, pondera-se o desenvolvimento da família moderna, onde a mulher, de maneira lenta e gradativa, inicia o processo de passividade ainda maior, perdendo os poucos direitos que ainda tinha, tais como o direito de firmar-se como mulher na sociedade, ou seja, o patriarcado insere a mulher em uma posição cada vez mais inferior na sociedade.

Nesse processo, a mulher perde o direito de substituir o marido ausente ou louco, sendo que todos os seus atos eram facilmente anulados pela sociedade e pela justiça. Nesse contexto, observa-se o firmamento do patriarcado, onde todos os poderes concentravam-se tão e somente nas mãos dos homens, gerando assim uma grande lacuna entre os gêneros e afirmando a monarquia doméstica, onde o principado era exercido no interior dos lares, sem qualquer posicionamento ou atitude da mulher.

O ensejo histórico e cultural muito contribuía naquela época, e a mulher que buscasse alternativas de rebelia poderia ser severamente penalizada pelo marido, além de ser controlada pelos fatores religiosos que repercutiam da Igreja para a sociedade.

A dominação masculina segundo Ariés (1981), constituía-se de três pressupostos fundamentais:

Primeiro saber como dominar a sua mulher, seguindo-se de estratégias de educação dos filhos e *a posteriori*, ter a devida administração com os seus criados.

Nesse sentido, verifica-se que a estrutura do principado masculino era revertida em todos os contextos do lar, ou seja, o patriarcado apresentava-se principalmente na esfera

privada, o que depois acabava repercutindo no eixo público, haja vista todos os ensejos sociais, históricos e culturais da época.

Assim, as estruturas das relações de gênero efetivaram-se de acordo com a sociedade e a respectiva luta de classes, onde uma domina e outra acaba sendo dominada. No contexto do masculino e feminino também ocorreu o mesmo, com uma tendência cultural a inferioridade e fragilidade da mulher.

Ressalta-se que a Ciência, em suas variadas análises, também preconiza a inferioridade de gênero. Um exemplo disso é a Teoria de Freud, a qual caracteriza que a mulher é considerada como um ser incompleto pela ausência do pênis, ou seja, uma estrutura biológica revela a supremacia masculina e a falta do poderio feminino (SAFFIOTI, 1987).

Neste âmbito, percebe-se que a Ciência também visualiza a mulher em condição inferior, permeando-se nas concepções machistas, as quais foram ponderadas desde o início dos tempos, sendo que o homem sempre teve seu espaço garantido na aquisição de conhecimento. Já a mulher, foi secundarizada e relegada ao ostracismo absoluto de sua própria condição histórica, construindo a resignação de ser apenas 'mulher'.

Ainda nesse processo, ignora-se a capacidade feminina de fazer história, considerando-se apenas os dados adquiridos e pensados pelos homens, como se a mulher socialmente não existisse em qualquer contexto de relevância para a construção da transformação da sociedade.

Ao trazer a temática para a realidade brasileira, percebe-se que o século XVI mostrou contextos relevantes na análise do patriarcado, principalmente no que tange a valorização das mulheres.

Freyre (2003) enfatiza que os homens tratavam as mulheres diferentemente, de acordo com sua raça. Nesse sentido, criou-se uma cultura de que a mulher branca deveria casar-se, as morenas, negras e indígenas serviam para o sexo.

Durante esse período, era comum inclusive, o homem oferecer mulheres aos hóspedes, em sinal de hospitalidade e amizade (FREYRE, 2003).

As mulheres, principalmente das classes dominantes, viviam em verdadeiros isolamentos árabes, tendo contato apenas com as escravas ou outras mulheres com quem tinham amizade. Tal situação revelava até mesmo envolvimento homoeróticos, visto a falta de socialização, tendo em vista que as confidências eram trocadas entre si, o que gerava maior vínculo de afetividade.

Quanto à estrutura das casas para as meninas moças, Freyre (2003) retrata a seguinte realidade:

A dormida das meninas e moças reservava-se, nas casas-grandes, a alcova, a camarinha, bem no centro da casa, rodeada de quartos de pessoas mais velhas. Mais uma prisão que aposento de gente livre. Espécie de quarto de doente grave que precisasse da vigília de todos. (...) Aí vinha colhê-las verde o casamento: aos treze e aos quinze anos. Não havia tempo para explodirem em tão franzinos corpos de menina grande paixões lúbricas, cedo saciadas ou simplesmente abafadas no tálamo patriarcal. Abafadas sob as carícias do marido dez, quinze, vinte anos mais velhos; e muitas vezes, inteiramente desconhecidos das noivas. Maridos da escolha ou da conveniência exclusiva dos pais. (p. 423).

O ensejo situacional apresentado pelo patriarcado não dava qualquer oportunidade de escolha às mulheres, as quais eram submetidas às regras evidenciadas no contexto masculino da época com total resignação. Por vezes, o pai escolhia até mesmo as filhas que deveriam casar-se e uma delas para recolher-se ao convento, já que na estrutura do patriarcado, era comum ter um filho médico ou engenheiro e outro que pudesse entregar sua vida às concepções religiosas.

Em virtude do ostracismo feminino, no Brasil era comum as mulheres se casarem cedo, ter um considerável número de filhos e conseqüentemente visualizar o seu próprio envelhecimento precoce, isso se o óbito não ocorresse no momento do parto, já que a maioria das mulheres tinha seus filhos antes mesmo de atingir a maioridade.

Assim, a multiplicação de pessoas foi sendo efetivada através dos inúmeros sacrifícios de mulheres, as quais ainda eram vítimas de machos insaciáveis, que quando perdiam suas esposas, acabavam casando-se com as irmãs mais novas ou primas, de acordo com os arranjos efetivados entre as famílias.

As mulheres indígenas também vivenciaram o patriarcalismo efetivo, já que em determinados cantos do Brasil, eram responsáveis pela estrutura e o aumento populacional, com a finalidade de povoar o país.

Entre os indígenas, era comum a dominação masculina, fator este vivenciado principalmente através do *couvade*, onde o homem cumpria o resguardo da mulher após o parto, responsabilizando-se inclusive pelo recebimento de visitas e presentes para as crianças. Nesse momento, a mulher era encaminhada aos trabalhos na roça e demais ensejos cotidianos, o que revela também a estrutura patriarcal em outra cultura.

Vale enfatizar que durante o século XVI, na realidade brasileira, a homossexualidade também começa a fazer sua história, ou seja, desde o Brasil Colônia que a sodomia era considerada algo internalizado, principalmente entre os indígenas “pagãos”, o que causava choque entre a cultura cristã dos colonizadores da época.

Segundo Trevisan (2004), ao analisar o historiador Abelardo Romero, ressalta que os silvícolas do Brasil Colônia eram considerados “Devassos no Paraíso”, visto a realização de práticas homossexuais entre os indígenas, a liberação sexual em algumas comunidades indígenas e a nudez dos nativos.

Trevisan enfatiza que os indígenas da Colônia não eram muito ligados à virgindade e condenavam o celibato, em razões históricas e culturais.

No que tange a sexualidade, o Brasil do século XVI, apresentava de maneira comum a poliandria, ou seja, o ensejo matrilinear, onde pode ocorrer o casamento de uma mulher com mais de um homem.

Assim, o 'pecado nefando' da sodomia ou sujidade, como também era reconhecida a homossexualidade na época, mostrava-se na análise de Trevisan (2004), como algo que “grassava-se há séculos” entre os brasis existentes. Ressalta ainda que os índios eram muitas vezes tidos como mulheres dos colonos, sendo que desenvolvia-se uma espécie de prostituição masculina, ao caracterizar que os *culinas* ou *tibirôs* (como chamava-se os indígena homossexual), mantinham tendas públicas para o desenvolvimento das práticas homoeróticas.

A prática da homossexualidade no Brasil Colônia é citada por Trevisan entre os Tupinambás, Tupinaés, Guaicurus, Coerunas e Bororó, entre outras.

O autor enfatiza que até mesmo na medicina indígena de algumas tribos, a sodomia tinha visibilidade, haja vista que era utilizada como medida curativa entre o pajé e o enfermo, pois acreditava-se que a magia transmitia-se pela sexualidade.

Entre os indígenas botocudos do nordeste, constatava-se que nas relações de gênero, considerava-se homens – mulheres e mulheres – homens, visto a pouca diferença física entre a identidade masculina e feminina.

No que tange às tríades, ou seja, os sujeitos homossexuais femininos retratavam-se pouca visibilidade, apesar de que, em algumas tribos as mulheres seguiam os ofícios dos homens e eram 'casadas' com outras mulheres.

Sobre isso Trevisan (2004) mostra que entre as indígenas Tupinambás, a prática homoafetiva feminina era visualizada, inclusive na masculinização da mulher e no poder de governar-se sem apoio do 'marido'.

Apesar do exposto, o processo histórico da homossexualidade feminina não apresenta muitos dados, visto à falta de visibilidade a sexualidade da mulher, apesar de que os relatos não tratam claramente da promiscuidade, mas de relações mais 'estáveis' entre mulheres, ou seja, vai além do homoerotismo, perpassando a homoafetividade.

Os ensejos levados a livre orientação sexual se configuravam com os colonos cristãos que tinham horror a sodomia dos indígenas, mas sentiam-se atraídos também por ela, já que além das tendas públicas, o Brasil Colônia tinha ainda casas de sodomia, principalmente em Recife, considerada na época como o maior centro de prostituição da América.

A abertura às práticas homossexuais também não esconderam o cotidiano homofóbico na colônia. Trevisan (2004) ressalta que por causa da sodomia, um capitão holandês foi recluso a ilha de Fernando de Noronha, sendo conduzido após, aos cárceres de Amsterdã.

Neste íterim, o autor retrata a análise do Frei Antônio de Jabotão, que preconiza ser inútil pregar contra a devassidão no Brasil, pois “o diabo já tinha botado âncora, e bem aferrada nos corações. (IDEM, p. 71).

Quanto à homossexualidade feminina, há relatos quanto sua prática desde as 'confissões na Inquisição', da qual o Brasil também fez parte, punindo as mulheres que se apresentaram o comportamento tríbade, lesbiano, sáfico e de fanchona, contudo o próprio processo histórico encarregou-se de olvidar alguns relatos relacionados à visibilidade homoafetiva feminina.

Ao atravessar o período crucial da visão teológica de crime e pecado, a figura clínica do homossexual aparece apenas em 1869, trazida pelo médico austro-hungaro Karl Maria Kertbeny na Alemanha. Ressalta-se que nesta época, tratava-se a então denominada patologia advinda da loucura erótica, resultante das supostas psicopatias sexuais (TREVISAN, 2004).

Os tratamentos voltados à cura do 'homossexualismo' eram voltados à hipnose, com o objetivo de incutir a repulsão pela orientação sexual direcionada aos iguais biológicos, assim como se utilizava o recurso da educação, com o apoio de especialistas em inversão sexual, já que tal prática era considerada um vício a ser extirpado do indivíduo.

Nesse contexto, é notável que a homossexualidade também apresentou seu processo histórico na realidade brasileira, frente à construção dos gêneros e das identidades na sociedade e como tal teve uma visão patologizante e passou por um viés discriminatório que foi contra todos os cânones sociais da época.

Frente à análise, é relevante comentar sobre a emergência da sociedade capitalista, a qual apresentou novas faces para o papel da mulher, assim como também mostrou-se tradicional no trato a diversidade sexual, conforme a reflexão a seguir.

1.2- A Emergência da Sociedade Capitalista, o Papel da Mulher e a Homossexualidade em Discussão

O século XVIII foi marcado fortemente pela ascensão mais efetiva do sistema capitalista, o qual trouxe a emergência da Revolução Industrial e conseqüentemente outra estrutura para as mulheres.

As fábricas inseridas no sistema fordista recrutavam mulheres e crianças para o trabalho efetivo, penoso e contínuo de horas a fio todos os dias. Alguns poderiam até pensar: o que leva aos capitalistas, após longo processo histórico de patriarcalismo a inserir as mulheres no mercado de trabalho?

A resposta não se encontra no ensejo de fornecer visibilidade social a mulher, mas no contexto de contratá-la por ser a mão-de-obra mais barata que o homem, ou seja, por ser inferior ao vender sua força de trabalho, seu salário deveria também ser inferior, enriquecendo mais aos capitalistas.

O posicionamento das mulheres continuava sendo passivo, haja vista que além da exploração física, muitas eram escravas sexuais dos capitalistas ou encarregados, o que apresentou subsídios para a construção efetiva de uma dominação masculina revisitada.

A emergência do sistema Capitalista mostrou um grande paradoxo a ser analisado, pois ao passo que as mulheres eram vítimas de uma realidade atroz, vítimas das mais diversas agressões de cunho físico, psíquico e sexual no chão de fábrica, não pode-se negar que dava-se um passo importante no que tange a inserção feminina no mercado de trabalho, espaço este até então negado a condição da mulher em muitas culturas durante o período feudalista.

A Revolução Industrial apresentou uma nova página na estrutura do sistema capitalista, acirrou as lutas sociais e conseqüentemente as desigualdades, fator este ponderado não apenas no enfrentamento entre burguesia e proletariado, mas na divisão social e sexual entre o masculino e o feminino.

Apesar da discussão, vale salientar que não foi o capitalismo que inventou a dominação nas relações de gênero, até pelo fato de que o patriarcado é o sistema de dominação-exploração mais antigo que existe datado há mais de seis milênios.

Saffioti (1987) enfatiza que, ao capital coube apenas refletir a simbiose composta pelo racismo, patriarcado e capitalismo, ou seja, reproduziu uma tendência já existente.

Vale ressaltar que, na emergência da sociedade capitalista, a mulher burguesa era vislumbrada por sua delicadeza e cuidados com os filhos, passando a freqüentar cafés, teatros e demais espaços públicos, sendo, contudo vigiada pelo marido ou pelos irmãos.

Sobre isso, D'Incao (2004), faz uma análise pertinente, problematizando a situação da época através da reflexão retratando que, a máscara social era item de contradição profunda em virtude da repressão dos sentimentos, assim o amor restringe-se a idealização da alma e a supressão do corpo.

Tal ensejo mostra o posicionamento social da mulher, apontando que não havia possibilidades de demonstração de qualquer desejo ou vontade que contrariasse a dominação masculina que imperava na sociedade até então emergente.

Na classe subalterna, a mulher também era considerada a cuidadora, entretanto acumulava atividades laborativas que iam desde as tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e marido, até perpassar pelas atividades do chão de fábrica, onde eram demasiadamente exploradas.

O sujeito feminino não tinha voz e nem vez, sobretudo quando tratava-se de ter ou exercer qualquer tipo de direito social ou sexual.

As diferenças sexuais estão submersas em um sistema de oposições antropológicas e cosmológicas, visualizando uma espécie de cosmologia sexualizada, que envolve um corpo socializado, seu comportamento, os fundamentos de sua espacialidade, assim também como sua mobilidade (BOURDIEAU, 1998).

Tecendo os fios que desencadeia a análise, Bourdieu (1998), pondera que as características da estrutura hegemônica e binária entre o masculino e o feminino ainda persistem firmemente, haja vista que encontram eco por toda parte, ou seja, à medida que a sociedade fornece mecanismos evolutivos, o patriarcalismo cresce junto, oferecendo ensejos de dominação nas relações de gênero, com medidas para acirrar da submissão feminina.

Nesse sentido, a mulher era considerada como uma espécie de capital simbólico, embora estivesse sempre nas mãos do marido (BOURDIEAU, 1998).

Os estudos da biologia enfatizam que a divisão dos gêneros é binária e está intrinsecamente relacionada à formação orgânica dos sujeitos, ou seja, à presença de um órgão sexual, relacionando-o ao poder ou a submissão, dependendo da sua formação.

Os olhos e a face ajudam a condensar uma identidade social, preconizada e exigida pela sociedade. As partes íntimas devem ser cobertas pela vergonha. Quanto ao poder, os homens devem olhar nos olhos para se estabelecer, já as mulheres, quando fora de casa, devem mirar o chão e manter a submissão absoluta (BOURDIEAU, 1998).

As ponderações acerca do exposto mostram que o sujeito feminino, tendo sido historicamente discriminado, vivencia um processo de dominação revisitada do homem, ou seja, o advento da sociedade capitalista apenas modificou a roupagem do patriarcalismo que trouxe uma construção social naturalizada pela virilidade masculina.

Estabelecendo uma análise mais profunda sobre esse processo de dominação, reflete-se os artigos de Karl Marx (2006) na obra intitulada “Sobre o Suicídio”, onde retrata-se a realidade da submissão perene das mulheres na emergência da sociedade moderna, onde olvidava-se o poder masculino na realidade da vida privada.

A obra ressalta a opressão sofrida pelas mulheres no interior da vida privada, onde sujeitas a embustes e vitimizações, chegaram ao ápice do suicídio, não conseguindo assim concatenar idéias ou estratégias de visibilidade ou noção de qualquer direito.

No ensejo, Marx (2006) revela os traços mais ocultos do patriarcado e da tirania familiar, os quais levam as mulheres a cometer as piores atrocidades contra as suas próprias vidas, conforme aponta-se na narrativa a seguir:

(...) A claridade de um candeeiro iluminava o quarto. Entre as cortinas, a cabeleira despenteada e o semblante purpúreo de raiva, estava o Sr. Von M..., seminu, ajoelhado ao lado de sua mulher, sobre a mesma cama que ela não ousava abandonar, embora tentasse escapar pouco a pouco dos seus braços, enquanto ele a dominava com reprimendas mordazes, semelhante a um tigre pronto a fazê-la em pedaços. “Sim”, dizia ele, 'eu sou horrendo, sou um monstro e sei muito bem que te causo medo. Gostarias

que alguém te libertasse de mim, que a minha vida não mais te incomodasse. Anseias pelo momento em que te tornarás livre. E não me digas o contrário; eu adivinho teus pensamentos no teu pavor, na tua repugnância. Ruborizas com a gargalhada indigna que suscito, estás internamente revoltada contra mim! Contas um a um, sem dúvida, os minutos que faltam para que eu não mais te assedie com minhas fraquezas e meu estado atual (p. 39-40).

A narrativa do ensejo situacional de um casal mostra claramente a opressão sofrida pela mulher, a qual não apresenta qualquer viés de um sujeito de direitos, sendo totalmente submissa aos caprichos masculinos, estando envolta a uma redoma, sem direitos, sem pensamento, sem visão ou outros fins.

A mulher andava as voltas com sua consciência, vitimizada físico, psicológico e sexualmente, como um objeto do homem.

Outro contexto ressaltado por Marx envolve o ciúme advindo do sujeito masculino, o que favorecia ainda mais a opressão da mulher, o qual expressa-se nas seguintes palavras: “O ciumento necessita de um escravo; o ciumento pode amar, mas o amor é para ele um sentimento extravagante; o ciumento é antes de tudo um proprietário privado.” (MARX, 2006:41).

A narração de Marx acerca da realidade feminina na emergência da sociedade moderna mostra o quadro de vitimização além de sentimentos outros tais como o ciúme, que adentravam na esfera da vida privada, causando atrocidades que levavam muitas vezes às mulheres a recorrer tão somente ao suicídio, considerando o cotidiano que assolava direitos e fazia a imposição de inúmeros deveres, sem a percepção de que tratava-se de um sujeito social e não um objeto ou animal que denominasse a necessidade de vigilância.

O quadro das mulheres mostrava não somente o fenômeno da violência apresentado em suas diversas faces, mas revela a natureza humana sendo assassinada simbolicamente, psicologicamente ou fisicamente através da dominação masculina perniciososa.

Assim, o opressor trata o sujeito feminino como um avarento cuida do seu pote de

ouro, ou seja, pondera-se a coisificação da mulher, a qual era guardada a sete chaves, como se fosse um inventário do homem.

Marx já previa que o patriarcado traria em suas inúmeras conseqüências não apenas a falta de visibilidade feminina, mas reflete que a opressão cotidiana já era uma expressão da Questão Social, independentes de caracterizar-se na esfera privada e ser cometida por pais, irmãos e maridos, ou seja, a figura masculina cercava e fazia-se presente não com o objetivo de trabalhar os sujeitos sociais, mas para oprimir, sufocar e por vezes levar as vítimas dos embustes até o próprio suicídio.

Apesar de vivermos outra época, sabe-se que tais situações ainda perfazem a sociedade do século XXI em sua mutação. Mas para analisar tais fatores, faz-se relevante entender como a dominação masculina revisitada agregou-se na realidade brasileira do início do século XX.

Quanto à realidade brasileira, além da inserção da mulher no mercado de trabalho, como herança do advento capitalista, nas primeiras décadas do século XX as mulheres passam a exercer atividades remuneradas, tendo mais expressão no mundo do trabalho, apesar dos fatores de discriminação sempre presentes.

Apesar disso, era muito comum a inserção da mulher em atividades em que caracterizavam cuidados, tais como: enfermeira e professora, entre outras, ou seja, surge aí o processo de feminilização de algumas profissões.

O Serviço Social, inclusive, segue nesse bojo, apontando-se como uma profissão historicamente e culturalmente direcionada as mulheres, o que traz elementos de preconceito até os dias atuais.

Ainda neste contexto, ressalta-se que muitas mulheres passaram a sustentar sozinhas, suas famílias, apesar disso, o patriarcalismo ainda encara a atividade laborativa da mulher como “ajuda”.

No que tange a participação social da mulher, Ramos (2003) enfatiza que as lutas feministas são evidenciadas desde 1891, retratando-se a busca de direitos eqüitativos na Assembléia Nacional Constituinte. Apesar disso, o direito ao voto (sufrágio), só

concretizou-se a partir de 1932 no governo de Vargas.

Ao retratar a categoria gênero no âmbito das conquistas femininas, vale enfatizar também que nos meandros do séc. XX, a homossexualidade passa a ser uma categoria relevante, contudo discriminada, pois os homossexuais eram meticulosamente estudados, assim como os criminosos, os loucos e as prostitutas, pois toda e qualquer compreensão voltada a este contexto da sexualidade, era vista pelo viés patologizante.

Ainda nas primeiras décadas do séc. XX, a orientação sexual direcionada aos iguais biológicos rumou para a punição com o confinamento, tendo a intervenção psiquiátrica ou até mesmo policial.

Na década de 1930, surge um projeto de Código Penal que prevê um capítulo específico para o 'homossexualismo', impondo-se a detenção de até um ano como medida de segurança a ser adotada de acordo com as circunstâncias (TREVISAN, 2004).

A intolerância a homossexualidade é visualizada no exemplo de dois casos que no espaço de cinquenta anos entre si, são tratados com atitudes de repressão e violência, tais como: Febrônio Índio do Brasil (década de 1930), que foi considerado como “louco moral” e Roosevelt Antônio Chrysóstomo de Oliveira (ano de 1978), punido pelas bases das políticas de família (IDEM).

Frente à reflexão, observa-se que assim como as mulheres, a população homossexual também era vista como minoria social e as políticas da época não forneciam qualquer tipo de visibilidade, ao contrário, submetia-se os sujeitos sociais a duras penas na compreensão patologizante onde sofriam as mais variadas expressões da violência.

Nesse bojo, vale considerar que a partir de 1937, com a configuração do Estado Novo, percebe-se o sumiço de vários movimentos sociais de todas as naturezas, incluindo aí o de mulheres. O seu reaparecimento na cena pública de lutas só caracteriza-se com maior vigor a partir de 1949, com a criação da federação de Mulheres do Brasil.

No que tange aos movimentos sociais que surgiram no século XX, visualiza-se também a busca da afirmação pela orientação sexual como condição humana não patologizante, contudo reflete-se que o tradicionalismo e conservadorismo da sociedade

ainda revisam a hereditariedade da intolerância social e sexual, assim como a demasiada relação de poder que permeia o cotidiano dos grupos e subgrupos formados por homossexuais, conforme verifica-se através do acontecimento que norteou-se como um marco para a diversidade sexual, conforme verifica-se a seguir.

A análise pauta-se nos acontecimentos que datam do final da década de 60, mais precisamente em 1969, no Bar de Stonewall In (com foto histórica da fachada apresentada abaixo), na cidade de New York, onde vários grupos de expressões homoafetivas e/ou homoeróticas reuniam-se e acabavam na formação de guetos, visto o processo de intolerância social.



Figura 01 - Fachada do Bar de Stonewall

Fonte: portal do Grupo Gay da Bahia. In.: <www.ggb.org.br>. Acesso em 19 de dezembro de 2008.

Dados históricos ressaltam que, no dia 28 de junho, no referido bar, ocorreu o que ficou conhecida como a Rebelião de Stonewall (conforme mostra-se na foto onde registrou-se os processos), sendo que os freqüentadores revoltaram-se com a presença da polícia, que realizava inúmeras batidas sem motivo ou justificativa. O tumulto transformou-se em um quadro de violência que duraram três dias. Tal fato deu origem ao Dia Internacional do Orgulho de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais (LGBT),

fomentando assim uma comemoração reivindicatória a nível mundial (GRUPO GAY DA BAHIA, 2009).



Figura 02 – Rebelião de Stonewall – arquivo documental do Grupo Gay da Bahia
Fonte: portal do Grupo Gay da Bahia. In.: <www.ggb.org.br>. Acesso em 19 de dezembro de 2008.

A Rebelião de Stonewall (como se apresenta na foto em momento negação da repressão policial) foi um marco na modernização do movimento LGBT, assegurando a luta contra as autoridades repressivas das autoridades frente à organização, em prol da igualdade de direitos dos LGBT.



Figura 03 – Rebelião de Stonewall: Arquivo do Grupo Gay da Bahia
Fonte: portal do Grupo Gay da Bahia. In.: <www.ggb.org.br>. Acesso em 19 de dezembro de 2008.

O marco efetivo do dia 28 de Junho é celebrado por meio das paradas e demais eventos culturais, criando assim uma expressão do orgulho e não da vergonha de assumir publicamente a orientação sexual e respectiva identidade de gênero, além de configurar-se como uma estratégia política na busca do protagonismo social dos LGBT.



Figura 04 – Monumento da Rebelião LGBT em New York (Grupo Gay da Bahia)
Fonte: portal do Grupo Gay da Bahia. In.: <www.ggb.org.br>. Acesso em 19 de dezembro de 2008.

A ilustração retrata um monumento em New York, em comemoração ao NYC's Stonewall Rebellion de 1969, sendo que historicamente, o movimento marcou como

divisor de águas na busca da visibilidade social e política da população LGBT em geral, contudo vale considerar que mesmo após tal processo, as mulheres homoafetivas, assim como as heteroafetivas, estiveram envoltas ao ostracismo absoluto, visto os fatores de conservadorismo e tradicionalismo que permearam a história e a cultura de cada sociedade, incluindo a brasileira.

As primeiras expressões mais firmes dos movimentos homossexuais na realidade brasileira envolvem o surgimento do periódico *Lampião* da esquina ainda na déc. De 70, oferecendo assim uma versão mais politizada na luta que objetivou abordar a sexualidade voltada aos iguais como condição humana (TREVISAN, 2004).

O movimento homossexual adquiriu maior visibilidade a partir do final da década de 70, período em que iniciou-se a discussão da orientação sexual como condição humana.

No que tange ao movimento de mulheres em geral, apesar das constantes lutas pela visibilidade pública, somente a partir da década de 1970, que tais sujeitos sociais adquirem maior participação, principalmente através dos movimentos sociais, entre eles, a luta pela equidade entre os gêneros e conseqüentemente pela visibilidade social como sujeito de direitos efetivos e inalienáveis perante o modelo social conservador e tradicionalista presente no patriarcado

Nesse bojo Ramos (2003), ressalta que os movimentos feministas dividiram-se em três concepções de luta, sendo:

As feministas liberais – que buscavam a universalização do sufrágio, através de uma perspectiva liberal dos direitos naturais. Apesar do enfoque, as lideranças acabaram reproduzindo os ideais patriarcais e capitalistas (RAMOS, 2003).

As feministas socialistas – preconizavam a igualdade e a liberdade, tendo como ponto de afirmação, a idéia de que a percepção feminina consolidava-se na lógica do capitalismo e da propriedade privada.

Esse grupo avançou na luta pelos direitos, contudo não abordava a questão da sexualidade feminina, por ser esta considerada como algo particular, que faz parte da vida privada. Tal afirmação já deixava uma grande lacuna na luta pelos direitos das mulheres,

afinal, um dos grandes mecanismos repressores configurava-se através da sexualidade e afetividade feminina.

Ramos (2003) mostra ainda o surgimento das feministas radicais, as quais rejeitam as idéias das socialistas, pelo fato de não considerarem a sexualidade como um fator primordial na discussão dos direitos feministas.

Esse grupo surge rejeitando ainda o marxismo, pois apesar do modelo socialista, o poder masculino ainda impera na esfera pública e privada.

O movimento reconhecia a relevância da sexualidade, erguendo bandeiras que enfatizaram a afirmação da mulher na busca do próprio prazer.

Dentre as várias correntes de movimentos feministas, percebe-se que o último oferece uma amplitude maior do debate na temática da visibilidade feminina, haja vista que considera a necessidade de trabalhar a sexualidade, e abre assim, a primeira porta para a compreensão da diversidade, até então ainda não trabalhada oficialmente nos grupos.

A década de 1970 marca-se ainda pela configuração do Ano Internacional da Mulher, promulgado pela Organização das Nações Unidas em 1975, o que ofereceu um suporte diferenciado quanto ao posicionamento da mulher na sociedade (RAMOS, 2003).

Já na década de 1980, a bandeira dos movimentos feministas unifica-se para trabalhar a problemática da violência contra a mulher, já que os índices crescem aceleradamente, concretizando crimes passionais com requintes de crueldade contra as mulheres.

Em 1985, surge a primeira Delegacia de Defesa da Mulher, trazendo ainda a implementação de vários centros de apoio, perpassando secretarias especiais até a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, considerando-se os grandes avanços no enfrentamento das expressões da Questão Social que envolvia diretamente as mulheres.

Apesar dos grandes avanços travados na luta pela equidade de direitos, ainda são

visíveis os processos de vitimização que as mulheres sofrem. Retrata-se que em muitas culturas, mulheres são mutiladas, silenciadas e culpabilizadas pela sua própria condição de ser mulher.

Saffioti (2004) faz várias ressalvas sobre o assunto, assegurando que em vários processos culturais, ainda é comum a mulher sofrer a clitoridectomia, o aceite de casamentos “arranjados” pelo pai e/ou patriarca, além de inúmeras humilhações e outras situações vexatórias.

A sociedade apresenta ainda o processo cultural e histórico que culpabiliza a mulher pela própria violência sofrida. É comum que muitas vítimas de violência, principalmente a sexual, sejam culpabilizadas, alegando-se determinado comportamento, roupa etc.

Todos esses fatores inserem a mulher em posicionamento secundário frente ao contexto que a sociedade apresenta. Vale ressaltar ainda que a secundarização da mulher conduz ainda a “Síndrome do pequeno Poder”, que de acordo com Saffioti (2004), configura-se através do ensejo de que a mulher, com suas raízes no patriarcado, não consegue perceber sua possibilidade de hegemonia, passando o poder ao homem. Tal contexto percebe-se principalmente em seu comportamento frente aos filhos, tais como: “não faça isso ou aquilo se não contarei ao seu pai”.

Posicionamentos como esse, mostram que a própria mulher envolve-se na síndrome do pequeno poder, tendo como atributo a delegação de poder para o homem, o que só reforça a unidade do machismo histórico e cultural.

Vale considerar que o patriarcado com suas raízes históricas ainda permeia-se com vigor enérgico na construção da sociedade, empoderado nas relações de gênero e ditando regras a efetivar nos espaços públicos e privados.

Neste contexto verifica-se a visibilidade da mulher, que em séculos de submissão e discriminação, ainda continua vivendo em um processo opressor em sua própria realidade, com fatores que são aplacados principalmente quando a sua identidade de gênero reserva-se a homossexualidade, pois tal categoria também passou por processos cruciais de discriminação na realidade brasileira dos anos de 1980, conforme verifica-se seguidamente.

Os anos 80 foram marcados pela visibilidade dos segmentos até então denominados de GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), contudo a referida década apresentou ainda o 'fantasma' da AIDS (Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), sendo vista como o 'mal gay', visto que os grupos de riscos passaram a ser responsabilizados pela epidemia.

Assim, a década de 1980 assegurou movimentos, mas também perdeu vários ativistas por causa da AIDS. A mídia tratava então os homossexuais ainda como 'desviantes', sendo um perigo a sociedade, conforme verificou-se nos periódicos da época.

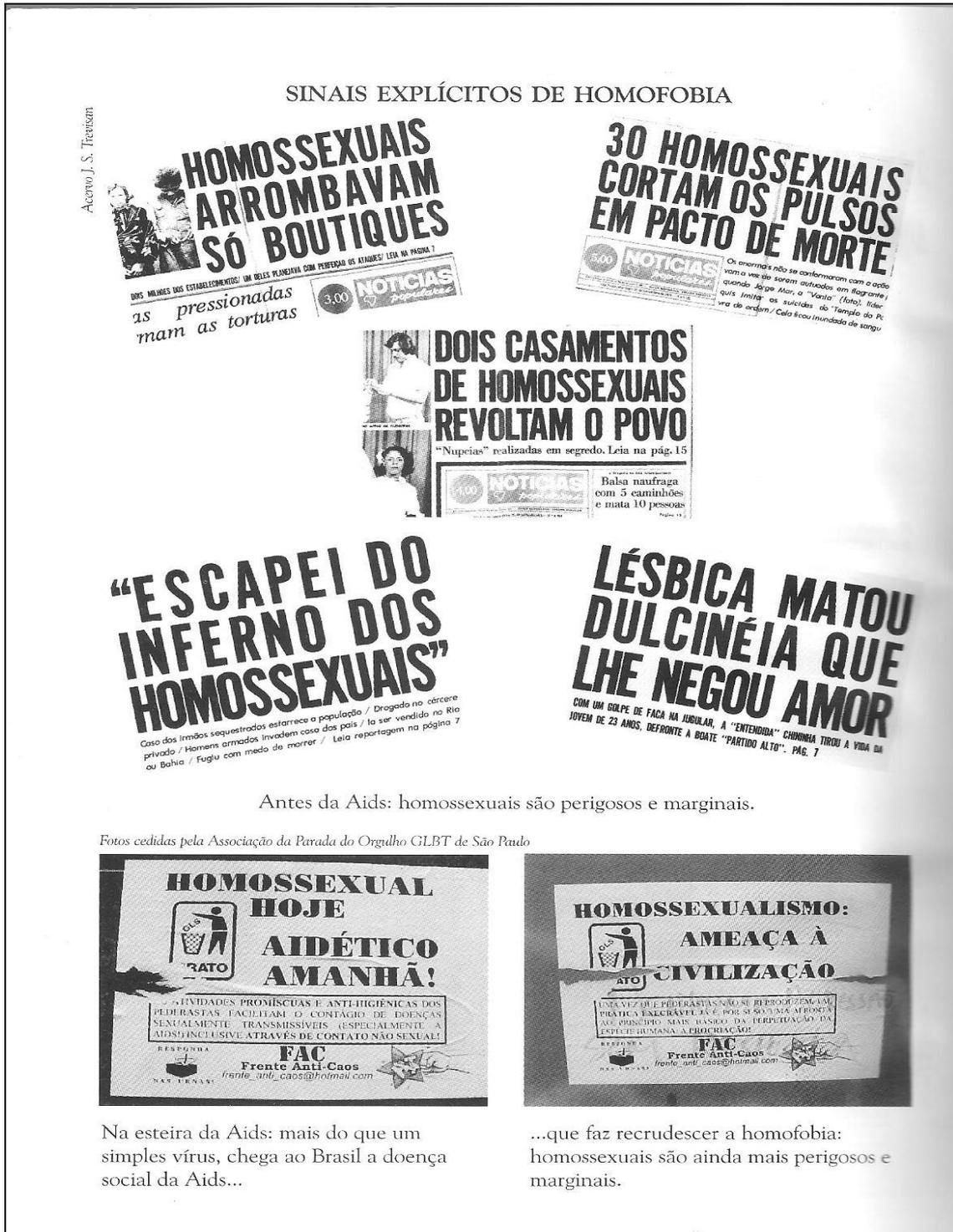


Figura 05 – O Retrato da Homofobia na década de 1980
 Fonte: Arquivos de João Trevisan – In.: Devassos no Paraíso.

A figura mostra como a homossexualidade era tratada no decorrer da década de 1980, onde a compreensão patologizante fazia parte do cotidiano de discriminação da população LGBT, onde olvidava-se a como condição humana do indivíduo, conforme analisar-se-á na seção seguinte.

1.3 – Orientação Sexual como Condição Humana

Ao ponderar a construção da identidade de um indivíduo, faz-se necessário reconhecer a amplitude e complexidade da análise humana, ressaltando-se a relevância da configuração efetiva de vários saberes que entrelaçam-se na busca da compreensão do todo que o envolve.

Nesse sentido, urge a reflexão de que o homem como sujeito social, torna-se partícipe de uma coletividade que depende dele como espécie e esta encontra-se permeada em uma sociedade que precisa ser vista na concepção planetária, onde o conhecimento perpassa sob a condição humana.

É relevante enfatizar que, ser homossexual, segundo Mello (2005), é estabelecer práticas e representações sociais, assim também como vínculos emocionais e sexuais entre iguais biológicos, ou seja, entre pessoas de identidades de gênero semelhantes.

Ao ressaltar as práticas e representações direcionadas às pessoas do mesmo sexo, a pesquisa apontou alguns relatos importantes no que refere-se ao entendimento da palavra homossexualidade, conforme verifica-se a seguir:

É o gostar de cada um, você sente atração por alguém. É o amor (Azaléia, 42 anos).

Não importa se é homem ou mulher, o importante é o amor e ser feliz com a pessoa que está ao lado (Violeta, 37 anos).

É a capacidade de amar, independente de ser homem (Angélica, 21 anos).

Os relatos das entrevistadas afirmam que a homossexualidade encontra-se permeada não apenas nas representações sociais, como também na construção dos vínculos emocionais, onde os sentimentos e a afetividade apresentam-se de maneira efetiva em tal modelo de conjugalidade.

Ao realizar a entrevista com lideranças do movimento LGBT, ponderou-se contextos tais como:

É qualquer tipo de atração e/ou relacionamento homoafetivo com pessoas, ou seja, com pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade ocorre tanto no masculino como no feminino (Orquídea Negra, 50 anos – Movimento LGBT do Maranhão)

Ao analisar o conceito da palavra homossexualidade advindo de um membro dos movimentos sociais, percebeu-se o cuidado no uso das expressões, assim como a construção mais formal da categoria, fato este que leva a considerar que as participantes do movimento LGBT têm uma visão mais politizada quando se refere à orientação sexual.

Tal noção politizada apresenta-se em virtude das experiências com os movimentos e conseqüentemente o envolvimento maior no trabalho de enfrentamento ao preconceito vivenciado cotidianamente por tais atores sociais.

Através de observações realizadas em oficinas junto à população LGBT (a qual foi realizada na cidade de Belém)², verificou-se pesquisa de campo apontou ainda que, geralmente as mulheres ponderam mais sobre as categorias inerentes a Livre Orientação e Expressão Sexual, ou seja, tem uma abordagem mais consistente.



Figura 06 – Grupo de Trabalho (Equipe Manaus) no Encontro Regional “Escola sem Homofobia” (Belém – PA Abril 2009).

Fonte: arquivo pessoal da pesquisadora.

² A observação foi realizada no Encontro Regional do Projeto “Escola Sem Homofobia (2009)”, onde lideranças lésbicas, gays, travestis e transexuais, além de representantes de secretarias de saúde, justiça e educação, discutiram em nível de região norte do país, as ações efetivas e propostas na esfera do Estado e de Organizações não Governamentais para o combate a homofobia nas escolas



Figura 07 - Delegação do Amazonas e Presidente da ABGLT (ao centro) no Encontro Regional "Escola sem homofobia" (Abril 2009).

Fonte: Idem.

As ilustrações acima mostram o GT (Grupo de Trabalho) com membros do Amazonas, os quais discutiram a inclusão social de homossexuais nas escolas.

Já a segunda ilustração mostra a delegação do Estado do Amazonas junto com o presidente da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais).

Ao refletir as discussões do encontro, ponderou-se que as mulheres com orientação homoafetiva ainda são a minoria dos membros no encontro (apenas quatro em um universo de trinta participantes LGBT's), apesar de todos os ensejos que norteiam a relevância da visibilidade feminina para a inclusão social.

As observações evidenciadas no Encontro Regional e em algumas reuniões junto à comunidade LGBT, mostraram que as mulheres homoafetivas são mais maduras para o debate sobre a Homossexualidade, o que pode ser explicitada pelo eixo que envolve o ostracismo histórico das mulheres, o que também aparece nos movimentos. Assim, quando a categoria feminina aborda temáticas LGBT, discorre severamente as opiniões expressas na sua identidade.

Os ensejos mostram que abordar a homoafetividade feminina, configura-se pelo

interesse afetivo entre iguais, ainda é um desafio por representar-se em contextos ainda pouco explorados não apenas na ênfase da sexualidade humana, mas na realidade histórica e cultural da mulher e nos atributos envolvidos a variadas expressões da questão Social.

Os fatores que caracterizam o reconhecimento da diversidade são assolados pelo pensamento previamente estabelecido, também conhecido como preconceito, que apresenta sua marca mais firme através das práticas homofóbicas, ou seja, quando o indivíduo retrata o fenômeno de aversão a homossexuais, que pode ainda verificar-se pelo medo do reconhecimento de sua própria orientação sexual no outro.

Considerando que o preconceito é uma das problemáticas principais vivenciadas pela população LGBT, principalmente pelas mulheres homossexuais que por si só, o experimentam em suas diversas faces, questionou-se sobre o significado da expressão preconceito, sendo que obteve-se as seguintes reflexões:

É quando deixam de te dar oportunidade por uma opção ou motivo de felicidade. (Girassol, 23 anos).

É não te aceitarem do jeito que você é. (Margarida, 35 anos).

Algo que atrapalha muito a nossa sociedade, pois muitos nos julgam sem nos conhecer. (Flor do Campo, 28 anos).

A compreensão do significado do preconceito apontou fatores que podem levar até mesmo a exclusão social, haja vista que o indivíduo “não é aceito do que é”, ou seja, a sociedade não abre espaço para o diferente, não age com base na equidade, o que facilita até mesmo a criação de guetos ou subgrupos sociais.

Ainda sobre o preconceito, os relatos apresentaram-se ainda mais marcantes, conforme percebe-se a seguir:

Todo mundo diz que o homossexualismo é uma doença, mas o preconceito é que é doença... se não houvesse preconceito não haveria tantas guerras (Violeta, 40 anos).

As pessoas acham que você é doente, principalmente por causa das doenças transmissíveis. (Papoula, 22 anos)

Nos relatos, as entrevistadas revelam a dura face do preconceito, onde a homossexualidade na sociedade ainda é vista como doença e o sujeito homossexual é

discriminado pela sua própria condição humana, como se fosse uma ameaça, algo que precisa ser extirpado, subtraído da realidade cotidiana.

Além disso, percebe-se que nem todos os sujeitos homossexuais têm a noção de que a terminologia 'homossexualismo' não está em uso na atualidade, visto que o sufixo 'ismo' denomina doença/patologia.

Já a análise de membros dos movimentos sociais aponta contextos ainda mais direcionados à sociedade conservadora, tais como:

Burrice. Uma questão de cultura, uma herança maléfica, um câncer arraigado na mente dos hipócritas. (Orquídea Negra, 50 anos – LGBT Maranhão)

A expressão contida na reflexão mostra que, ao passo que a sociedade não abre-se a diversidade, ao diferente, enfrenta-se inúmeros cotidianos onde reina a hipocrisia onde homossexual não tem voz nem vez, ou seja, como se fosse um sujeito que não existisse, ao contrário, fosse coisificado e a população fecha os olhos para as diversas formas de expressão da sexualidade, como se simplesmente estivesse à parte da condição humana. Tais considerações podem levar até mesmo a prática de ações homofóbicas, que se concretiza pela aversão a indivíduos com orientação homossexual.

Ao retratar a homofobia, vale ressaltar que o elevado índice de países intolerantes, os quais segundo Mello (2005) aparecem quantitativamente no Relatório "Quebrando o Silêncio" da Anistia Internacional, o qual revela que em 83 (oitenta e três) países a homossexualidade masculina é proibida, e em 44 (quarenta e quatro) a expressão da homossexualidade feminina também é proibida.

Neste ínterim, ao questionar os motivos que levam a um quantitativo menor de proibição da expressão da homoafetividade feminina, considera-se que o fator tolerância não apresenta-se em elevação na questão feminina, pois a sexualidade da mulher, em muitos países é considerada limitada, controlada ou até mesmo nula, que não favorece a expressão pública da homoafetividade.

Apesar disso, na atualidade a homofobia está presente em mais de 150 (cento e

cinquenta países), seja de maneira formal através da legislação ou pelo processo de intolerância de determinadas sociedades, principalmente com relação à mulher, a qual encontra-se envolta ao ostracismo absoluto pela sua própria condição feminina, olvidando-se que a orientação homossexual como por ser uma condição que já atravessa milênios.

Neste sentido, pondera-se a relevância de analisar tal objeto que consiste em desbravar uma realidade ainda pouco explorada cientificamente, a considerar que a identidade de gênero feminina ainda não firmou-se socialmente e politicamente em sua plenitude, a qual ainda mostra a ausência de sua visibilidade, fator este pouco refletido por não retratar-se a orientação sexual como uma das expressões da condição humana, principalmente quando se caracteriza a homossexualidade na expressão da mulher.

A Declaração Universal de Direitos Humanos ressalta que nascemos livres e iguais em dignidade e direitos, contudo percebe-se que em determinadas realidades e para alguns contextos, uns são mais “iguais” que os outros.

Neste sentido, as Políticas Públicas deste início de século não objetivam mais trabalhar em prol da igualdade entre as pessoas, mas discute que a espécie humana depende de uma coletividade e dentro desta está inserida a diversidade, em seus vários aspectos.

Destarte, o profissional de Serviço Social como sujeito partícipe de uma sociedade em mutação, precisa lutar pelo reconhecimento das diferenças, abordando inclusive a Livre Orientação e Expressão Sexual, assim como suas respectivas identidades de gênero, a qual tem sua temática expressa na campanha Nacional que deu origem a Resolução Nº 489/2006 do Conselho Federal de Serviço Social, a qual estabelece normas em situações de condutas discriminatórias ou preconceituosas em casos de orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no processo de exercício profissional.

A resolução enfatiza em seu primeiro artigo que o Assistente Social deve abster-se de toda e qualquer prática ou conduta que policie ou discrimine pessoas por orientação sexual. Já no artigo 3º, ressalta-se que o profissional deve contribuir na eliminação de práticas discriminatórias, inclusive no seu ambiente de trabalho.

Essas características podem contribuir na luta contra todo e qualquer tipo de preconceito, além de enfatizar a Livre orientação e Expressão Sexual como elemento integrado da condição humana.

Frente ao exposto, pondera-se que a livre orientação e expressão sexual do indivíduo enfatizam a possibilidade de manifestação da sexualidade humana em sua diversidade, fator este que pode ser enfatizado através da heterossexualidade bissexualidade, transexualidade e homossexualidade, entre outras características inseridas na diversidade.

Abordando a diversidade, percebe-se que o Brasil por ser ainda um país tradicional, apresenta seu conservadorismo e intolerância que decorrem pelo fato das pessoas apresentarem aversão e/ou medo das diversas expressões da sexualidade humana, o que acaba desencadeando até mesmo em quadros de violência com requintes de crueldade.

Ressalta-se que o contexto amazônico, apesar de suas peculiaridades apresentadas até mesmo frente ao processo histórico das populações tradicionais, tais como: indígenas e ribeirinhas, também apresentam em sua hereditariedade histórica o tradicionalismo da sociedade patriarcal que traz o viés do não reconhecimento das diferenças em sua totalidade, fator este que norteou a análise na realidade de Manaus.

A luta pelo processo de democratização e concretização de direitos humanos e sociais neste início de milênio, ainda mostra barreiras permeadas pela intolerância e o não reconhecimento das diferenças, principalmente no que tange a livre orientação e expressão sexual.

Nas relações de gênero, é preciso reconhecer a construção da identidade social, afirmando que a igualdade não pode significar a eliminação da diferença, já que esta é uma construção histórica, social e cultural inserida na diversidade.

Assim, reconhecer as diferenças trabalhando a igualdade é refletir também a aceitação da diversidade de identidades de gênero presentes na sociedade atual, ponderando-se contextos que possam erradicar a homofobia, já que vive-se em uma era planetária em que os sujeitos partícipes da realidade dependem uns dos outros como

coletividade e de todos como espécie, conforme a égide de Edgar Morin.

Ao refletir a temática, é importante enfatizar que de acordo com Suplicy (1985), a homossexualidade trata de uma caracterização da orientação sexual, a qual mostra-se pelo interesse erótico por pessoas do mesmo sexo.

A terminologia orientação sexual vem reforçar a necessidade de políticas públicas, pois a sociedade a caracteriza como “opção”, contudo sabe-se que os indivíduos não fazem opções para viver ensejos de preconceitos sociais.

Ainda no século XX, a sociedade mostrou a homossexualidade como um pilar que ainda obedecia a uma compreensão completamente patologizante, vista como doença, desvio ou anormalidade. Sobre isso, Velho (1976), ressalta que a relação de poder entre pai e filho, assegurava à realização de uma espécie de “ação social” dirigida a reeducação do corpo “desviante”, canalizando o indivíduo ao caminho da “normalidade” social através da prática de artes marciais e ginástica como primeiro passo. Seguidamente, o “desviante” era encaminhado ao processo de remodelagem psíquica através da psicanálise, utilizada como último recurso na “cura” da personalidade “pervertida”.

O contexto supracitado aponta que a homossexualidade, ainda vista como desvio, era tratada pela sociedade e família como doença, realidade esta que configura sua mudança a partir da década de 90, com a retirada do Código Internacional de Doença, sob a sigla CID 302.1.

Apesar da retirada da homossexualidade do rol das patologias, o qual aconteceu no dia 17 de maio de 1990, o que apontou a data como Dia Mundial de Combate a Homofobia, ainda hoje percebe-se a análise da livre orientação e expressão sexual como doença e/ou desvio, apesar da luta constante da população LGBT pelo respeito a condição humana.

Ao indagar as mulheres com orientação homoafetiva sobre homossexualidade ser ou não uma doença, ponderou-se as seguintes análises:

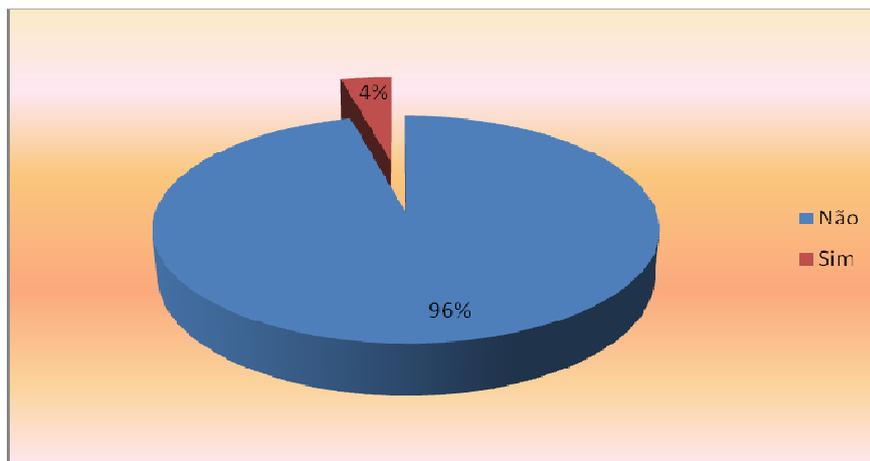


Gráfico 01 - Homossexualidade como doença?
 FONTE: Pesquisa de Campo 2009

Os dados mostram que, 96% das mulheres entrevistadas não enxergam a orientação homossexual como patologia, ou seja, visualizam-na como condição inerente ao ser humano que é homossexual, conforme confirma-se nos relatos a seguir:

Porque se fosse doença, já teriam descoberto a cura. (Rosa, 27 anos).
 Doença contamina... 'Isso' é um sentimento que você nunca teve, é um carinho por alguém, você passa o sentimento... é o tipo de amor que você quer dividir com alguém. (Azaléia, 42 anos).
 Posso ser o que menos for doente, pois tenho plena certeza de que sou felizmente saudável. (Flor do Campo, 28 anos).

Os apontamentos explicitados mostram os motivos que levam as entrevistadas a não aceitar que a homossexualidade possa ser sinônima de doença, apesar do fenômeno de intolerância social no que tange a liberdade de expressão da sexualidade humana.

Apesar do preparo da maioria das entrevistadas para lidar com a orientação sexual, cerca de 4% afirmaram que a homossexualidade é uma doença e ao questionar os motivos, ressaltou-se o seguinte relato:

É doença, porque você sente e não consegue se controlar. (Papoula, 22 anos).

A afirmação mostra também que ainda não há um consenso e/ou conhecimento sobre a aceitação da homossexualidade como condição humana, o que pode ser acarretada até mesmo pelos fatores históricos e culturais, os quais estão enraizados no

tradicionalismo e conservadorismo de uma sociedade patriarcal, onde o poder é sempre masculino, branco e de preferência, heterossexual.

Os contrastes na pesquisa precisam ser observados à luz da construção cultural de cada identidade, valendo-se das reflexões como base efetiva para a compreensão da identidade homossexual feminina.

Assim, outro relato que indaga se a homossexualidade pode ser ou não caracteriza como doença, aponta a seguinte reflexão:

É uma condição humana, pois nascemos com isso e com o tempo vamos descobrindo. (Jasmin, 23 anos).

A visão de que a sexualidade aparece como condição humana, é o fator primordial para o entendimento não apenas do próprio corpo, como também do rumo que a sexualidade humana pode tomar o que requer a integração de outras áreas do conhecimento, conforme verifica-se a seguir.

A reflexão da Orientação Sexual como condição humana requer uma análise interdisciplinar, ou seja, buscar-se-á o ponto de vista antropológico, sociológico, social no que tange a elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas, mas também a compreensão biológica e evolutiva, o que permite o melhor entendimento sobre a temática.

Na concepção evolutiva, Roughgarden (2004) enfatiza que a diversidade em gênero e sexualidade acaba sendo denegrida pela teoria de seleção sexual de Darwin, haja vista que essa teoria coloca que machos e fêmeas obedecem padrões, já os desvios desses padrões são considerados como anormalidades, ou seja, a diferença é considerada como doença, aparecendo com todas as nuances de preconceito e discriminação.

Nessa perspectiva, a variação em gênero é considerada irracional, o que reduz a evolução humana a perspectiva binária de sexo (macho e fêmea), olvidando assim o fator pessoal que acaba sendo negado.

A análise das ciências ocidentais discrimina a diversidade, não abrindo qualquer espaço para o estudo das diferenças, apesar das reivindicações dos movimentos sociais.

A biologia enfatiza que a homossexualidade é vista inclusive em animais, sendo esta naturalizada, assim indaga-se a grande resistência de ponderar essas diferenças entre os humanos.

Aprofundando a compreensão biológica sobre a homossexualidade como condição humana, Roughgarden (2004) estabelece uma análise dividida em três partes assim denominadas: Arco-Íris Animais, Arco-Íris Humanos e Arco-Íris Culturais.

A palavra Arco-Íris é assim utilizada pela autora, por melhor denominar a diversidade, sendo inclusive, esta a simbologia da referida categoria.

O primeiro ponto que refere-se ao Arco-Íris Animais revela que muitos são os relacionamentos que ocorrem entre os animais, sendo que boa parte é mediada pela sexualidade, até porque o sexo (uma das manifestações da sexualidade), equilibra continuamente o conjunto de genes da espécie.

Nessa perspectiva, detectou-se que entre os animais, não há somente os dois gêneros, as pesquisas apontam muito mais, haja vista que a expressão da sexualidade aponta múltiplos tipos de machos e de fêmeas (ROUGHGARDEN, 2004).

A teoria evolutiva da autora vai além da análise de Darwin que fechou a expressão da sexualidade em Teoria da Seleção Sexual. Roughgarden vai além, trabalhando assim a teoria da Seleção Sexual, entendendo a evolução humana com todos os seus contextos históricos e sociais na formação da identidade de gênero do indivíduo.

A reflexão do Arco-Íris Humanos enfatiza que resultamos mais de nossos relacionamentos do que de nossos diminutos genes, ou seja, o meio social oferece o suporte de caracterização da identidade humana, apresentando ainda aportes para a compreensão das infinitas diferenças existentes entre os indivíduos, ou seja, os humanos são dotados de uma diversidade que por vezes independe até mesmo da carga genética, mas refere-se a construção social que se faz a partir da identidade de gênero.

Sobre essa identidade, vale considerar que a sociologia a pondera como a forma do sujeito identificar-se como homem ou como mulher, refletindo ainda se está na convencionalidade social ou não.

Assim, a identidade de gênero pode sofrer variantes de acordo com a construção social efetivada pelo sujeito, a qual pode ter interferências religiosas, por parte da família ou pela própria sociedade em geral que favorece comportamentos dominantes.

A terceira representação é a do Arco-Íris Culturais, ponderando-se a visão cultural sobre a teoria da evolução sexual. No ensejo observa-se como determinada sociedade enxerga a diversidade de gêneros e como ela também se omite em relação a isto.

Roughgarden (2004) enfatiza que pela análise teológica, as escrituras sagradas silenciam sobre determinados fatores do desenvolvimento da sexualidade entre iguais, contudo preconizam normatizações sociais que devem ser seguidas.

Assim, cultura de uma população depende de inúmeros fatores que se constroem cotidianamente, de acordo com o meio vivenciado, assim o indivíduo pode estar em uma realidade que tolera as diferenças, ou em outra que simplesmente criminaliza e não oferece qualquer tipo de estratégia de inclusão social da diversidade.

Como aporte de inclusão da população homossexual, surgiram os movimentos sociais que desencadearam inclusive, na realização das Paradas do Orgulho LGBT, como marco de Stonewall In.

No Brasil, as Paradas firmaram-se com visibilidade a partir de 1995, iniciando-se primeiramente nas grandes capitais e do decorrer do tempo, a crescente participação elevou o número de eventos que em 2006 mostraram-se em 109 (cento e nove) paradas por todo o país, ressaltando inclusive a participação em cidades do interior (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GAYS, LÉSBICAS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - ABGLT, 2008).

Ainda sobre as paradas, vale enfatizar que a cidade de São Paulo tem esse evento como o maior da América Latina, o que mostra não apenas o turismo na referida cidade, mas a relevância da visibilidade da população homossexual, conforme as ilustrações a

seguir



Figura 08 – Gay Pride em São Paulo 2009
 FONTE: www.athosgls.com



Figura 09 – Gay Pride em Manaus 2008
 FONTE: www.afinsophia.blog.com



Figura 10 – Gay Pride em Manaus 2008
 FONTE: www.afinsophia.blog.com

Ao enfatizar o quantitativo de pessoas com orientação homoafetiva, é importante destacar a pesquisa de Kinsey, realizada pelo médico Alfred Kinsey, entre 1948 e 1953, apontou que cerca de 10% da população mundial seja homossexual, o que demanda uma análise mais profunda sobre o reconhecimento das diferenças (MELLO, 2005).

Na realidade brasileira, ainda não se tem um dado efetivo sobre o quantitativo de indivíduos com orientação homossexual. Apesar disso, o Censo realizado em 2007 já apresenta um campo específico para a descrição da orientação sexual e convivência com parceiro do mesmo sexo, contudo não há um preparo da sociedade para lidar com o ensejo, assim também como não há uma predisposição, por vezes, de o indivíduo homossexual ressaltar o contexto da sua livre expressão e orientação sexual, por receio de atividades preconceituosas e homofóbicas.

Por este motivo, muitos homossexuais ainda não conseguem “sair do armário”, obedecendo ao ensejo de não expressar ou até mesmo negar publicamente sua identidade de gênero, assim com também sua sexualidade, que socialmente falando, fica reprimida, mostrando-se apenas frente aos indivíduos com a mesma orientação e expressão sexual, assim como nos ambientes direcionados a GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), ressaltando-se que esta sigla ainda é muito utilizada na esfera comercial. Já no contexto social utiliza-se LGBT (lésbicas, gays, travestis e transgêneros).

Vale enfatizar que, segundo Green (2000), a não expressão da sexualidade humana com ênfase na homoafetividade em público, gera a formação de pactos de solidariedade, ou seja, a formação de arranjos pautados na solidarização mútua entre os sujeitos sociais com as problemáticas semelhantes.

Tal fato pode ser analisado historicamente pelo fato de que, os indivíduos de orientação homossexual, que não tinham qualquer tipo de suporte, buscavam a rede solidária entre os partícipes dos mesmos problemas.

No limiar dos anos de 1990, a terminologia homossexualidade começa a adquirir um viés mais voltado para a condição humana, ou seja, não é mais tratada como desvio ou doença, mas como orientação sexual, superando assim a compreensão patologizante da sexualidade, a qual pondera uma nova imagem aos movimentos homossexuais.

Vale enfatizar que somente a partir do ano 2000, o Brasil fez o processo de inicialização da abordagem pública mais efetiva sobre a homossexualidade, não pelo fato de estar vencendo o conservadorismo da sociedade, nem tampouco pela quebra das tradições visualizadas historicamente na relação patriarcal ainda vigente, mas pelo fato da discussão de políticas Públicas que trabalhem a equidade, que refletem, sobretudo, o reconhecimento das diferenças humanas.

Assim, o fato de abrir-se as portas para pensar o diferente, já apresenta-se como um avanço, pois como bem enfatiza Faleiros (2007), precisa-se aproveitar as brechas existentes no cotidiano da sociedade, visualizando assim estratégias e possíveis respostas às problemáticas que configuram como expressão da Questão Social.

No trato a condição humana, Facchini (2005) informa que o movimento homossexual deixa a sigla GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), que passa a ser utilizada apenas em caráter de mercado e produtos, mudando-a para GLT e *a posteriori* GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Esse processo de mutação fornece um caráter mais politizado ao movimento.

A sigla do movimento passa a mudar somente a partir de 2008, considerando a sugestão de normatização nacional da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), fornecendo assim subsídios para a visibilidade feminina ao tratar a temática com o “L” em destaque (LGBT). Ressalta-se que tal ensejo foi discutido inclusive na primeira Conferência de Políticas Públicas para a população GLBT, onde a sugestão foi aprovada, apesar das resistências.

Ao ponderar a diversidade, ressalta-se que tratar a sexualidade como condição humana não significa olvidar a problemática social que se instala acerca da homofobia, ou seja, a intolerância em relação à expressão homossexual, a qual segundo os dados levantados pelo GGB (Grupo Gay da Bahia), em 2007 a homofobia vitimou 122 (cento e vinte e dois) homossexuais masculinos, 58 (cinquenta e oito) travestis e 6 (seis) homossexuais femininos, mostrando um aumento de 30% de mortes em relação ao ano anterior, ou seja, estatisticamente falando.

A realidade de 2008 não foi diferente, o GGB registrou 190 (cento e noventa)

homicídios contra a população LGBT, contudo sabe-se que o quantitativo pode ser muito maior, já que trata-se da única organização que busca pesquisas relacionadas a tal expressão da Questão Social na atualidade.

No Brasil, acontece um crime contra um homossexual ou travesti a cada dois dias, sendo que 70% das vítimas eram gays, 27% travestis e 3% de lésbicas, o que caracteriza segundo Luis Mott, um verdadeiro “homocausto”.

Em 2009, até abril já são 45 crimes homofóbicos, o que representa 48% do quantitativo do ano anterior, ou seja, em 1/3 do ano passado já aconteceram quase 50% dos crimes registrados no ano passado.

Ressalta-se que no ensejo da problemática direcionada a homofobia, urge a constituição de políticas públicas voltadas ao seu enfrentamento, considerando-se inclusive o seu combate no interior das famílias, pois a homofobia familiar direciona por vezes, o homossexual a direcionamentos não condizentes, o que faz com que nem de longe a homossexualidade possa ser vista como condição humana, haja vista a ausência de liberdade para tratar a livre orientação e expressão sexual.

Tais fatores podem ser observados, retratando-se inclusive a situação da mulher, que em sua condição de sujeito social com identidade de gênero feminina já enfrenta preconceitos outros, agravados pelo imperialismo do patriarcado, e segregado de maneira mais firme pela orientação homossexual.

Igualmente, ressalta que as Políticas Públicas vigentes ainda não atendem ao viés da homoafetividade, dado este vivenciado cotidianamente até mesmo pelo tripé da Seguridade Social, que objetiva-se como base de trabalho do Assistente Social.

Nas Políticas de Saúde, a mulher com orientação homossexual não encontra muitos espaços, visto a falta de apoio e programas municipais voltados a comunidade “Les” (ensejo muito utilizado para designar o segmento lésbico), principalmente no que tange a IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis) ³ e seus respectivos meio de

³ De acordo com Giordanni (2004), desde 2001 a organização Mundial de Saúde já trabalha com a terminologia IST (infecções sexualmente transmissíveis), substituindo-se assim a tradicional DST (doenças), entendendo que nem toda doença sexualmente transmissível revela sintomas rapidamente.

prevenção, assim como também nas estratégias de atendimento pelos profissionais de saúde, que ainda não existe um projeto de capacitação contínua que envolva o atendimento a mulheres com orientação homossexual

A Política de Previdência ainda caminha a curtos passos no reconhecimento de direitos advindos das uniões estáveis, principalmente no que tange a direito a pensão para parceiros da mesma identidade de gênero, o que gera desconforto, firmado pela falta de uma legislação efetiva no Brasil que ofereça ênfase na parceria civil legalizada.

As Políticas de Assistência abordam a família e já abre espaço para os agregados, contudo ainda não reconhece as uniões homoafetivas estáveis como parte da família, ou até mesmo as reconhece como “novos arranjos”, contudo critica-se a análise pelo fato de que, esses arranjos familiares sempre existiram, contudo a sociedade fechou os olhos historicamente a esta realidade.

Apesar de a Constituição Federal ressaltar a equidade, urge que as políticas abordem o reconhecimento das diferenças, pois sua ausência retrata a falta de preparo da sociedade para lidar com a livre orientação e expressão sexual, ou seja, o Brasil ainda encontra-se mergulhado no mar da intolerância social e sexual.

A reflexão da questão perpassa pelo fato de que, as relações de poder na análise marxista são efetivadas pelo aparelho ideológico do Estado, apesar disso Foucault (2006), pondera que as relações de poder são asseguradas pelo corpo, ou seja, não apenas o funcionamento deste, mas como as estratégias de gênero caracterizadas por ele.

A sociedade insere assim, um modelo social predominante para o corpo, assim como o seu uso no universo da sexualidade, o qual mostra a heterossexualidade como modelo único e tradicional na sociedade. Assim, toda e qualquer manifestação diversa a exposta, é considerada ainda como desvio, obedecendo a uma compreensão na esfera da patologia, e necessitando, portanto, de intervenção para a “cura”.

Quando observa-se a situação da mulher, a visibilidade ainda é limitada, pois até

Muitas são infecções que podem invadir silenciosamente o corpo e seu hospedeiro pode, assim, permanecer por anos, sem sintomas de doença.

mesmo no heterocentrismo a sexualidade feminina é limitada e controlada.

Ao retratar então a orientação sexual feminina voltada à homossexualidade, percebe-se que o contexto situacional é ainda mais complexo, considerando-se primeiramente a condição da mulher, como alvo de discriminações históricas perante a coletividade.

Assim questiona-se: Como assumir a visibilidade da homossexualidade como condição humana, se a realidade da secundarização da mulher ainda é presente em todas as esferas sociais?

Esse fator pode ser refletido considerando a análise histórica da homossexualidade e o seu contexto de inclusão social até os dias de hoje.

Apesar disso, no limiar do século XXI, ainda é comum a percepção da livre orientação e expressão sexual não ainda como condição humana, já que os indivíduos por vezes ainda não conseguem “sair do armário” e quando o fazem, acabam entrando no “guarda-roupa”.

Os movimentos sociais feministas também apresentam seus mecanismos internos de segregação, pois as mulheres homossexuais são consideradas como minorias da ala feminista.

Já nos movimentos LGBT, a mulher precisa ir além dos limites entre o masculino e o feminino, pois as mulheres são consideradas apenas a porção feminina do movimento homossexual, ressaltando-se o imperialismo da visão machista, como herança do patriarcado, onde as relações de poder exercem maior dominação e não há um reconhecimento da mulher como protagonista social.

Ainda neste contexto, vale enfatizar que de acordo com Gomide (2007), tratar indivíduos com orientação homossexual como minorias sociais é apenas uma “invenção” estratégica da sociedade capitalista, haja vista que, o que está sendo suprimido neste contexto não são os indivíduos, ou até mesmo um determinado grupo, mas um conjunto de atos vindos de um determinado grupo, os quais não são aceitos pela sociedade.

Frente ao exposto, pondera-se que a estrutura social ainda apresenta uma lacuna no trato à orientação sexual como condição humana, pois “um conjunto de atos” não caracteriza uma minoria social, conforme verifica-se na atual realidade brasileira.

As lacunas presentes na esfera legislativa não deixam de envolver a orientação sexual como sinônimo de privação e opressão, a qual canaliza para o fenômeno da discriminação e culmina na exclusão social, fator este que leva aos indivíduos com orientação homossexual a não adentrarem no contexto socialmente aceito da condição humana.

Para tanto, indaga-se: Todo homossexual pode considerar-se *gay*?

A indagação faz-se relevante pelo fato de existir um preceito que distorce as duas realidades categóricas, onde homossexual é o indivíduo que apresenta o direcionamento da sua sexualidade voltada a indivíduos de sua identidade de gênero, ou seja, configura-se a relação entre os iguais.

Já o significado de ser *gay*, é abordado de maneira mais profunda por Fry e MacRae *apud* Gomide (2007), da seguinte maneira:

“Um homossexual é *gay* quando ele se vê feliz de ser alguém dotado da capacidade de enxergar as pessoas como romanticamente belas. Ser *gay* é ser livre de vergonha, culpa ou remoço de ser homossexual [...]. Ser *gay* é vislumbrar sua sexualidade, como o heterossexual sadio enxerga a dele” (p.77).

A reflexão mostra que nem todo homossexual pode considerar-se como *gay*, haja vista que “sair do armário” nos meandros do século XXI ainda é desafiador. A sociedade brasileira com seu perfil tradicionalista e heterocentrista, também não favorece a tolerância e o respeito com a livre orientação e expressão sexual, e ponderar o protagonismo social dos indivíduos com orientação homoafetiva, ainda faz parte do imaginário social e apenas nas entrelinhas das políticas públicas.

Retratando tal ensejo, ao questionar as mulheres na pesquisa de campo, sobre como se consideram em sua orientação sexual, verificou-se as seguintes afirmações:

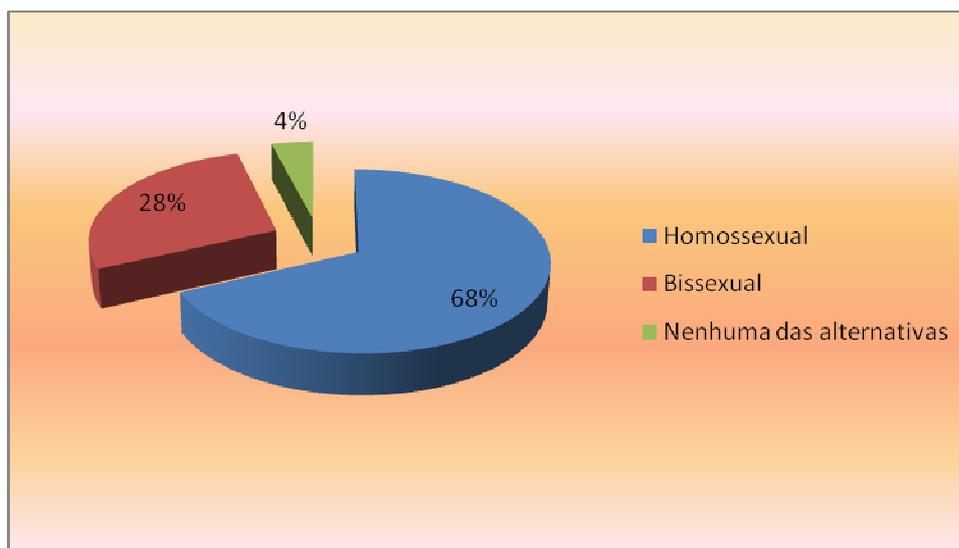


Gráfico 02 – Como você se considera em sua orientação sexual
 FONTE: Pesquisa de campo 2009

A análise do gráfico mostra que 68% das mulheres se consideram homossexual, 28% bissexual e 4% nenhuma das alternativas.

O retrato da pesquisa ponderado junto às mulheres questionando as respostas, as quais apontaram vários ensejos, tais como:

No momento eu sou homossexual, né? (Rosa Branca, 25 anos)

Olha, eu vivo com mulher há muito tempo, mas não sou isso não. (Margarida, 35 anos).

As afirmações expressam que a identidade homoafetiva pode não ser reconhecida por todos os sujeitos que compõem a população LGBT, ou seja, uma realidade é ter práticas e representações voltadas ao indivíduo do mesmo sexo, outra coisa seria justamente o assumir-se com a identidade homossexual.

Tais fatores aparecem presentes nas formas de expressar a orientação sexual das mulheres, haja vista que a homossexualidade se configura através do erotismo, o qual de acordo com Castelo Branco (2004) vislumbra o sexo implícito e não explícito, ou seja, não necessariamente significa que está ligada a sexualidade, sendo este o papel da pornografia.

Assim, a homoafetividade pode apresentar-se de maneiras diversas, de acordo com a noção de cada indivíduo e representação social que os mesmos fazem sobre a idéia do desejo entre os iguais biológicos.

De acordo com reportagem divulgada pelo Diário do Amazonas (2009) - Jornal da localidade de Manaus, e ratificado pelo ProSex (Projeto de Sexualidade), uma pesquisa intitulada como "Mosaico Brasil", do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, em dez capitais brasileiras, buscou saber o perfil da orientação sexual do brasileiro.

A pesquisa abordou cerca de 8.200 pessoas e contou com os seguintes resultados:

Brasília

Homens: 7,9% homossexuais, 2,9% bissexuais. Total: 10,8%

Mulheres: 4,5% homossexuais, 0,6% bissexuais. Total: 5,1%

Salvador

Homens: 8% homossexuais e 1,6% bissexuais. Total: 9,6%

Mulheres: 5,3% homossexuais e 1,2% bissexuais. Total: 6,5%

Fortaleza

Homens: 7,2% homossexuais e 3,4% bissexuais. Total: 10,6%

Mulheres: 6,1% homossexuais e 2% bissexuais. Total: 8,1%

Manaus

Homens: 4,9% homossexuais e 1,6% bissexuais. Total: 6,5%

Mulheres: 9% homossexuais e 1,2% bissexuais. Total: 10,2%

São Paulo

Homens: 7,7% homossexuais e 1,7% bissexuais. Total: 9,4%

Mulheres: 5,3% homossexuais e 1,7% bissexuais. Total 7%

Rio de Janeiro

Homens: 14,5% homossexuais e 4,8% bissexuais. Total: 19,3%

Mulheres: 7% homossexuais e 2,3% bissexuais. Total: 9,3%

Belo Horizonte

Homens: 6,4% homossexuais e 2,8% bissexuais. Total: 9,2%

Mulheres: 3% homossexuais e 1,5% bissexuais. Total: 4,5%

Curitiba

Homens: 5,4% homossexuais e 2% bissexuais. Total: 7,4%

Mulheres: 4,3% homossexuais e 1,4% bissexuais. Total: 5,7%

Porto Alegre

Homens: 5,8% homossexuais e 1,3% bissexuais. Total: 7,1%

Mulheres: 3% homossexuais e 1,8% bissexuais. Total: 4,8%

Cuiabá

Homens: 4,6% homossexuais, 4,1% bissexuais. Total: 8,7%

Mulheres: 2,6% homossexuais, 0% bissexuais. Total: 2,6%

Média das 10 capitais pesquisadas:

Homens: 7,8% homossexuais e 2,6% bissexuais. Total: 10,4%

Mulheres: 4,9% homossexuais e 1,4% bissexuais. Total: 6,3%

Dando ênfase a realidade de Manaus, pondera-se que cerca de 10,2% das mulheres declararam ser homossexuais ou bissexuais, o que apontou a cidade como a de maior índice de mulheres que caracterizaram sua identidade ou experiências homoafetivas. Já a identidade masculina com maiores números mostrou-se na cidade do Rio de Janeiro, com 19,3% de homens homossexuais ou bissexuais.

A análise do ProSex só vem ratificar a relevância do debate sobre a identidade homoafetiva feminina, pois urge que se fomentem políticas públicas direcionadas a

inclusão social de tais sujeitos, refletindo inclusive a cidade de Manaus, haja vista que, ao abordar a identidade de gênero feminina, mostra-se um processo ainda desafiador e pouco estudado, pois o que falta para caracterizar a homossexualidade feminina está pautada na identidade, que ainda mostra-se tímida no que tange ao reconhecimento das diferenças, levando ao chamado “ostracismo” lésbico.

A contextualização do “ostracismo” se faz pela condição de mulher, envolta ao processo de secundarização e considerar-se como minoria. Ressalta-se que o agravamento da problemática configura-se em todas as classes sociais, independente da condição social, perpassando inclusive pela realidade no mercado de trabalho.

A discussão atual sobre as políticas voltadas ao mercado de trabalho no que tange a inserção de indivíduos com orientação homossexual é relevante, ao passo que em vários campos de atividade laborativa, o imperialismo da homofobia está presente, levando muitos empregadores a dispensar trabalhadores por conta da orientação sexual.

Conforme Guimarães (2004), no que tange ao mercado de trabalho, por vezes o indivíduo mantém suas atitudes e comportamentos de maneira “discreta”, assim também como sua linguagem, evitando assim qualquer subsídio discriminatório. Ressalta-se ainda que alguns sujeitos assumem um escudo heterossexual, já que ser ou não reconhecido como homossexual pode ter um peso relativo, dependendo da situação no mercado de trabalho.

O ensejo situacional descrito pode perdurar em alguns contextos, até mesmo para não confundir-se as fronteiras sociais e de trabalho com as sexuais, haja vista que na atualidade, a questão da orientação sexual ainda tem um “peso” em determinadas organizações no momento de contratação ou efetivação de determinado colaborador.

No que refere-se à mídia, percebe-se que a temática da homossexualidade como condição humana já apresenta algum tipo de visibilidade, contudo ainda encontra-se permeada pelo tradicionalismo e conservadorismo da sociedade, que cobra medidas interventivas no sentido de olvidar a livre orientação e expressão sexual.

Nos meandros da intolerância a homossexualidade como condição humana, os indivíduos que direcionam sua sexualidade para os iguais, acabam por formar redes

solidárias entre si, em favor de sua condição, o que culmina em guetos onde possam não apenas revelar sua identidade, mas vivê-la, longe do ostracismo exigido cotidianamente pela sociedade.

Assim, a abordagem da homossexualidade como condição humana não resulta apenas em direcioná-la ao respeito aos direitos dos homossexuais, mas dar ênfase a liberdade humana em suas estruturas que abrangem a diversidade, já que “somos livres e iguais” e neste âmbito urge não apenas o direcionamento da igualdade, mas o reconhecimento das diferenças, imperando inclusive nas diversas formas de conjugalidades e parentalidades homoafetivas, o qual será abordado *a posteriori*.

1.4 – Estruturas do Patriarcado na Conjugalidade Homoafetiva

O fantasma do patriarcalismo impera na sociedade desde os tempos mais remotos, mostrando-se de maneira dominadora nas relações de gênero, independente do tipo de conjugalidade, configurando-se desde o paganismo até o advento e a consolidação do cristianismo na sociedade moderna, direcionado as identidades de gênero masculinas e femininas respectivamente, o qual obedece ao tradicionalismo dos arranjos familiares existentes no cotidiano social.

No contexto supracitado, as relações de poder invadem a esfera privada no ensejo de mostrar que um indivíduo exerce seu poder e outros tantos, como sujeitos 'subordinados' o obedecem, envoltos em uma relação hierárquica dominadora.

Para caracterizar poder, é interessante entender que este existe quando a potência determinada por certa força aparece explícita e de maneira precisa, sem, contudo significa a imposição pela força ou chantagem (LEBRUN, 2004).

De acordo com a análise, reflete-se que o poder é o direcionamento de uma ordem a alguém que deve cumpri-la e é neste contexto que surge a idéia de dominação, haja vista que alguém manda e outro obedece sendo, portanto, dominado diante de determinada esfera.

Ressalta-se que em todos os contextos sociais, a relação de poder faz-se

presente, seja nos vínculos empregatícios e conseqüentemente nas atividades laborativas, nas ações acadêmicas, nas relações interpessoais e também nas relações afetivas, sendo que nestas o poder se configura de maneira explícita na esfera da vida privada.

De acordo com Lebrun (2004), outros teóricos abordam maneiras diferenciadas de ver o poder. A visão funcionalista de Parsons, por exemplo, caracteriza que o poder não é imposto apenas por aquele que está em condições de impor pela própria vontade, mas que pode fazê-lo por dispor de capital de confiança, encarregado assim de delegar tarefas em prol de uma finalidade coletiva.

A análise funcional de Parsons viabiliza apenas o estudo da estratificação da sociedade e não da sua transformação, o que se verifica claramente na sua reflexão sobre o poder, que é visto apenas como um elemento essencial com componentes característicos para focar a integração entre os demais sujeitos, sem preocupação com a dialética da realidade.

Tal assertiva pode ser verificada cotidianamente nas atividades laborativas, onde um membro dita as regras e conseqüentemente outros obedecem com um objetivo final único.

Esse tipo de análise também pode ser aplicado no interior das famílias, onde um sujeito delega tarefas em benefício de uma coletividade que depende delas.

Já Foucault (2006), aborda outra linha de poder, que vai além da simples instauração e seguimento de leis, mas a característica normativa imposta pelos micros poderes existente na sociedade, os quais podem ter visibilidade pelo poder pedagógico, social, pátrio poder, poder do policial, do empregador, do padre, entre outros.

Nesta abordagem, Foucault revela que o indivíduo inserido na sociedade não obedece apenas a um poder a nível macro, mas a inúmeros micros poderes existentes no cotidiano de cada uma, os quais agem como mola propulsora na constituição do sujeito social em pleno desenvolvimento de suas funções seja no ato de impor normatizações, ou até mesmo de segui-las.

Assim, considera-se que o poder está presente nas estruturas sociais, econômicas, culturais e sexuais, assim como na diversidade das relações que imperam no cotidiano.

Ao ponderar tal ensejo, a pesquisa de campo apresentou alguns dados relevantes no que tange ao exercício do poder nas relações homoafetivas, de acordo com o gráfico abaixo:

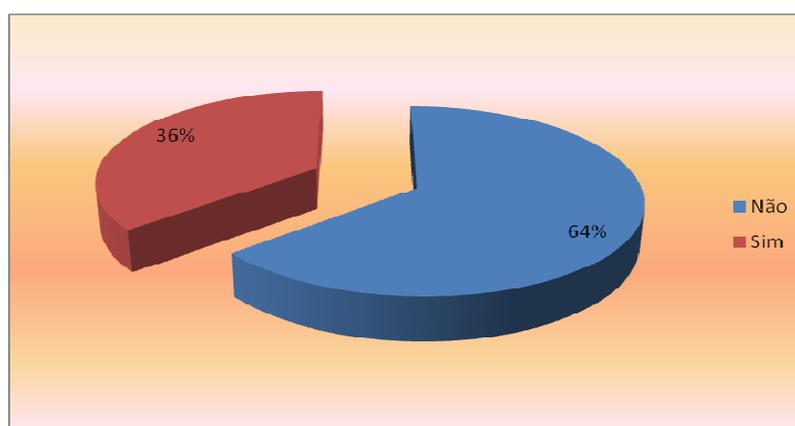


Gráfico 03 – O exercício do poder nas relações homoafetivas
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

Ao aprofundar a temática da homoafetividade no campo, 36% das mulheres admitiram exercer o total poder nas relações conjugais, o que confirma que tal categoria também apresenta-se em outras esferas da conjugalidade humana, como nas relações entre mulheres.

O relato a seguir confirma tal contexto:

Na relação, quem manda sou eu, a outra apenas concorda, e confirma o que precisa ser feito. Ela é frágil demais para mandar em alguma coisa. (Dália, 25 anos).

A afirmação aponta que as estruturas do poder e da submissão perfazem o cotidiano da vida privada “naturalmente”, sendo que as raízes da dominação homoafetiva também existem em várias dimensões.

Ainda sobre o poder, Lebrun (2004) aponta ainda uma análise mais voltada à filosofia, tecida em Aristóteles onde o poder não se faz tanto na esfera pública, sendo, portanto na esfera privada, nas relações com a família, que o homem porta-se como um monarca, um déspota, exercendo seus atributos de dominação.

A soberania, como em 'O Príncipe' de Maquiavel, é exercida tanto no poder de efetuar normas a todos em geral como a cada um em particular, sendo está uma marca que também a parece no interior das famílias, que aqui entende-se não apenas aquelas enfáticas pela estrutura patriarcal, regulamentada pelo homem, esposa e sua prole, mas pelos arranjos familiares que se configuram através da diversidade de conjugalidades e parentalidades.

Bourdieu (1993) aborda família como um conjunto de indivíduos ligados entre si, seja pela pelo casamento, pela filiação ou pela coabitação, ou seja, a convivência sob o mesmo teto.

Tal reflexão abre as portas para a análise mais social do termo família, tendo sua amplitude construída, inclusive sobre a diversidade, pois as famílias que congregam casais homossexuais não são apenas os “novos” arranjos que se mostram no limiar da estrutura social, mas confere a modelos que já existiram, mas eram olvidados pela sociedade em seu tradicionalismo e conservadorismo.

Apesar da realidade da concepção de famílias homoafetivas na sociedade, a pesquisa de campo mostra que o ostracismo da mulher homossexual ainda impera no ato de assumir a constituição de uma família, ou até mesmo no fato de ter que dividir a mesma residência, conforme verifica-se a seguir:

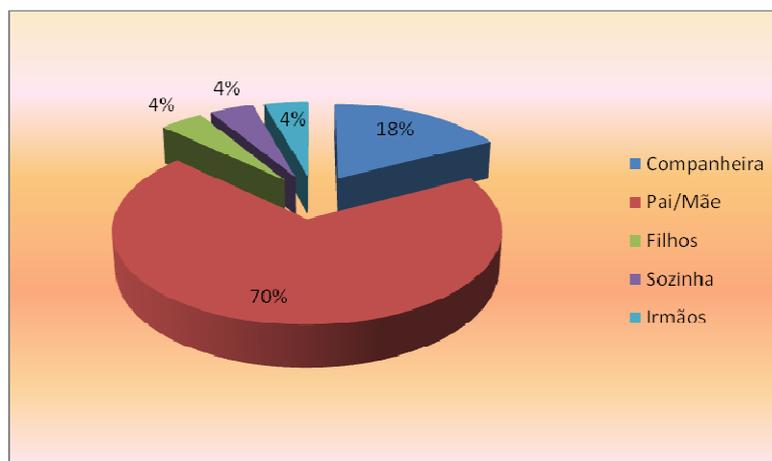


Gráfico 04 – Com quem a entrevistada reside
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

O gráfico mostra que 70% das mulheres entrevistadas informaram residir junto com os pais, ou seja, ainda não vivenciam uma conjugalidade efetiva, apesar de muitas darem ênfase a união mais estável.

Verifica-se ainda que cerca de 18% reside com a companheira, o que facilita que se possa criar um cotidiano mais profundo na relação, consolidando-se os laços afetivos através da vida conjugal diária.

No que tange a conjugalidade, Uziel (2007), caracteriza que a referida envolve quatro elementos básicos, que concernem à estabilidade, vida a dois, a afetividade e a expressão pública da relação.

Tais fatores ainda são demasiadamente subjetivos, já que não há consenso legal sobre o significado real da estabilidade nem mesmo na maior parte das uniões heteroafetivas, já a vida a dois apresenta um imaginário que reflete a união sem a presença do viés da promiscuidade. A afetividade e a expressão pública apressam seus meandros pelos cânones sociais vigentes, pois no que tange a homossexualidade, a discrição torna-se um fator praticamente obrigatório, para a vida em uma sociedade unificada pelo conservadorismo e pela não aceitação e intolerância com as diferenças.

Tal análise faz-se relevante pelo fato de que, na conjugalidade homoafetiva também configuram relações de poder, tanto quanto na relação heterossexual, haja vista que existem meandros de dominação e normas que imperam no cotidiano da relação.

A importância de trabalhar a temática assegura-se no fato de que a conjugalidade homossexual também abre excedentes visualizados no patriarcado e na esfera heterocentrista, pois o poder faz-se presente tanto nas normatizações que parte do coletivo a individualidade, como preconizou Maquiavel em *O Príncipe*, como na esfera privada, onde o sujeito considera-se um déspota.

O ensejo apresentado mostra que em qualquer união, seja homo ou heterossexual, as tribulações são permeadas com suas semelhanças, independente da identidade de gênero ou orientação sexual.

Apesar do quadro, Foucault (2006) engloba que as relações de poder também são regidas pelo corpo, ou seja, este é o responsável pela aquisição da normatização e constitui suas próprias leis, que partem aos cânones sociais, principalmente no que tange a sexualidade dos indivíduos.

Sobre isso, vale considerar que o autor supracitado enfatiza que, o poder não é atributo do Aparelho Ideológico do Estado, mas do corpo, que por sua vez apresenta a representação social necessária ao envolvimento dos indivíduos, sendo, portanto o fator ideológico do poder.

No que tange as relações de poder efetivadas historicamente no que refere-se a sexualidade, vale considerar o Período Vitoriano, que envolveu parte do século XIX até 1901, no século XX. O referido período marca a transição da sexualidade que antes era vista como algo mais publicizado, para algo da esfera privada, referente ao lar e as caracterizações domésticas.

Foucault (1988) relata que a condição da severidade no trato a sexualidade conduzia a família e conseqüentemente a sociedade, a assumir padrões ditos mais rígidos. Não se falava de sexo, visto os pudores reais da época, as crianças eram consideradas como seres sem sexo, sendo desnecessário o conhecimento destas sobre tal assunto.

Neste ínterim, as mulheres também eram consideradas como seres assexuados, visto o impedimento destas de relatar qualquer ênfase a referência da sexualidade, tendo

ainda sua função procriadora, pronta para atender o marido em qualquer ocasião em que fosse solicitada.

A visão heterocêntrica envolvia a sociedade do período vitoriano, onde estabeleceu-se que as relações de poder deixavam de ser geradas pelo e em favor do corpo, ao menos na esfera pública.

A visão repressiva do sexo não oferecia qualquer visibilidade à mulher do séc. XIX, que era governada pelo poder patriarcal. Tal fator, não favoreceu o desenvolvimento de obras ou muitos dados característicos sobre a expressão da homossexualidade feminina.

Apesar dos poucos escritos, Abbot & Farmer (1998), estabelecem uma reflexão sobre a temática e o surgimento da assistência social das 'damas da caridade', visando ponderações referentes à origem da profissão.

Como o posicionamento da autora foge aos cânones sociais da contemporaneidade, poder-se-ia considerar que a análise como uma visão apócrifa da realidade do Serviço Social, já que justificativa as atividades sociais das 'senhoras da sociedade' como mecanismo encontrados não apenas para a saída do lar e efetivação das benfeitorias sociais, mas como estratégias de encontros amorosos com outras 'damas', sem estar à luz dos preconceitos sociais visualizados durante o final do século XIX, já que a mulher não poderia demonstrar qualquer sinal de visibilidade sexual, e sua afetividade deveria direcionar-se apenas aos filhos e ao cuidado do lar.

A repressão do sexo na esfera pública mostrou-se através da noção de transgressão para quem dele falasse. Assim, o sexo era considerado assunto proibido, que desordena as idéias e compromete a liberdade futura, segundo Foucault (1988).

O sexo era sobrecarregado de regras e recomendações, imperando neste sentido, a vigilância, principalmente para a mulher, já que a relação matrimonial era permeada de contrições, sendo que prazeres estranhos e extras ao casamento, inclusive as perversões, eram abominadas e condenadas severamente, principalmente pelas vias teológicas.

No que tange a genitalidade, não separava-se a regra entre as alianças afetivas do

casamento e os desvios provenientes da estrutura física. Um exemplo disso era visto entre os indivíduos hermafroditas, que eram considerados como criminosos, mesmo apresentando uma estrutura de corpo independente a vontade ou sexualidade.

Tais fatores favoreceram o tratamento solene fornecido a temática da sexualidade, visualizada até os dias de hoje de maneira ainda tímida e permeada de tabus, que preconizam o indivíduo, considerado por vezes, como um elemento a ser trabalhado em seus conceitos e considerações sobre o tema.

Não apenas o discurso, mas a repressão do sexo continua a sustentar-se na sociedade. O poder e as estratégias de dominação ainda refletem na visibilidade da mulher frente ao cotidiano que cobra uma postura submissa e repleta de fragilidades, que não fazem parte da personalidade feminina neste limiar do século XXI.

A relação feminina com o poder também impera nas diversas estruturas e conjugalidade existentes, principalmente nas uniões homoafetivas. Tal assertiva verifica-se na conjuntura em que também existe, por vezes, o sujeito dominador e o dominado, não apenas na visão funcional de Parsons que trabalha o poder em prol de um bem comum, ou seja, como algo necessário ao bom andamento dos elementos sociais, mas na constituição do corpo como mecanismo dominador em conjunto com a dinâmica de uma realidade e a expressão da sexualidade, que oferece tribulações semelhantes à estrutura heterocêntrica com sua herança patriarcal.

Em uma reflexão mais profunda, pode-se até relutar a confirmação da existência de um patriarcado 'diferenciado' que aparece pelo poder na conjugalidade entre mulheres, a efetivar-se principalmente na esfera privada, mas também confirmada na publicização da relação, apesar da configuração do ostracismo lésbico.

Sobre isso, Foucault (2005) enfatiza que historicamente, o homem sempre tratou a mulher como uma propriedade, tendo total poder sobre ela. Essa hegemonia masculina não permitia o contato da mulher com outros homens, limitando o círculo da referida ao diálogo com outras mulheres, o que poderia até mesmo justificar a relação entre mulheres.

A assertiva de Foucault assegura mais uma vez o ostracismo da mulher, assim

como a sua submissão na sociedade heterocêntrica, onde o poder era visualizado de maneira concernente.

Sobre isso vale considerar que, nas relações homoafetivas femininas o poder também está presente, assim como a submissão de determinado sujeito, favorecendo ou não a visibilidade da relação, ou desencadeando até mesmo em quadros de vitimização conjugal.

O desenrolar dos fatos que pode acarretar a violência, faz com que a homoafetividade apresente-se como uma das expressões da Questão Social, haja vista que urge o caminhar das Políticas Públicas direcionadas ao segmento LGBT, tanto pela sua relação com a violência, quanto com a homofobia, à relevância de uma legislação efetiva para uniões estáveis entre parceiros do mesmo sexo, a visibilidade do movimento social, como o reconhecimento da identidade como fator essencial a condição humana.

Neste ínterim, percebe-se que a sociedade precisa buscar estruturas de maior fundamentação na constituição da conjugalidade homoafetiva, pois o poder ainda centraliza o foco que direciona-se a política do vigiar e punir, tratando a conjugalidade homoafetiva através da compreensão patologizante, o que impede a luta pelo reconhecimento social, o processo de 'sair do armário' para a construção de um protagonismo social pautado no reconhecimento das diferenças, ou seja, assegurando direitos a livre orientação e expressão sexual, conforme verificar-se-á *a posteriori*.

CAPÍTULO II – A IDENTIDADE NA CONSTRUÇÃO DA LIVRE ORIENTAÇÃO E EXPRESSÃO SEXUAL DA MULHER

A herança do patriarcado histórico tem retratado uma estrutura de poder masculino e branco, o qual não oferece muitos subsídios que preconizem a visibilidade feminina, nem tampouco das diferenças, haja vista que o processo tradicionalista e conservador da sociedade vigente não abre espaço para a diversidade, seja de gênero, raça, etnia ou até mesmo orientação sexual.

A ausência da tolerância nega aos sujeitos o reconhecimento de seus próprios direitos, os quais deveriam ser assegurados através da Carta magna de 1988.

Neste ínterim, falar da livre orientação e expressão sexual ainda é um desafio, considerando todo o aporte que envolve não apenas a construção social e econômica de um povo, mas também todo o seu ensejo cultural, permeado de conceitos e preconceitos, os quais encontram-se introjetados na subjetividade de cada um.

Assim, para retratar a cidadania de um determinado segmento populacional, faz-se necessário, sobretudo estabelecer uma análise preliminar sobre a construção ou desconstrução de sua identidade, considerando este como elemento primordial na busca efetiva do protagonismo social dos sujeitos inseridos em uma realidade mutável, conforme pondera-se a seguir.

2.1– A (des) Construção da Identidade Homoafetiva

No Brasil do século XXI, a mulher ainda é secundarizada e discriminada por sua própria condição e vista de maneira fragilizada. Contrariando a reflexão, Gay (1995)

contextualiza os gêneros a partir do período vitoriano e insere a figura feminina como 'Poderoso Sexo Frágil', visto o posicionamento das mulheres no decorrer da história, principalmente na luta pelos direitos durante a Revolução Industrial.

Apesar disso, sabe-se que a mulher homossexual sofre preconceito duas vezes, pois a orientação sexual lésbica carrega paradigmas que vão desde a descriminalização até a total exclusão social, agravada pela herança do patriarcalismo.

A realidade no Brasil mostra que só pelo fato de ser mulher, já existe o fenômeno da discriminação. Se a mulher é negra, sofre preconceito duas vezes, se é negra e pobre, três vezes, e por sua vez, se é negra, pobre e homossexual, o preconceito impera efetivamente em seu cotidiano, o que faz com que algumas mulheres não mostrem claramente sua orientação sexual.

Nesse sentido, ressalta-se que a identidade assume um viés subjetivo, visto o imaginário de cada indivíduo, perpassando valores culturais e históricos, pautados na construção social da limitação heterocêntrica dominante.

Sendo a identidade, o elemento fundamental da subjetividade, Paiva (2007), retrata que a “trajetória do assumir-se encontra-se ligada a uma metafísica do ser/não ser” (p. 27).

Tal análise constitui-se na caracterização do ser como alguma coisa, ou seja, a coisificação é ponderada de acordo com a ênfase em um determinado comportamento não aprovado pela sociedade, o que favorece apontamentos do tipo, 'você é, ou não é'.

Os próprios movimentos sociais do segmento LGBT cobram um posicionamento formal do indivíduo, contudo a reclusão e o ostracismo ainda imperam pelo fator discriminação, presente em todas as esferas, a impedir o processo de 'assumir' a identidade lésbica.

Alguns fatores incentivam esse ostracismo da mulher homossexual, um exemplo disso são lugares tais como: o campo de trabalho, escolas, universidades, entre outros, pois são localidades onde a homofobia apresenta-se ainda constante, induzindo a invisibilidade lésbica em todos os seus conceitos através do 'pacto de silêncio' no que

tange a demonstrações dos traços da sexualidade, visto o demasiado preconceito que impera no cotidiano da mulher homossexual.

Sobre o preconceito, Paiva (2007), enfatiza que:

Não se trata de salvaguardar um segredo, esconder o relacionamento, de denegá-lo, mas livrá-lo de uma exposição desnecessária. Contra essa exposição, mantém uma atitude de 'discrição', uma imposição de 'distância', que lhes possibilita uma fluidez de movimentação nas micro-redes relacionais de que participam. Daí é que, contra a atitude ostensiva – a que eles associam as imagens de 'bater no peito', 'levantar a bandeira', 'sair rasgando na rua' – querem desfrutar de uma 'vida normal misturada com os outros', apelando a esses posicionamentos de respeito, de moderação, de discrição, de seriedade, como forma de negociar com as situações concretas. (p. 32).

Frente ao exposto, verifica-se que a construção da identidade homoafetiva atravessa os meandros que assume por vezes, o viés da discrição, já que a discriminação é elementar em uma sociedade tradicional e conservadora como a realidade brasileira, principalmente quando trata-se da condição da mulher e sua inserção em um cotidiano que cobra a passividade e submissão, apesar das conquistas históricas que envolvem sua realidade.

O real se constitui porque nascemos homens ou mulheres, com consonâncias e dissonâncias sociais, somos olhados, criticados e avaliados sob os padrões da sociedade que vigia e pune aqueles que encontram-se fora dos padrões e aceitação e formalidade.

A não aceitação do outro pelas suas diferenças faz da homossexualidade uma expressão da Questão Social, haja vista que o preconceito aparece em várias esferas da sociedade, já que independe de classe, raça ou qualquer outra condição.

Na pesquisa de campo, o preconceito aparece como fator número um no que tange ao não reconhecimento da identidade homoafetiva feminina, visto o elevado número de mulheres que já sofreram discriminação, conforme a análise dos dados a seguir.

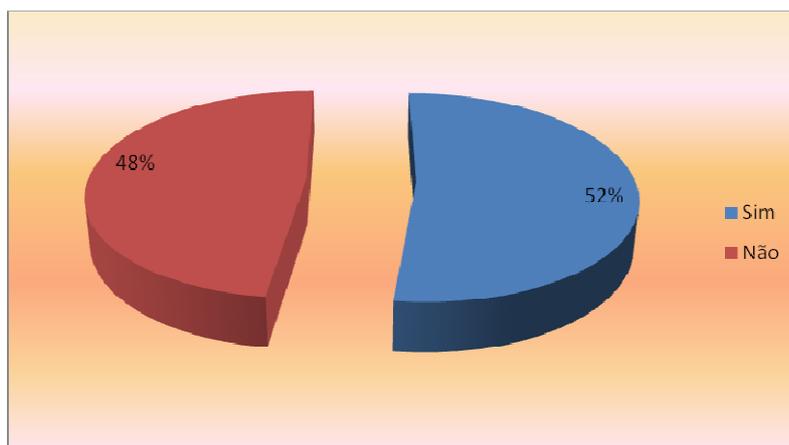


Gráfico 05 – Ocorrência de preconceito
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

O gráfico aponta que nas entrevistas realizadas, 52% das mulheres informaram que já sofreram algum tipo de preconceito em razão da orientação sexual direcionar-se a homoafetividade, seja através da identidade homossexual ou bissexual.

De acordo com a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, verifica-se que todos são livres e iguais, sendo que não há nenhum mecanismo constitucional que diferencie os indivíduos por orientação ou expressão sexual. Contudo os fatores que levam ao preconceito, que muitas vezes pode resultar em crimes homofóbicos ainda não são plenamente discutidos pela sociedade civil.

Sobre isso, Rios (2002) enfatizam que:

O princípio da igualdade em sua dimensão formal objetiva a superação das desigualdades entre as pessoas, por intermédio da aplicação da mesma lei a todos, mediante a universalização das normas jurídicas, em face de todos os sujeitos de direito (p. 128-129)

A análise do autor só ratifica a necessidade de tratar os indivíduos de maneira igualitária e eqüitativa, dentro de suas diferenças, haja vista que perante a lei não há qualquer mecanismo que mostre o contrário por situação de orientação sexual.

No que refere-se aos tipos e/ou situações em que o preconceito ocorreu, obteve-se as seguintes respostas.

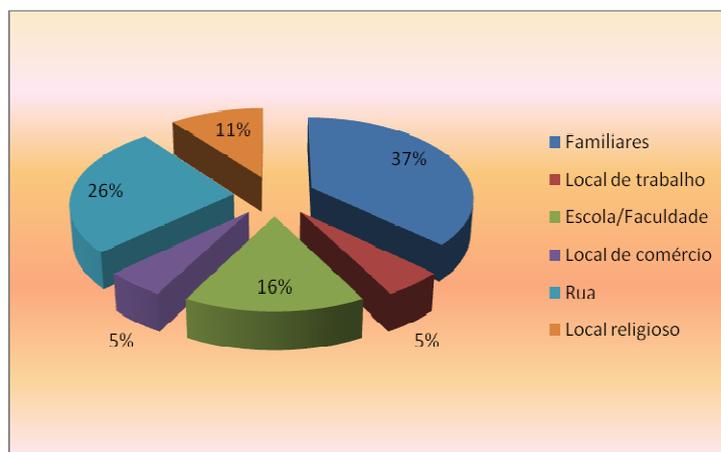


Gráfico 06 – Situações em que o preconceito ocorreu
 FONTE: Pesquisa de Campo 2009

O gráfico aponta que os maiores índices de homofobia e/ou situações de preconceito ocorrem junto à família, ou seja, a base configura-se como primeira esfera de ocorrência do preconceito e da discriminação por orientação sexual.

Cerca de 37% das mulheres enfatizaram já ter sofrido algum tipo de preconceito advindo da família, seguindo-se por 26% que relataram situações de preconceito na rua ou demais ambientes públicos. Obteve-se ainda o dado de que 16% já passaram por situações constrangedoras em ambiente escolar e/ou universitário.

Dos dados expostos, vale aprofundar a questão do preconceito na família, haja vista que sendo este o primeiro mecanismo de socialização do indivíduo, deveria ser também um espaço de proteção e tolerância, contudo não é o que geralmente ocorre.

A pesquisa aponta a formação de uma “cultura do medo”, no que tange a revelação da homossexualidade, fato este que foi verificado no relato das entrevistadas.

A homofobia, de acordo com Teixeira Filho, Toledo e Godinho (2007), caracteriza-se pelo sentimento de ódio, aversão, descrédito e desprezo a pessoa homossexual.

O preconceito apresenta sua caracterização mais forte quando trata-se da família, considerando que o indivíduo discriminado no ambiente familiar, está muito mais sujeito a vulnerabilidade social em suas diversas faces, tais como: prostituição, inserção no mercado do crime e dependência de drogas, fator este observado junto aos movimentos sociais direcionados ao público LGBT, não apenas na realidade cotidiana das mulheres

homossexuais, como também dos homens, travestis e transexuais.

Ainda na análise do gráfico, pondera-se que seguido do preconceito na família, 26% das entrevistadas já sofreu com a discriminação na rua.

Se a família rejeita o indivíduo por sua orientação sexual, é lógico que a concretização da homofobia seja viabilizada na rua, ou seja, o preconceito perpassa a esfera privada e coloca o homossexual em vulnerabilidade social no contexto público, onde o referido está sujeito a qualquer tipo de situação que passa do constrangimento até a morte.

Os dados apontam direcionamentos que levam diretamente ao ostracismo da mulher com orientação homoafetiva, já que a intolerância social ainda é muito forte, seguida do modelo patriarcal em que a mulher deve ser submissa e “cumprir com suas obrigações de mulher, mãe e esposa.

O conservadorismo social ainda impera e inicia-se ainda no ambiente familiar, conforme os dados expostos anteriormente.

Ao verificar o alto índice de preconceito no interior das famílias, indagou-se na pesquisa, se as famílias têm conhecimento sobre a orientação sexual das entrevistadas, onde verificou-se os seguintes dados.

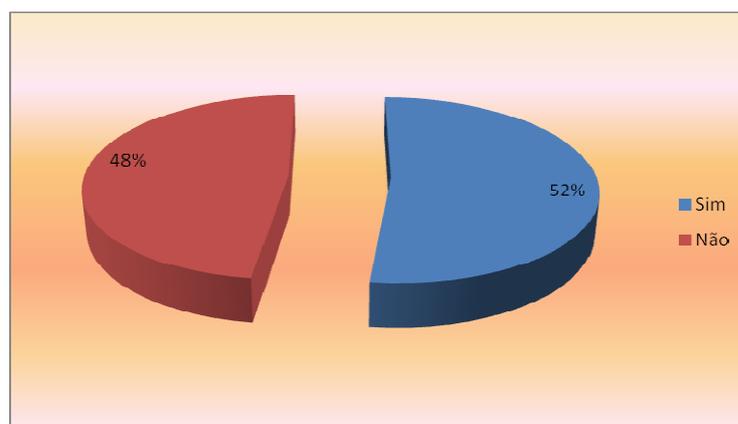


Gráfico 07 – Conhecimento da Família sobre a Identidade Homoafetiva
FONTE: Pesquisa de campo 2009

A pesquisa mostra que, apenas 52% das famílias das mulheres entrevistadas sabem sobre a condição da identidade homoafetiva, considerando todo o processo

conservador que fornece o embasamento da visão tradicionalista existente nas famílias, ou seja, o heterocentrismo social impera sem abrir espaço para “novas” conjugalidades, modelos de relação afetiva e expressão da identidade na sexualidade humana.

A análise de campo aponta ainda alguns relatos sobre a questão da família:

Minha mãe é evangélica, não saberia falar pra ela. (Delfim, 24 anos).
Eu tenho muito medo de descobrirem, pois eu pai é muito machista (Papoula, 22 anos).
Meus pais são velhos e não gostam dessas coisas, já meus irmãos... esses são muito preconceituosos (Íris, 21 anos).

Os relatos mostram que as entrevistadas revelam uma grande preocupação em estabelecer qualquer tipo de diálogo sobre a identidade homoafetiva, seja por fatores geracionais, de desigualdade de gênero, fatores religiosos, entre outros enfatizados no decorrer das entrevistas.

Tal situação só assegura com maior firmeza o ostracismo lésbico e a condição de inferioridade na identidade da mulher, que passa a considerar seus relacionamentos como algo proibido de ser debatido no ambiente familiar, o que acaba por assegurar a formação das redes de solidariedade entre os membros da população LGBT, sendo este um assunto já discutido anteriormente.

A busca da identidade homoafetiva feminina passa por aí, pois historicamente não há muitos relatos sobre a homossexualidade feminina, haja vista a condição de ser mulher. Então o discurso firmava-se sob a égide de que o que não se fala é porque não existe (NAVARRO – SWAIN, 2004).

A política do silêncio ainda é a maior aliada da mulher homossexual, a qual assegura o seu 'esquecimento' quando não é levada a discussões sobre o casamento ou a ausência de um parceiro 'homem', mesmo ao considerar as cobranças efetuadas em uma época em que o sexo é considerado 'o rei' na vida humana.

Tudo isso leva a perceber que a construção da identidade na atualidade, está inteiramente ligada apenas ao sexo, olvidando-se a identidade de gênero e livre orientação e expressão sexual.

O sexo assegura apenas os fatores biológicos e fisiológicos do indivíduo, já a identidade de gênero constitui fatores construídos na caracterização histórica, social e cultural.

A punição que a sociedade estabelece para a homossexualidade, não favoreceu a construção da identidade homoafetiva feminina. Na antiga União Soviética, por exemplo, era comum internar gays e lésbicas em hospitais psiquiátricos, na busca da 'cura' para o denominado 'homossexualismo', tendo-se noticiado esse tipo de procedimento até a década de 1990 (NAVARRO – SWAIN, 2004).

Dessa forma, até hoje, algumas ramificações, inclusive religiosas, atuam no 'tratamento' da homossexualidade como se ainda fosse considerada uma doença, desvio ou perversão.

A busca da identidade homoafetiva também precisa vencer barreiras que envolvam a compreensão do que significa esse bojo indicativo de comportamento ou personalidade. Tem – se como exemplo a denominar: qual o significado de ser lésbica?

Navarro – Swain (2004) sinaliza indagando: Como uma prática pode dizer o que é um ser?

Ter ou não ter uma identidade homoafetiva, engloba um papel complexo pela subjetividade do ser, pois a o preconceito impera na caracterização de um comportamento e não de um ser em sua complexidade.

Na perspectiva psicanalítica, a construção da identidade feminina aparece meio nebulosa, sendo tragada pelo rolo compressor que mostra o desenvolvimento da sexualidade pelas fases oral, anal e genital, o medo da castração, o desejo do pênis, pelo complexo de Édipo e pela análise da sexualidade difusa, o que faz da prática psicanalista, uma disseminadora da heterossexualidade como modelo único e inquestionável.

Já a análise antropológica enfatiza que a diversidade é um elemento que não permite afirmações universais, já que a articulação entre o biológico e o social pondera a amplitude da discussão.

A visão materialista das ciências sociais estuda que o homem é a síntese das suas múltiplas determinações, estando, portanto condicionado a uma realidade, sendo que esta oferece a ênfase na dinamicidade do real, o que assegura que o reconhecimento das diferenças é um fator a ser contextualizado sem oferecer uma resposta única aos fundamentos, inclusive sob a égide da formação da identidade de alguém.

Quanto ao debate efetivo entre sexualidade e identidade, Navarro – Swain (2004) descreve que existem mulheres homossexuais masculinizadas, as que fazem o tipo esportivo, onde o corpo configura-se mais do que nunca como estratégia de poder, a *lesbian chic*, que surge com um visual mais andrógino e ao mesmo tempo mais 'feminino', o que não a faz externar sua orientação sexual. Considera-se ainda a homossexual política, com expressões de visibilidade a partir da década de 1970, onde algumas mulheres, mesmo sendo heterossexuais, declaravam a lesbiandade, com o objetivo de dizer não ao patriarcalismo vigente na sociedade.

A identidade lésbica apresenta várias faces e ideologias, mas a sociedade ainda a visualiza o sujeito como um ser promíscuo e dotado de paixões platônicas, ou até mesmo assexuadas. Contudo, a orientação sexual não apresenta um modelo, uma receita ou mostra-se como um mistério, mas constroem-se no cotidiano das relações homoafetivas, com seus contextos e experiências cotidianas, onde o corpo não é um elemento solitário, mas dotado de inúmeras representações.

Definir a identidade homossexual feminina é um desafio praticamente inviável, pois não pode-se determinar a identidade pelas práticas ligadas à sexualidade, pelo sentimento que liga pessoas do mesmo sexo, ou por ainda acreditar no processo de frustração com o sexo oposto.

A complexidade da sexualidade canaliza a um amplo diálogo entre as várias áreas do saber, a iniciar pela consideração do conhecimento em todas as suas esferas e amplitudes, ao lançar a pauta sobre um discurso que não objetiva traçar perfil, pois não trata-se de um contexto de pessoas homogêneas ou de um bloco monolítico, mas do reconhecimento de cada uma delas em todas as suas diferenças e experiências de vida.

Neste ínterim, ao retratar a realidade da construção da identidade homoafetiva feminina, faz-se necessário primeiramente a caracterização significativa do que é

identidade, sendo esta refletida por Hall (2003) de maneira a entender a trajetória da referida, haja vista que geralmente a identidade entra em evidência quando aponta “crises”, ou seja, a perda de um “sentido de si” estável, canalizando a outras realidades.

No âmbito da análise do autor, é interessante questionar: É o sujeito que muda ou a realidade em toda a sua dinamicidade também canaliza a mecanismos de transformação?

Tal indagação torna-se relevante, ao passo que, quando se tece construções sociais e culturais sobre a identidade de cada um, a sexualidade também agrega fatores pertinentes e que precisam ser considerados.

Sobre a identidade, Hall (2003) aponta três concepções diferenciadas que perfazem a análise sociológica da categoria.

A primeira envolve o sujeito do Iluminismo, que traz uma reflexão mais humana, mostrando o indivíduo como um ser centrado e unificado, dotado de razão, consciência e ação, as quais emergem de seu “eu” interior a partir de seu nascimento e acompanhando o seu desenvolvimento. Ressalta-se que tal visão recai no individualismo, considerando a centralidade e existência do indivíduo.

Entende-se que as ponderações efetivadas a partir da construção da identidade do sujeito centrada na razão e no “eu”, mostra a ineficácia de uma assertiva mais consistente, visto a limitação do indivíduo a determinada realidade.

A segunda concepção traz a noção de sujeito ideológico, ou seja, fala-se da identidade do indivíduo, sem, contudo centralizá-lo nas concepções. Assim, a análise sociológica envolve o reconhecimento de que o homem não é auto-suficiente na elaboração do seu processo de identificação, mas, por conseguinte, precisa da relação coletiva para formar e mediar valores, simbologias e sua própria cultura.

Nesse sentido, a noção sociológica apresenta maior amplitude, visto considerar que o indivíduo forma sua identidade a partir da integração entre o eu e a sociedade, ou seja, envolve todo um processo de interação e integração coletiva para existir, superando obstáculos entre o mundo “interior” e o “exterior”, exercendo a completude entre o público

e o privado, a subjetividade e a objetividade, ou seja, a noção sociológica faz uma ponte entre o sujeito e a estrutura social em que este encontra-se inserido.

A amplitude da concepção supracitada abre espaço para a visibilidade de que a identidade do sujeito não se constitui apenas em um elemento único ou estático, mas em algo mais profundo, dotado de um dinamismo que pode ou não acompanhar a realidade em seus processos efetivos de transformação.

Tal visão forma o aporte para o entendimento da terceira concepção, que viabiliza a apresentação do sujeito pós-moderno e enfatiza que a mudança do real faz pensar que não existe apenas uma única identidade, mas sim uma contextualização que fragmenta o sujeito em várias identidades, que algumas vezes podem ser contraditórias ou não resolvidas.

A idéia do sujeito pós-moderno não apresenta uma identidade fixa, mas pode formá-la de maneira variável ou provisória.

Narrando o entendimento da identidade pós-moderna, Hall (2003) enfatiza que a efetivação de uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é uma fantasia, como um conto da trajetória “ideal”. Em contraponto, a identidade é algo contraditório, que mostra seu significado e representação cultural como fatores que se confrontam com a multiplicidade desconcertante e cambiante das inúmeras identidades possíveis em que pode-se enveredar, ao menos temporariamente.

A assertiva caracteriza que, a identidade sendo um fator preponderante da coletividade, cria-se no espaço de construção social, histórica e cultural, podendo assumir várias faces, mudando-se cotidianamente de acordo com o viés do real apresentado, sugerindo também que nem sempre a representação da identidade segue os cânones sociais, o que pode acontecer inclusive, na esfera da sexualidade.

Ainda em uma análise sociológica, considera-se a reflexão de Marx no ensejo de buscar a mutação, a dinâmica, haja vista que nada no cotidiano é estático, parado. Tudo gira em torno das condições sociais e históricas que por si formam a cultura e trazem consigo também mecanismos de incerteza na sustentabilidade dessa identidade normativamente social.

Para Marx, por exemplo, as sociedades modernas apresentam mudanças constantes e nas transformações, o sujeito também muda, também adentra na dinâmica do real apresentada através da globalização e de ensejos outros já destacados.

Hall (2003) enfatiza que a sociedade da modernidade tardia é marcada pela diferença, ou seja, pelo reconhecimento de que ela é atravessada por divisões, procedimentos e ações antagônicas, as quais conduzem as variáveis do diferente, pondo-se a provocar determinadas posições do sujeito em constante construção.

O que caracteriza as identidades culturais formadas são as estruturas tradicionais, que podem ser conservadoras e envoltas no tradicionalismo dominante de cunho patriarcal, ou de contraponto às normas identitárias expostas como regras sociais.

Trabalhar as diferenças de identidade ainda é um desafio justamente pelo fato de que a sociedade brasileira em sua completude, ainda vivencia em determinados momentos a concepção de sujeito do Iluminismo, ou seja, centraliza as questões no “eu” e na razão.

Essa sociedade também apresenta rastros da visão sociológica, visto que já aborda a relevância da coletividade e percebe a necessidade de trabalhar o tendo em uma análise heterogênea.

Contudo, a sociedade ainda não agregou a concepção da pós-modernidade, que aporta ensejos de mudança, apontando que a identidade não é algo estático, mas além de depender de múltiplas determinações, também modifica-se e traz à tona a visibilidade das diferenças, ou seja, mostra que o sujeito pode apresentar inúmeras identidades, visto a fragmentação desta em decorrência das mutações do real.

A noção pós-moderna canaliza ao viés que foge dos cânones sociais, que reconhece nas diferenças a visibilidade necessária para a vivência coletiva, e fatores como estes ainda não estão inseridos no cotidiano que prioriza o protagonismo social.

Ressalta-se que a construção do sujeito pós-moderno se faz ao acreditar que a identidade d indivíduo não é algo estático, mas ao contrário, encontra-se em mutação

constante, de acordo com a realidade social, cultural e histórica de uma sociedade marcada pelo dinamismo cotidiano.

Apesar disso, percebe-se que a falta de preparo para a sociedade moderna tardia (aponta essa caracterização, tendo em vista a demora no reconhecimento da dinâmica social), faz com que a identidade ainda seja algo fantasiado como estático assim, tudo o que encontra-se fora dos padrões, ou seja, a diversidade, não encontra suporte na efetivação do reconhecimento social, perfazendo com que fatores determinantes apontem que trata-se única e exclusivamente como “minorias sociais”, como é o caso dos afro-descendentes, indígenas, as mulheres e os homossexuais.

A falta de visibilidade da concepção de identidade pós-moderna traz uma dívida histórica com essas “minorias”, o que será aprofundado no âmbito da livre orientação e expressão sexual voltada à homossexualidade, que se constrói através da visão de minoria sexual e conseqüentemente efetiva uma identidade também sexual que perfaz uma cultura perante a sociedade.

A visão Lacaniana, instaurada na psicanálise aponta que a cultura gay não retrata-se apenas pela simples atração sexual por indivíduos iguais biológicos, mas trata-se principalmente da contestação das identidades fixas, consideradas até então como imutáveis da normatização social estabelecida, ou seja, está longe das identificações oficiais do masculino e feminino.

Julien (2005) ressalta que a construção dessa identidade efetiva-se em dois tempos, sendo que o primeiro preconiza a ausência ou presença do órgão peniano, determinando assim o registro civil do sujeito em cartório. Já o segundo tempo enfatiza o discurso educativo que começa na família e se reproduz na sociedade, para transmitir a identificação de ser um verdadeiro homem ou a verdadeira mulher.

As ponderações descritas refazem a visão heterocêntrica sobre a identidade do sujeito, limitando-a a fatores biologizantes, sem considerar os fatores de construção pelo qual o sujeito passa do nascimento até a morte, ou seja, não deixa de dar ênfase a concepção iluminista.

Ora, a homossexualidade nessa análise não pode ser considerada como uma

minoria social ou sexual, já que ela questiona os modelos e aportes fixos da identidade, inseridos no tradicionalismo da sociedade. Sobre isso, Julien (2005) estabelece a seguinte crítica:

(...) que cesse a injúria tratando o homossexual como afeminado, ou, ao inverso, de macho guerreiro recusando a mulher! Ele não é nem um nem outro; ele introduz *jogo* na determinação das funções e dos papéis, qualificados masculinos ou femininos. Não é nem um pouco hermafroditismo da alma como diziam outrora psiquiatras. Pelo contrário, há um apelo a um estilo de vida, a um *ethos*, a uma relação de si a si, que deve ser descoberta sem cessar, porque não há essência do masculino e do feminino, mas uma inadequação a si irredutível (p.22).

No ensejo, reforça-se que os elementos que constituem a identidade são culturalmente construídos, contudo não há tolerância no que tange ao reconhecimento dessa identidade para o homossexual, considerando que ainda sendo analisado na visão conservadora da sociedade, não pondera-se a subjetividade do sujeito, permuta-se apenas a visão ainda patologizante, ou pela fuga do sexo oposto, ou ainda pela homofobia declarada.

No entanto, quando retrata-se a identidade homossexual, pondera-se não apenas um estilo de vida, mas o direito a exercer sua Orientação Sexual de maneira livre de preconceitos e discriminações que permeiam o cotidiano das relações sociais.

Considerando a relevância de abertura a diversidade, na pesquisa de campo questionou-se a possível existência de uma identidade masculina na relação homoafetiva constituída por mulheres, onde obteve-se os seguintes dados.

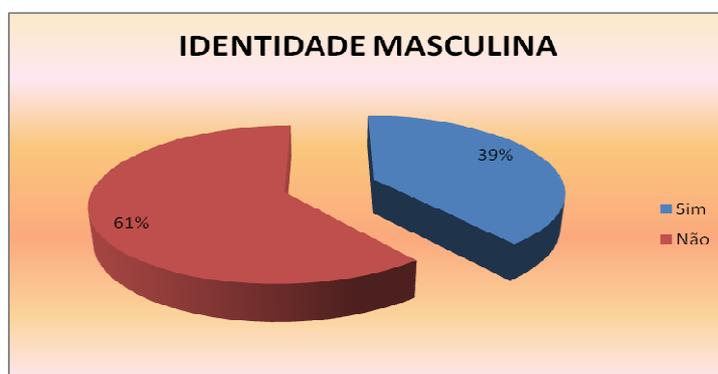


Gráfico 08: Existência de uma identidade masculina
FONTE: Pesquisa de campo 2009

O gráfico aponta que 39% das mulheres entrevistadas apresentam uma identidade

masculina na relação homoafetiva, ou seja, trazem a análise do sujeito pós-moderno, construindo cotidianamente uma identidade de aporte a livre orientação e expressão sexual, conforme os relatos abaixo.

No meu ponto de vista, eu tenho traços de masculinidade... Mas não me sinto homem (Flor do Campo, 28 anos);
As duas precisam ter uma identidade masculina, tem hora que há troca de função (Orquídea, 25 anos).
A minha namorada é mais masculina, até porque me sinto muito frágil (Gloriosa, 21 anos).
Nas minhas relações, tudo sempre foi muito dividido, não existe esse negócio de ser homem ou mulher (Margarida, 35 anos).

Os dados mostram que não há uma única identidade a ser constituída pela mulher com orientação homoafetiva, haja vista que as entrevistadas consolidam suas identidades de maneira diversificada, até pelo fato de que a homossexualidade, a bissexualidade e até mesmo a heterossexualidade são construções culturais da sociedade, ou seja, a sexualidade pode ser vivida de maneiras diversas, de acordo com a construção que o sujeito almeja fazer.

Ao trabalhar a caracterização da identidade, considerando os aportes culturais e históricos, é preciso debater os seus significados a partir de várias áreas. Vale lembrar, por exemplo, que a literatura apresenta um silêncio quanto à construção da identidade lésbica.

A relevância em tocar no assunto consiste no fato de que a mulher apresenta a formação de identidades diferenciadas às dos homens. A homofobia é mais internalizada e fomenta mais elementos discriminatórios. Esse é um dos fatores pelos quais os movimentos sociais voltados à comunidade LGBT, apresenta uma dominação masculina absoluta.

Neste caso, o ostracismo da mulher está presente historicamente e ainda hoje canaliza suas vertentes, o que determina poucos estudos e escritos voltados à homossexualidade na pós-modernidade.

Considera-se ainda que a caracterização da visibilidade homoafetiva perpassa as esferas íngremes do poder, já que a referida transcende todo o contexto heterossexista e patriarcal. Tal ênfase ocorre porque ao falar em gênero, não pode-se tecer uma simples

abordagem como categoria analítica, mas olvida-se que a relação de poder ocorre por constar também aí, um jogo de parentalidades, uma conjugalidade efetiva, apesar de ainda não ser reconhecida na legalidade.

Essa articulação parental define na sociedade heterocêntrica o que é ser homem e ser mulher, contudo a construção contínua da identidade aponta para uma realidade latente, onde o “eu” passa a ser visualizado continuamente, com todas as suas peculiaridades existentes.

A partir desse ensejo, olvida-se o significado do sentimento, pois apesar da busca da visibilidade da identidade homoafetiva do sujeito, a sociedade não considera as caracterizações da afetividade, presente em todo e qualquer tipo de relação conjugal.

Nesse sentido, ressalta-se que a parentalidades homoafetiva envolve todos os atributos existentes nas uniões heteroafetivas, envolvendo formação familiar, social e sentimental, pois faz parte da condição humana como um todo.

Sobre os sentimentos, Morin (2008) enfatiza o amor, o qual ele considera o ápice mais perfeito da loucura e da sabedoria, sendo que ambos são inseparáveis e um depende do outro para existir. O autor destaca ainda que: *“o amor é algo único, como uma tapeçaria que é tecida com fios extremamente diversos, de origens diferentes (p.16).*

Assim, revela-se que o amor pode estar presente em todas as categorias de afetividade, incluindo-se neste contexto os “iguais” biológicos, haja vista que o amor trabalha a complementaridade aliada ao antagonismo, ou seja, adentra e envolve do físico ao imaginário, com ingredientes físicos, antropológicos e mitológicos, caracterizando assim a identidade social do indivíduo.

Na atualidade, reflete-se que mesmo seguindo um desenvolvimento cultural e social, com variações de acordo com os traços de uma sociedade, o amor nem sempre obedece a uma ordem social, nem mesmo o tradicionalismo e conservadorismo impostos pela dominação heterocêntrica.

No ensejo que envolve a relação entre “iguais”, ponderando que a homoafetividade também se caracteriza como expressão de sentimentos e, portanto,

precisa ter seu reconhecimento, o qual é olvidado quando reflete-se a livre orientação e expressão sexual.

O agravamento impera ainda quando essa relação envolve duas mulheres, haja vista que a invisibilidade alienante perdura com percalços cotidianos vivenciados por elas. Nesse contexto, indagam-se algumas questões relevantes.

Apesar do preconceito social, por que no mundo ocidental, a cada dia mais mulheres se identificam como lésbicas? A identidade sexual forma-se a partir da visibilidade social e pública dessas mulheres? Que motivos apontam a relevância do 'assumir-se' politicamente? É necessário 'sair do armário' ou continuar vivenciando no mundo da heterossexualidade não presumida?

Tais questionamentos permeiam a noção da visibilidade na relação entre mulheres, pois apontamentos políticos e sociais descrevem a importância do *come out of the closet* (sair do armário), contudo a cada dia mais e mais mulheres revelam cotidianos compartilhados com outras mulheres.

Assim, a homossexualidade não pode ser definida simplesmente pela prática do sexo, mas também pela formação de uma identidade fragmentada, pelo compartilhamento de ações e emoções com o outro biologicamente 'igual'.

A visibilidade homoafetiva ainda apresenta-se nebulosa na sociedade, tendo como pano de fundo alguns fatores relevantes para o ostracismo. Para tal análise, Gomide (2007) ressalta:

Como dizer ao mundo que “sou diferente” ou que pertenço a determinado grupo, se as práticas que definem esse grupo são privadas e subjetivas? O sexo é praticado – sob as penas da lei – na intimidade de quatro paredes, e o afeto e o sentimento subjetivo são impalpáveis. Como então estabelecer uma identidade para ser reconhecida por outros iguais, ou ainda, em muitos casos, como esconder essa identidade marginalizada socialmente, mas que de maneiras sutis teima em se revelar?

A subjetividade da esfera privada, sendo ainda um dos únicos mecanismos efetivos das uniões homoafetivas, mostra perfis variados e impalpáveis para estabelecer um nexos acerca da identidade dos sujeitos.

Assim, o reconhecimento da identidade homossexual feminina ainda é um desafio, haja vista que, politicamente a necessidade de visibilidade torna-se relevante não apenas para a construção efetiva da identidade, para o debate sobre o diferente na perspectiva da orientação sexual, conforme analisa-se *a posteriori*.

2.2 – A identidade Sexual Feminina na Perspectiva da Teoria Queer: o contraponto para uma leitura crítica

O ostracismo das relações entre mulheres ainda faz parte do cotidiano social da diversidade de conjugalidades. Geralmente quando trata-se de uma família homoparental, ela é reconhecida apenas como monoparental, já que a visibilidade homoafetiva ainda não tem reconhecimento social, nem tampouco judicial.

Ao inserir a realidade dos gêneros, o enfoque fica ainda mais crucial, haja vista que a mulher é historicamente discriminada, e quando retrata-se a sua orientação sexual canalizada aos “iguais” biológicos, preconceito oferece sua investida com maior vigor.

Ao passo que a homossexualidade feminina pode ser debatida na esfera das políticas públicas, o assunto continua pertencendo a esfera privada, agravada pela constante lesbofobia⁴, que denuncia a discriminação exacerbada sofrida por mulheres em razão de sua homossexualidade.

Assim, a reflexão sobre a identidade sexual ainda é um desafio, visto a visão tradicional e patologizante sobre a orientação sexual voltada aos iguais biológicos.

No que tange ao posicionamento da mulher, como já foi visto, os empates são constantes, já que o processo de secundarização da referida impera historicamente.

Assim, a identidade homossexual é vista como um 'corpo estranho' na sociedade, visto que o sujeito é alguém que se atreve a subverter as normas sociais, o que leva a coletividade a pensar nesse subgrupo social como alvo de ações corretivas, punitivas e

⁴ Medo e/ou aversão a mulheres de identidade lésbica.

de recuperação contínua (LOURO, 2004).

Esse imperativo objetiva a normatização do sujeito, considerando sua identidade longe dos padrões da pós-modernidade implícita do estudo da diversidade, ou seja, a sociedade impõe um limite que não deve ser ultrapassado para que se o movimento regulatório possa fluir em sua escala cíclica.

Nesse sentido, Louro (2004) enfatiza que os sujeitos que cruzam as fronteiras do gênero podem não “escolher” de maneira livre essa travessia, haja vista que os elementos atribuídos a ela advêm de múltiplas razões inerentes ao sujeito.

Tal assertiva mostra que a identidade homossexual é construída, contudo não há escolha entre viver o preconceito ou olvidá-lo através da caracterização efetiva da heteronormatividade, ao contrário, o cotidiano dos homossexuais forneceria outra resposta no contexto psicossocial.

No que tange a realidade das fronteiras, ressalta-se que a identidade homossexual rompe com todos os limites inseridos, transgredindo o gênero e a sexualidade normatizados socialmente. O sujeito passa pelo processo de inconstância e transição, até chegar à intensificação do desejo pelo igual biológico, tornando-se assim uma minoria social.

Louro (2004) destaca que, as minorias sociais e/ou sexuais não se caracterizam por sua inferioridade numérica, mas destaca a sua maioria silenciosa, presa nas amarras de uma sociedade em que seus cânones levam ao expurgo do diferente.

Assim, firma-se um pacto de silêncio efetivo na busca da erradicação da visibilidade da diversidade, envolvendo assim todos os preceitos de contraditórios no cotidiano de um Estado Democrático de Direitos.

Na análise antropológica da Teoria *Queer*, pondera-se que seu significado permeia tudo o que é raro, esquisito ou diferente. Destaca-se ainda o *Queer* na contextualização do sujeito considerado com sua sexualidade “desviante”, como é o caso de homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. Nesse sentido, o *Queer* é tudo aquilo que não deseja ser inserido na sociedade, nem tampouco tolerado (LOURO 2004).

O contexto do real justifica o uso da respectiva teoria na análise da identidade homossexual, já que a coletividade não oferece suportes de visibilidade aos sujeitos que transgridem as normas sociais, sendo automaticamente intoleráveis por suas diferenças no que tange a sexualidade e seus objetos de desejo.

Louro (2004) destaca ainda que:

Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira ao centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecifrável. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (p.08).

A reflexão da autora mostra que, o sujeito que traz a homossexualidade na construção da sua identidade é visto como um estranho, entretanto esse sujeito não aspira ser o centro de uma sociedade, mas apenas um lugar nela. Apesar disso, ele incomoda por ultrapassar limites delimitados por uma sociedade que almeja trabalhar a equidade, mas não encontra-se preparada para agir com as diferenças.

O debate do estranho na perspectiva da Teoria Queer mostrou-se inclusive junto às entrevistadas, pois como já foi citada, Margarida de 35 anos, no momento da abordagem não se reconheceu como homossexual, haja vista que a sociedade a considera transgressora, o que impede a formação da identidade sexual.

Tal ensejo aponta que, o sujeito homossexual é podado cotidianamente na sociedade, sendo o *Queer* dos embates sociais. Tal assertiva leva ao desconhecimento do indivíduo como um “sujeito de desejo” na análise Foucaultiana tão trabalhada.

A sexualidade até hoje continua secundarizada, olvidando-se que o poder do indivíduo encontra-se centrado no corpo, e conseqüentemente sua sexualidade, independente da orientação sexual, pode transgredir os cânones sociais impostos como marcos reguladores em uma sociedade que deveria protagonizar a mutação frente ao processo dialético apresentado, já que a construção da identidade social depende também do reconhecimento da identidade sexual.

O limiar do novo século trouxe ainda a necessidade de trabalhar a visibilidade da sexualidade, antes tão escondida e esquecida no contexto da ciência e da religião.

Hoje percebe-se que urge abordar a sexualidade como uma “questão”, pois seus preceitos percorrem o cotidiano concreto do indivíduo e suas múltiplas determinações psicossociais, histórica e cultural.

Apesar da necessidade de abordagem, ainda hoje a sexualidade é visualizada como algo proibido, a ser educado, normatizado e controlado na sociedade do vigiar e punir.

Tal ênfase leva a regressão da visão heterocentrismo social, onde e não abre espaço para uma política pós-identitária, ou seja, assumindo uma reflexão macro do sujeito.

Mesmo frente à relevância do progresso da diversidade, a própria identidade homossexual mostra seus conflitos. O primeiro mecanismo centra suas atenções na possibilidade de inserção e integração social dos indivíduos. Contudo, outros ensejos levam a construção de uma cultura própria, sem as interferências heteronormativas (LOURO, 2004).

Os conflitos internos da efetivação da identidade homossexual levam a caminhos ainda não percorridos, onde o conservadorismo ainda vai falar mais alto até mesmo pela ausência de articulação sobre o real significado da identidade homossexual, principalmente para as mulheres, historicamente recrutadas ao ostracismo absoluto.

Assim, a efetivação de uma identidade social passa a depender dos arranjos coletivos expostos em uma realidade de tolerância, ou na falta desta, de mecanismos de incongruência não só na perspectiva de gênero, mas do reconhecimento das diferenças.

Já a formação da identidade sexual é definida pelo objeto de desejo centrado no corpo, através da análise Fourcaultiana, fornecendo imperativos de outras conjugalidades e parentalidades no centrismo hetero ou homossexual, com sua atuação direta na constituição da diversidade como elemento da constituição do corpo.

A centralidade do debate permeia a teoria *Queer* desde o início dos anos 90 do século XX, quando grupos de intelectuais passam a adotar a terminologia para descrever seus trabalhos e as análises teóricas sobre a homossexualidade. Os teóricos *Queer* sugerem a construção de uma teoria pós-identitária, para fomentar sua base pós-estruturalista (LOURO, 2004).

No âmbito *Queer*, o que está em jogo não é a vida ou o destino dos homossexuais, mas a reflexão lingüística e cultural inerente a orientação sexual e suas práticas sociais.

Assim, essa teoria considera o estranho, o irreverente, o impensável, o inquestionável, para trazer à tona as verdadeiras características de uma identidade que não pode ser mórbida ou estática, nem tampouco restringe identidade a conhecimento, mas pontua o conhecimento profundo da identidade, inclusive pelos preceitos da sexualidade. Tal configuração questiona as formas regulares e tradicionais do comportamento, pondo-se na berlinda por vezes inesperada na análise da figura humana com todas as suas possibilidades impensadas na efetivação da identidade pós-moderna.

A identidade é assim focada no indivíduo como ser único, singular e distinto. Mas como ressalta Hall, este sujeito não enxerga-se na coletividade, nem mesmo na construção efetiva de identidades fragmentadas pela pós-modernidade.

Não trata-se, portanto de uma identidade contínua em um sujeito que não muda, conforme a reflexão de Locke, nem da centralidade efetiva no sujeito, como vigorou o pensamento até o século XVIII, mas da concentração do sujeito nas estruturas sociais, já que este depende dela na constituição e reconstituição do seu cotidiano.

Nesse sentido, a fragmentação do sujeito feminino conduzida na atualidade, objetiva a descentralização do sujeito cartesiano e o conseqüente deslocamento da identidade, para fornecer a abertura desta a uma realidade mais dinâmica e pluralista.

Para ter avançado tais passos, Hall (2003) aponta alguns avanços na Teoria Social e das Ciências Humanas: o primeiro deles diz respeito à inserção dos escritos de Marx, principalmente a partir da década de 1960, haja vista que o Marxismo visualiza a necessidade de inserção do sujeito nas estruturas da sociedade, sendo que esta depende dele e vice-versa.

O segundo ponto volta-se a Freud, através da descoberta do inconsciente, onde canaliza-se a fonte dos desejos humanos. Pontua-se aí a visão da sexualidade formada em processos psíquicos oriundos do inconsciente simbólico, que atua de acordo com a lógica e não pela razão.

A terceira reflexão é Lacaniana, a qual mostra o indivíduo que não percebe-se inteiramente nas primeiras fases da vida, mas reconhece a si através do olhar do outro, como um espelho a mostra o concreto.

É importante ressaltar que os teóricos *Queer* enxergam a homossexualidade além de um processo identitário, mas na construção de um conhecimento cultural efetivo no trato da sexualidade sob outro olhar, dando ênfase à subversão, a negação da normatização, das regras, dos cânones que funcionam como estratégias de prisão do corpo às estruturas conservadoras e heteronormativas.

Na elaboração contínua da Identidade sob a perspectiva *Queer*, Louro (2004) ressalta que o corpo se altera de maneira dinâmica, não apenas na sua aparência, mas em seus sinais e funcionamento, as marcas de gênero e sexualidade também são transitórias, envolvidas nas relações de poder que marca os corpos de maneira simbólica e material, tanto pelo próprio sujeito, como também pelos outros. Essa marcação permite ao sujeito o seu reconhecimento em determinada identidade.

Essa visibilidade estrutural também pode levar a inclusão ou exclusão do indivíduo de espaços ou grupos, fator este perceptível na formação dos laços de solidariedade homossocial, ou seja, no sentido de agregar indivíduos que se solidarizam pela condição de orientação sexual. Vale considerar que essa análise dos pactos de solidariedade já foi tratado anteriormente por Green (2000).

A dinâmica da identidade homossexual fortalece ainda a negação quanto à saída do “armário”, o não reconhecimento da comunidade lésbica, por exemplo, já que o ato de sair do “armário” significa adotar uma identidade homossexual, revelar aquilo que até então se considerava como um “segredo”.

Assim, o ostracismo toma conta da identidade homossexual⁵ e faz com que o sujeito saia do “armário” e entre no “guarda-roupa”.

Para indagar o que leva o sujeito a agir de tal forma com relação a sua identidade, é preciso antes compreender todos os fatores históricos, culturais e sociais que agregam não apenas o preconceito, mas as práticas homofóbicas constantes em que o indivíduo torna-se vítima, perpassando desde a discriminação no mercado de trabalho, escola, entre outros contextos presentes na sociedade.

O debate da livre orientação e expressão sexual⁶ para a condição da mulher torna evidente que a contínua construção da identidade através da Teoria Queer apresenta entraves cercados pelo preconceito de enxergar o sujeito como algo estranho e não condizente com o perfil tradicionalmente aceito, ou seja, traz um ar transgressivo de não conformidade com as idéias “normalizadas”.

Tal assertiva reafirma o controle heterocêntrico que na sua prática social ainda não abre espaço para a caracterização das diferenças e o processo da visibilidade homossexual.

A perspectiva *Queer* merece um contraponto, considerando que o homossexual não pode ser generalizado simplesmente como um ser estranho ou transgressor de normas. Tais contextualizações já foram feitas historicamente, através de afirmações religiosas, sociais e culturais, através de séculos de conflitos e visibilidade patológica do que hoje é uma condição, ou seja, perfaz a vida cotidiana de vários sujeitos sociais que encontram-se em uma realidade em mutação e são antes de tudo humanos.

A Teoria *Queer* não deixa de caracterizar uma forma preconceituosa, ao generalizar o ser humano como estranho a tudo o que o cerca, pois tal análise pode mostrar outra face da homofobia que já encontra-se internalizada na sociedade em geral.

Com o objetivo de fomentar idéias sobre o processo de construção da identidade

⁵ A identidade homossexual vislumbra-se na formação da personalidade do indivíduo com orientação sexual voltada a atração pelo igual biológico, considerando também a dinâmica do contexto cultural, social e histórico do indivíduo.

⁶ A terminologia “Livre Orientação e Expressão Sexual” é utilizada na Campanha Nacional do CFESS (Conselho Federal e Serviço Social), que denomina as várias expressões da sexualidade humana.

homoafetiva feminina que traga a negativa da Teoria Queer, verifica-se a seguir o perfil cultural das mulheres na configuração da homossexualidade, considerando como lócus da pesquisa a cidade de Manaus.

2.3 – O Perfil Cultural das Mulheres na Configuração da Homossexualidade em Manaus

Para estabelecer a análise do perfil cultural das 25 (vinte e cinco) mulheres entrevistadas, faz-se necessário primeiramente conhecer melhor o contexto social em que tais sujeitos sociais estão inseridos.

No que tange a realização da pesquisa, estabeleceu-se como parâmetro o contato com grupos heterogêneos no refere-se à idade, condição social, lugares que freqüentam, entre outros contextos relevantes, conforme verifica-se a seguir.

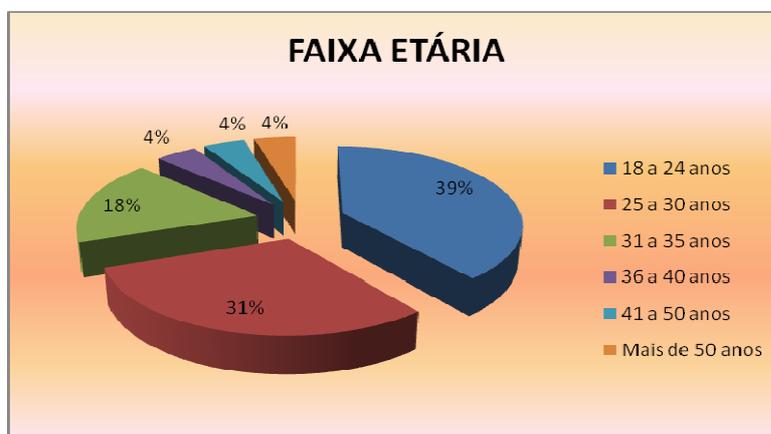


Gráfico 09: Faixa Etária das entrevistadas
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

Os dados da pesquisa mostram que a faixa etária das participantes apresentou certa diversidade, pois 39% das mulheres têm entre 18 e 24 anos; 31% têm entre 25 e 30 anos, ou seja, 70% das entrevistadas têm entre 18 e 30 anos de idade.

O terceiro dado importante aponta que cerca de 18% dos sujeitos tem entre 31 e 35 anos, mostrando-se que o contato junto às mulheres de orientação sexual homoafetiva

com mais de 35 anos de idade não se configurou com facilidade, tal fato pode ser justificado por Gomide (2007), com a seguinte contribuição:

Em uma sociedade heterocentrizada, qualquer atitude que afaste um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher é vigiada e cobrada. Nesse sentido, movimentos subjetivos que se referem na verdade, a uma parcela da identidade de um indivíduo acabam parecendo socialmente como uma característica dominante da personalidade, e toda uma construção social é feita sobre esses determinados atos ou características, globalmente denominados “orientação sexual” (p.407-408)

A afirmação de Gomide (2007) foi vista com frequência no cotidiano dos trabalhos de campo através das entrevistas, pois ao abordar as mulheres, havia uma grande preocupação com que objetivo da pesquisa, se os nomes seriam revelados, se a identidade seria exposta de alguma maneira e outros entraves.

Percebeu-se que quase 50% das mulheres não queriam ver seu nome associado à pesquisa, até mesmo pelo fato de olvidar a questão da orientação sexual junto a familiares e amigos.

No que refere-se aos dados da zona de moradia, verificou-se que 56% das entrevistadas informou residir na zona centro sul de Manaus, 19% na zona sul, 19% na zona oeste e 6% na zona leste da cidade.

Outro fator relevante da pesquisa foi a indagação sobre a escolaridade das mulheres com orientação homoafetiva, tendo-se analisado que:

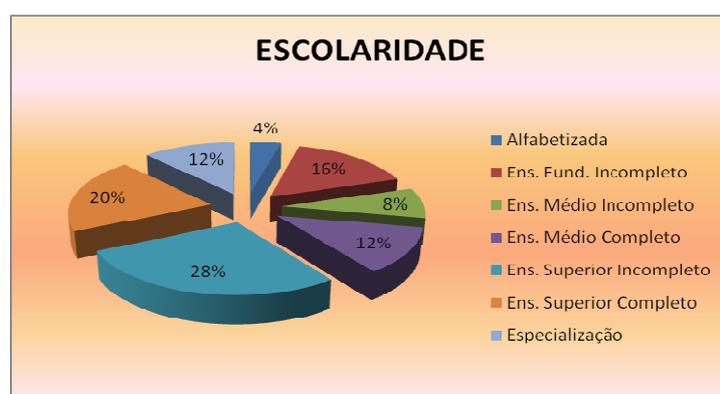


Gráfico 10: Escolaridade das Participantes

FONTE: Pesquisa de campo 2009.

Os dados mostram que 28% das participantes da pesquisa declararam estar no Ensino Superior Incompleto, seguidas por 20% com Ensino Superior Completo, o que revela que as entrevistadas apresentam um perfil mais dinâmico no que tange ao conhecimento, a visibilidade e fatores outros que contribuem para a construção da identidade homoafetiva. Contudo vale ressaltar que isso não quebra o preconceito social que as referidas sofrem cotidianamente.

Uma análise curiosa mostrou que 28% das mulheres não chega a ter o Ensino Médio Completo. Tal ensejo pode caracterizado por inúmeros fatores, sejam eles pessoais familiares ou até mesmo pela presença da homofobia na escola, já que o cotidiano da homossexualidade leva ao preconceito e muitos são os sujeitos sociais que deixam a trajetória escolar por situações de discriminação.

De acordo com Rios (2002:96), por discriminação entende-se os fatores experimentados por homossexuais, nas quais o indivíduo recebe tratamento desfavorável, diretamente motivado por sua orientação sexual.

Tal contexto acaba gerindo fatores motivacionais que levam aos indivíduos a abandonarem a situação escolar em razão do preconceito, principalmente a mulher que por sua própria condição feminina já enfrenta as várias faces da discriminação.

Ao analisar a renda média familiar das entrevistadas, verificou-se a seguinte situação:

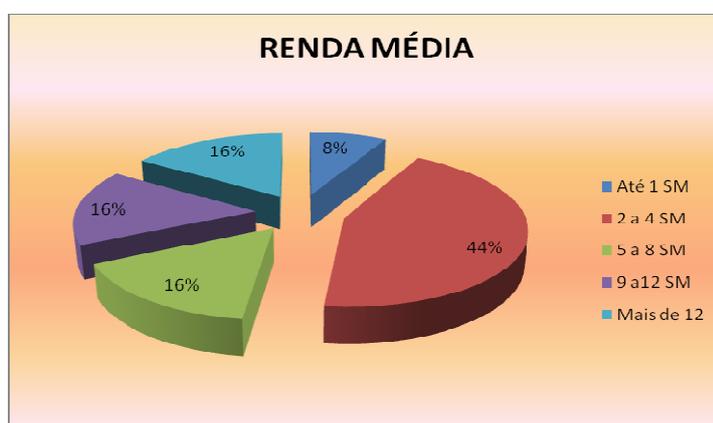


Gráfico 11: Renda Familiar Média
Fonte: Pesquisa de Campo 2009

A renda familiar média das entrevistadas mostrou a predominância de 44% que fica em torno de 2 a 4 Salários Mínimos, seguida por 16% entre 5 e 8 Salários, 9 a 12 e mais de 12 salários mínimos.

Os números apontam que a maioria das entrevistadas faz parte da classe que vive do trabalho, vivenciando todos os aportes do sistema capitalista.

Pode-se refletir os dados de maneira mais efetiva através da ocupação/profissão das entrevistadas, obtendo-se os seguintes ensejos:

PROFISSÃO/OCUPAÇÃO	Nº	%
Industriária	4	16%
Comerciante	2	8%
Estudante	4	16%
Contadora	1	4%
Odontológica	1	4%
Musicista	1	4%
Assistente Administrativo	1	4%
Publicitária	1	4%
Professora	4	16%
Não trabalha	6	24%
Total	25	100%

Tabela 01: Profissão / Ocupação
Fonte: Pesquisa de Campo

No que se refere à ocupação das entrevistadas, verificou-se alguns dados bastante diversificados. A pesquisa apontou que 24% das mulheres não têm uma ocupação ou profissão, ponderou-se que 16% são industriárias, 16% professoras e mais 16% são estudantes.

Tais dados apontam a relevância dos motivos que podem levar ao ostracismo da identidade homossexual feminina, pois a ausência de uma ocupação/profissão canaliza ao fato de não trabalhar a livre orientação e expressão sexual, principalmente no ambiente familiar, conforme mostra-se no relato abaixo.

Não posso falar para ninguém, não tenho independência financeira, tenho medo das conseqüências (Íris, 21 anos).
Meus pais não sabem, ainda moro com eles, imagine se soubessem que a filha deles não é quem eles pensavam... Ficarei sem casa e os 'bicos' que faço, não dá para sobreviver (Azaléia, 40 anos)

Os relatos mostram a fragilidade do cotidiano das mulheres homossexuais, principalmente no que tange ao 'assumir-se' com a identidade homoafetiva. O ostracismo das mulheres pode ser explicado por vários fatores, direcionando-se principalmente a questões econômicas e sociais, mais também culturais e morais, até pelo constante 'medo' pelo que pode acontecer ao passo de uma revelação sobre a sexualidade.

Foucault (1988) enfatiza que tanto o sexo quanto a sexualidade, são elementos que não podem ser julgados, mas sim administrados, ou seja, não pode ser tido como algo proibido, que já foi considerado como questão de polícia no século XVIII, mas precisa ser algo que exige procedimento de gestão para lidar com o poder inserido na sociedade.

As palavras de Foucault ecoam até os dias de hoje, pois a sociedade do vigiar e punir ainda rejeita a diferenças em toda e qualquer condição, incluindo-se aí a sexualidade em suas diversas expressões, até mesmo a homossexualidade, que ainda é condenável desde a celular *mather* da sociedade (família), estendendo-se à esfera pública com suas reproduções contínuas.

Ao mergulhar mais fundo na esfera da sexualidade, questionou-se a idade em que as mulheres iniciaram-se e/ou descobriram-se nas relações homoafetivas, tendo-se obtido as seguintes reflexões.

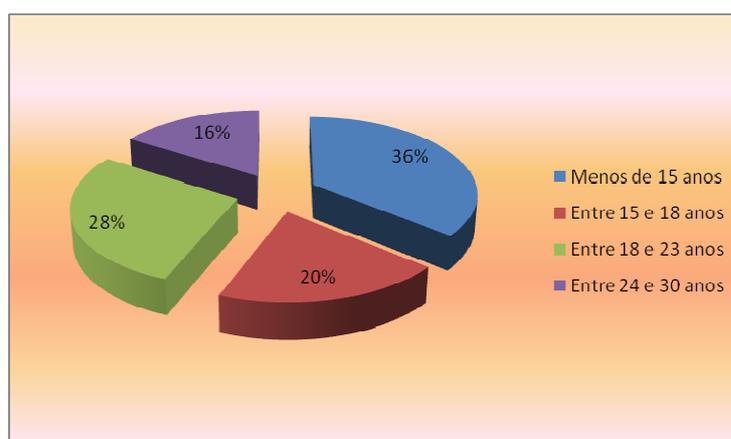


Gráfico 12: Idade em que se descobriram as relações homoafetivas
FONTE: Pesquisa de campo 2009

O gráfico mostra que 36% das entrevistadas descobriram-se ou iniciou-se nas relações homoafetivas com menos de 15 anos de idade, ou seja, ainda na adolescência. Cerca de 28% das mulheres informou ter o primeiro contato com esse tipo de relação entre 18 e 23 anos, seguindo-se de 20% que ressaltou o primeiro contato na faixa etária entre 15 e 18 anos.

Os dados apontam que muito cedo as mulheres inicializaram a vida sexual na experiência homoafetiva, contudo a visibilidade social ainda é algo visto de longe, considerando todos os preceitos de discriminação já abordados anteriormente.

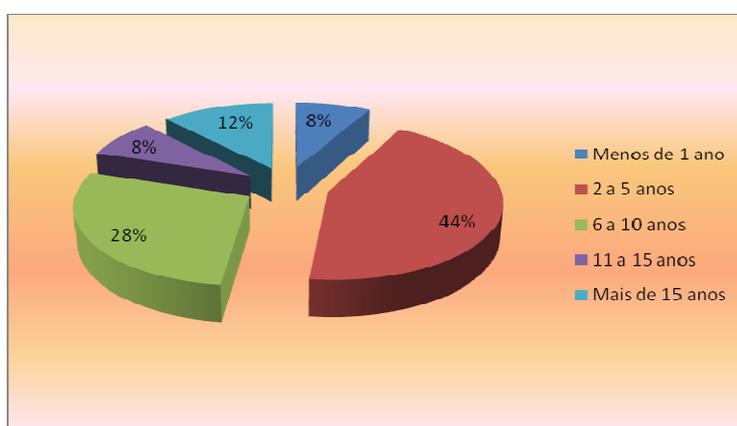


Gráfico 13 - Tempo em que Mantém Relações Homoafetivas
 FONTE: Pesquisa de Campo 2009.

O gráfico acima já mostra o tempo em que as mulheres relataram ter experiências em relações homoafetivas, tendo-se verificado que:

Cerca de 44% das entrevistadas informaram ter relações homoafetivas há pelo menos 2 anos; Outras que totalizaram 28% informaram já ter experiências sexuais com outras mulheres por um período entre 6 e 10 anos, seguindo-se pelo dado que informa 12%, das mulheres que tem relações homoafetivas há pelo menos 15 anos.

Os dados são relevantes, pois ao fazer o cruzamento das informações, verifica-se alguns paradoxos, pois se soma 92% de mulheres que vivenciam relações homoafetivas há mais de dois anos, contudo somente 52% das famílias das entrevistadas sabem da orientação sexual das referidas.

Tal fator pode ser explicitado pelo fato da invisibilidade da mulher, ou até mesmo o “medo” da descoberta da homossexualidade.

De acordo com Mello (2005 p.25), “a família é instância fundamental na mediação entre indivíduo e sociedade, integrando o leque das instituições comprometidas com a reprodução da ordem social”.

Tal afirmação pode explicitar o “medo” social da descoberta da homossexualidade ou sua revelação para a família, já que esta, sendo a célula *mather* da sociedade é a primeira instância do indivíduo, permeando o primeiro grupo social em que se tem contato, sendo ainda geralmente o que mais cobra um posicionamento social do sujeito, principalmente no que tange às mulheres, que por si, já vivem em um histórico patriarcal, rodeado de simbolismo que por vezes, referenciam a mulher de maneira secundarizada.

Ao avançar na pesquisa sobre o perfil das mulheres com orientação homossexual, indagou-se o tempo de duração da última relação homoafetiva, obtendo-se nas atividades de campo a seguinte resposta.

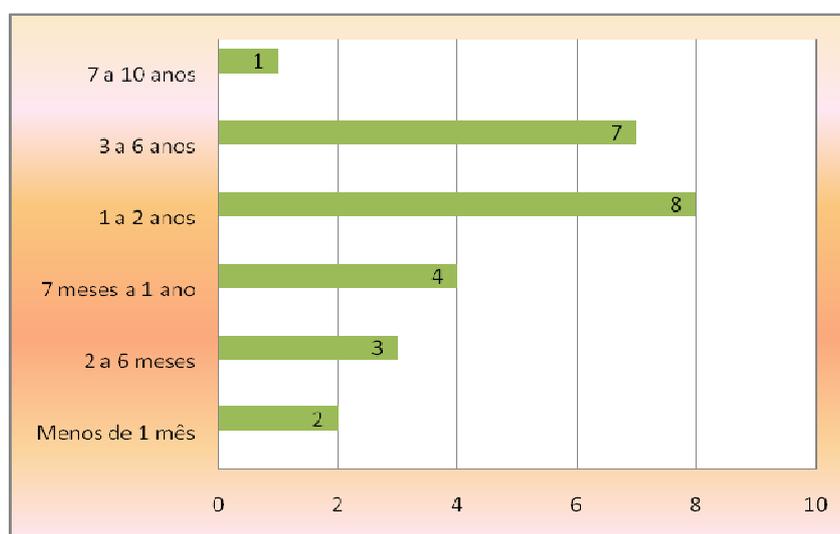


Gráfico 14 - Tempo de duração da última relação.
Fonte: Pesquisa de Campo 2009

Os dados apontam que 15 mulheres, ou seja, mais de 50% está envolvida em relações homoafetivas que já duram entre 1 e 6 anos.

A informação é relevante ao passo que pode-se (des) construir o estereótipo que a sociedade coloca acerca do sujeito homossexual, quando praticamente afirma que sua orientação sexual envolve a promiscuidade.

É notório que na pesquisa não pode-se afirmar a ausência de promiscuidade, até pelo fato de realizar abordagem com seres humanos, e como tal sinalizar que cada um tem uma condição, uma maneira diferenciada de analisar o cotidiano e vivê-lo, mas ressalta-se a relevância do dado até mesmo pelo contexto histórico da mulher, que inserida em um sistema patriarcal, por séculos teve sua sexualidade nula ou controlada em diversas culturas.

O ensejo revela que a mulher, mesmo ao ter a orientação e expressão sexual voltada à homossexualidade, pode ser capaz de construir relacionamentos mais estáveis, mesmo frente aos cânones adotados pelo poder heterossexista que perdura ainda no século XXI.

Ao tecer reflexões sobre as relações homoafetivas, questionou-se se as entrevistadas residiam com as suas companheiras, gerando assim a seguinte discussão.

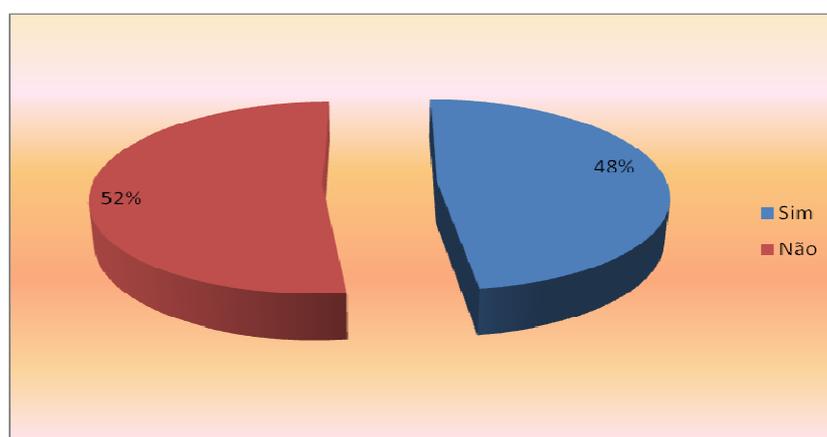


Gráfico 15: As entrevistadas residem com as companheiras?
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

O gráfico mostra que 48% das entrevistadas residem junto com as companheiras, o que reafirma o dado que pode ser cruzado no que tange ao conhecimento e aceitação da família sobre a orientação sexual.

A pesquisa revela também que nas situações em que as entrevistadas moram junto

às companheiras, na maioria das vezes, são elas também as responsáveis pela renda familiar, o que aponta que o conceito de família na realidade atual, vai além da configuração histórica e cultural e passa a caracterização de outra conjugalidade, não no sentido de ser nova, até pelo fato de já existir, mas sinaliza a necessidade de visibilidade homoafetiva feminina em todas as esferas.

Ao retratar o fenômeno da visibilidade, sabe-se que a mídia exerce um papel fundamental na construção do perfil cultural dos sujeitos homoafetivos, o que Borges (2007) aborda com a seguinte crítica.

(...) é importante prestar atenção à forma como o tema da lesbiandade é apresentado, aos usos, aos contextos e às estratégias de negociação entre os diversos elementos que compõem a rede de produção desses sentidos. Faz – se necessário perceber o caráter duplo e dinâmico dos processos de visibilização e invisibilização na construção dos/as personagens, suas trajetórias, ou seja, ao possibilitar a visibilidade de uma determinada posição de pessoa, simultânea e necessariamente outras possibilidades são excluídas e inviabilizadas (p.373).

A afirmação aponta que a visibilidade da homossexualidade feminina na mídia apresenta um caráter dúbio, ou seja, escolhe-se os elementos que poderão compor a visibilidade da mulher com orientação homoafetiva, assim como também os que não fazem parte para caracterizar a invisibilidade.

A cultura homossexual é apresentada na mídia em diversas faces, tanto pode mostrar-se na forma discreta, como na formação de estereótipos de mulher masculinizada, o que não faz parte da identidade de todos os sujeitos.

Nesse sentido, a identidade homossexual feminina se firma estabelecendo perfis que dependem do processo histórico, cultural e social de cada sujeito no universo da diversidade e livre orientação sexual. Para uma análise mais profunda acerca da homoafetividade, faz-se relevante discutir o processo de (des) construção da cidadania feminina na realidade de Manaus, conforme será tratado *a posteriori*.

CAPÍTULO III – A EXPRESSÃO DA CIDADANIA HOMOSSEXUAL FEMININA EM MANAUS

Refletir sobre a homossexualidade, mesmo frente a todo o contexto histórico, social e cultura existente ainda é um desafio, o qual torna-se ainda maior quando envolve a identidade feminina, já que as raízes do patriarcado ainda levam a invisibilidade da mulher, independente de orientação ou expressão sexual.

Ao ponderar tal contexto, vale considerar que a expressão da cidadania homossexual feminina, apesar do ostracismo ainda existente, já inicia alguns passos no rumo da visibilidade, mesmo frente aos entraves existentes.

Os movimentos sociais brasileiros, direcionados a população LGBT já existem há trinta anos, como observou-se no capítulo I, tendo-se oficializado através das várias associações, incluindo a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais).

No que tange a realidade das mulheres, os movimentos também já possuem uma trajetória histórica que vem desde 1979, com o Grupo “Somos de Afirmação Homossexual”, o qual foi convidado a fazer publicações junto ao Jornal “Lampião da Esquina” (IDEM).

As publicações geraram certa visibilidade das mulheres e fomentaram a organização do primeiro grupo exclusivo de mulheres lésbicas do Brasil que denominou-se de Grupo Lésbico-Feminista, com maior ênfase a mulher no Movimento Homossexual Brasileiro.

A trajetória das organizações de luta trouxe algumas conquistas na contemporaneidade. Implementou-se a LBL (Liga Brasileira de Lésbicas) e a ABL

(Associação Brasileira de Lésbicas), com o objetivo de fomentar discussões e assessorar os grupos regionais que estavam surgindo em várias partes do país.

Ao realizar a pesquisa de campo⁷ com as organizações que fazem parte da região amazônica nos estados do Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Maranhão, refletiu-se o direcionamento que os movimentos sociais direcionados a população LGBT tem firmado cotidianamente para a conquista de espaços que vão desde as áreas de Educação, Saúde, Segurança Pública, Justiça, Direitos Humanos entre outras.

No que refere-se em nível de região norte, a pesquisa apontou a necessidade de maior visibilidade dos movimentos sociais, haja vista que a organização feminina ainda é tratada como segundo plano no segmento LGBT, conforme relato a seguir.

Temos uma luta diária para provar que nós mulheres temos a nossa importância. Tudo o que queremos é respeito. O movimento aqui (Manaus) tem mais de vinte anos e os homens não fizeram nada que realmente fosse importante... Transformaram a Parada Gay em Carnaval, em festa e não é esse o objetivo. Queremos mostrar quem somos, queremos dizer que a mulher lésbica também precisa do seu espaço (Violeta 40 anos – Movimento de Manaus).

Já tivemos conquistas, mas ainda precisamos lutar muito para assegurar nossa identidade. A mulher homoafetiva ainda sofre preconceitos e isso começa dentro do nosso movimento (LGBT), somos minoria, precisamos acabar com esse verdadeiro massacre social (Orquídea Negra, 50 anos – Movimento do Maranhão).

O preconceito, na I Conferência Estadual... passaram um verdadeiro 'rolo compressor', não tivemos chance de voto para ir a Nacional. Sei que isso acontece porque somos minoria, ainda não temos o nosso movimento firmado (Lisianto, 31 anos – Movimento de Roraima).

Precisamos buscar a visibilidade não vem sozinha. A mulher precisa mostrar a que veio... É mostrar a cara e fazer parte do movimento de igual para igual. Sem isso não vamos conseguir, não chegaremos a lugar algum (Rosa Branca, 32 anos – Movimento do Amapá).

Os relatos de militantes do segmento LGBT apontam uma problemática em comum, que relaciona-se ao preconceito dentro do próprio movimento social, ou seja, a mulher continua sendo tratada como minoria. Gomide (2007) afirma que a mulher continua sendo minoria no movimento gay, como também é no feminista.

Esse contexto reafirma que a visibilidade feminina, assim como sua inclusão social

⁷ A abordagem foi efetivada junto aos membros do Movimento LGBT que participaram do Seminário Regional Escola sem Homofobia, realizado na cidade de Belém em abril de 2009.

dentro dos movimentos sociais ainda constitui-se como desafio a ser superado cotidianamente.

Ao ponderar o fenômeno da invisibilidade em Manaus, verifica-se uma grande lacuna no que tange ao movimento de mulheres LGBT, pois como em algumas outras localidades, a representatividade das mulheres ainda é a mínima possível, mesmo considerando que a AAGLT (Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis), organização mais antiga na cidade já tem mais de 20 (vinte) anos.

Diante de tais afirmações, é importante estabelecer a análise sobre a exclusão/inclusão social da mulher no segmento LGBT, a qual será tratada a seguir, visando à compreensão desse ostracismo que forma-se mesmo no limiar do século XXI, com a abertura a visibilidade da diversidade e as políticas que contemplam a livre orientação e expressão sexual.

3.1 – Exclusão e Inclusão Social da mulher no Segmento LGBT: difícil equação na sociedade moderna

A região amazônica, por localizar-se em um espaço relativamente novo aos movimentos sociais direcionados a população LGBT, encontra-se inserida nos encontros e seminários que se direcionam a diversidade sexual em todas as suas esferas.

Tal ensejo pode verificar-se através da criação de várias associações e/ou outras organizações não governamentais que lutam pelos direitos da população homossexual.

Trata-se de reivindicações antigas que vão desde a luta pelo direito de ter uma orientação sexual diferenciada, passando pela busca da criminalização da homofobia, até mesmo pelo acesso a parceria civil registrada, tecendo redes que redirecionam os movimentos sociais de acordo com a realidade expressa.

Sobre o direcionamento dos movimentos na atualidade, Gohn (2004) afirma que:

O universo dos movimentos sociais se amplia e se restringe ao mesmo tempo. Ampliam-se as formas e restringem-se as esperanças quanto a suas potencialidades transformadoras. A defesa de particularismos, os radicalismos e a intolerância de alguns têm levado analistas e militantes a repensar a questão da transformação social. A liberdade, a igualdade, a solidariedade e a fraternidade estão a merecer novas reflexões sobre que trilhas seriam necessárias para alcançá-las. (p. 339 e 340).

As afirmações ressaltam o rumo que os movimentos sociais assumem na atualidade. Apontam que o segmento LGBT também insere-se em tal prisma, ou seja, questiona-se as trilhas que devem ser seguidas para atingir determinado objetivo nas ações coletivas. Ainda sobre o perfil dos movimentos sociais contemporâneos, Gohn (2004) enfatiza que:

A militância passou a ser mais seletiva e qualitativa. (...) Usualmente, nos anos 90, participa de causas coletivas quando estas causas têm a ver com mundo vivido pelas pessoas, e não porque estejam motivadas pelas ideologias que fundamentam aquelas causas. Os militantes olham mais para dentro de si próprios. Deixam a paixão pelo coletivo em segundo plano e buscam suas próprias paixões. Articula-se a projetos coletivos apenas se estes se relacionarem com seus próprios projetos. Estes novos militantes querem manifestar mais seus sentimentos do que viver segundo as diretrizes preconizadas por alguma teoria, partido ou instituição de planejamento. Neste processo deixam as paixões de lado e se tornam mais estratégicos, mas racionais, menos passionais, mais habermasianos, buscando justamente ser mais felizes. As lógicas se invertem.

De acordo com a análise, percebe-se uma conjuntura diferenciada firmando-se nos movimentos sociais da atualidade, o que também direciona o segmento LGBT para esse contexto, haja vista que ao refletir os grupos existentes, verifica-se uma luta de interesses, muitas vezes pessoais nos ensejos situacionais apresentados. A coletividade cedeu espaço à individualidade fragmentada, pois cada segmento do movimento busca apenas seus próprios interesses, não há unificação pelos direitos de gays, lésbicas, travestis e transexuais o que ocorre é apenas a visualização de interesses de um indivíduo que compõe determinado segmento.

A reflexão aponta-se que mesmo na esfera LGBT, a herança patriarcal ainda domina, pois o quantitativo de mulheres representantes é baixo se comparado aos homens. Nesse sentido, percebe-se que a mulher homossexual ainda é minoria no movimento LGBT, assim como também nos movimentos de mulheres, o que mostra os paradoxos das lutas coletivas na contemporaneidade.

Ao trazer o debate para a realidade amazônica, observa-se que o cotidiano não é diferente. As lutas também permeiam interesses pessoais e individuais, não há um

consenso direcionado a coletividade, ou seja, no movimento LGBT cada um pensa de uma maneira e pondera as suas necessidades.

Ao enfatizar a relevância de participação feminina nos movimentos sociais, indagou-se às participantes da pesquisa se elas se sentiam preparadas e/ou socialmente incluídas para lutar pelos direitos das mulheres com orientação homoafetiva. O questionamento apresentou as seguintes respostas.

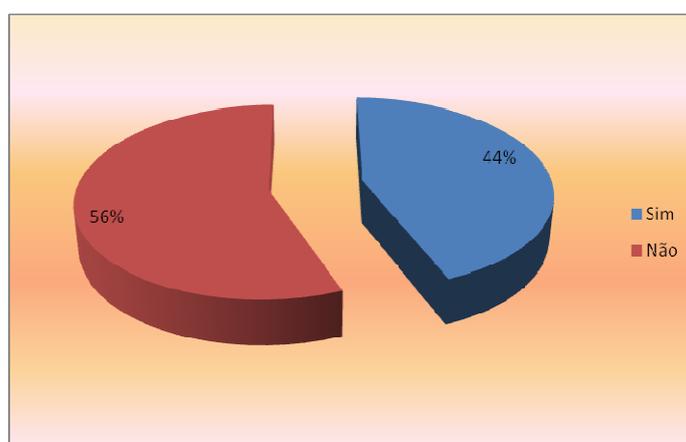


Gráfico 16: Você sente-se incluída socialmente para lutar pela causa LGBT?
 FONTE: Pesquisa de Campo 2009

A análise do gráfico, mostra que apenas 44% das mulheres entrevistadas sente-se preparada e/ou socialmente incluída para lutar pelos direitos da população LGBT.

Uma das prerrogativas que pode levar a reflexão é justamente a herança patriarcal de submissão feminina no decorrer do processo histórico, além do fenômeno da desigualdade de gêneros que ainda ocorre em todas as esferas da sociedade.

Ao questionar os motivos que levariam as entrevistadas a não lutar pelos direitos LGBT, obteve-se os seguintes relatos:

Eu não tenho cara para essas coisas... Quando minha família descobriu, minha irmã disse que eu teria que "me assumir".... mas eu me escondi, saí de casa e hoje vivo a minha vida, não posso lutar, não dou para isso (Margarida, 35 anos).

Porque eu não tenho voz e nem apoio para lutar por nós (Jasmim, 23 anos).

Porque não estou preparada para as pessoas descobrirem a minha vida (Papoula, 22 anos).

As afirmações das entrevistadas apontam o fenômeno da invisibilidade social da mulher. Percebe-se que as referidas não sentem-se preparadas para lutar pelos direitos LGBT, seja pelo medo da discriminação, do preconceito ou até mesmo por questões familiares, que impulsionam ao ostracismo absoluto de tais sujeitos sociais.

As entrevistadas que responderam positivamente a questão apresentaram relatos conforme a seguir.

Porque nós temos o direito de escolher como viver a vida (Açucena, 35 anos).

É complicado assumir uma luta, mas no âmbito em que me encontro ameaçada e percebo que posso lutar sem me expor, estarei lá (Lírio, 28 anos).

Porque todos merecem ser aceitos na sociedade, independente de ser homossexual ou não (Gloriosa, 21 anos).

Os relatos acima apontam possibilidade de inserção em movimentos sociais pela causa LGBT, contudo verifica-se que o discurso não deixa de estar envolto a alguma espécie de ostracismo, tal como: “se me encontro ameaçada”, “posso lutar sem me expor”.

As ponderações trazem o real questionamento: será que tais sujeitos sociais realmente sentem-se inclusos socialmente para lutar pelo segmento da mulher com orientação homoafetiva?

A exclusão social apresenta várias faces, sendo que em uma delas canaliza-se a orientação e expressão sexual, principalmente no que tange a mulher como sujeito social discriminado historicamente, o que faz com que as mulheres sintam-se inseguras para buscar a visibilidade através do movimento social.

A realidade aponta que o preconceito pela própria condição de ser mulher, leva a reclusão, o que dificulta uma equação que coloque o sujeito feminino em plano primário, pois como Beaviour (1980) enfatizou: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

3.2 – A Indagação dos Direitos Sociais na Identidade Homoafetiva

A busca pela visibilidade homoafetiva feminina perpassa antes de tudo pelos direitos, os quais por vezes são negados às minorias sociais, que na verdade não são minorias, mas maiorias sem acesso a determinados elementos que deveriam ser assegurados pela Constituição Federal.

Para indagar o que não perfaz o cotidiano das mulheres com orientação homoafetiva, é relevante caracterizar o significado de Direito, que de acordo com Bobbio (2004), constitui um instrumento de ordenamento normativo, sendo um elemento necessário na consolidação do Estado e da sociedade civil.

Nesse sentido, os direitos fazem parte da consolidação de uma sociedade democrática, onde a liberdade impera como preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No que se refere à Constituição Federal de 1988, sabe-se dos avanços e conquistas dos direitos, contudo é bastante enfática no que tange o reconhecimento dos direitos sociais, assim como a normatização das ações sociais.

Ao ponderar por esse prisma, a sua efetivação não se dá de maneira satisfatória, haja vista que a diminuição dos recursos estatais para as políticas sociais e a expansão dos serviços privados restringe a garantia destes direitos, pois trata-se da concretização de um contexto Neoliberal, onde o Estado assume o mínimo de responsabilidades e repassa todo o resto para a sociedade civil e organizações privadas.

Vale ressaltar que, apesar da Carta Magna normatizar os direitos da população brasileira, segundo o Grupo Gay da Bahia (2008), existe pelo menos 37 (trinta e sete) direitos negados a população LGBT, os quais perfazem o ostracismo desse segmento populacional, tais como:

- ✚ Não podem casar;
- ✚ Não podem ter a união estável reconhecida;
- ✚ Não adotam o sobrenome do parceiro;
- ✚ Não podem somar renda para aprovar financiamentos;

- ✚ Não somam renda para alugar imóvel;
- ✚ Não inscrevem o parceiro como dependente de servidor público;
- ✚ Não podem incluir o parceiro como dependente de plano de saúde;
- ✚ Não participam de programas do Estado vinculados à família;
- ✚ Não inscrevem parceiros como dependentes da previdência;
- ✚ Não podem acompanhar o parceiro servidor público transferido;
- ✚ Não têm a impenhorabilidade do imóvel em que o casal reside;
- ✚ Não têm garantia de pensão alimentícia em caso de separação;
- ✚ Não têm garantia a divisão de bens em caso de separação
- ✚ Não podem assumir a guarda do filho do cônjuge;
- ✚ Não podem adotar filhos em conjunto;
- ✚ Não podem adotar o filho do parceiro;
- ✚ Não têm licença-maternidade para nascimento de filho da parceira;
- ✚ Não têm licença maternidade/paternidade se o parceiro adota um filho;
- ✚ Não recebem abono-família;
- ✚ Não têm licença-luto, para faltar ao trabalho na morte do parceiro;
- ✚ Não recebem auxílio-funeral;
- ✚ Não podem ser inventariantes do parceiro falecido;
- ✚ Não têm direito à herança;
- ✚ Não têm garantida a permanência no lar quando o parceiro morre;
- ✚ Não têm usufruto dos bens do parceiro;
- ✚ Não podem alegar dano moral se o parceiro for vítima de um crime;
- ✚ Não têm direito à visita íntima na prisão;
- ✚ Não acompanham a parceira no parto;
- ✚ Não podem autorizar cirurgia de risco;
- ✚ Não podem ser curadores do parceiro declarado judicialmente incapaz;
- ✚ Não podem declarar parceiro como dependente do Imposto de Renda (IR);
- ✚ Não fazem declaração conjunta do IR;
- ✚ Não abatem do IR gastos médicos e educacionais do parceiro;
- ✚ Não podem deduzir no IR o imposto pago em nome do parceiro;
- ✚ Não dividem no IR os rendimentos recebidos em comum pelos parceiros;
- ✚ Não são reconhecidos como entidade familiar, mas sim como sócios;
- ✚ Não têm suas ações legais julgadas pelas varas de família

Frente ao exposto, é visível a diferença no trato a livre orientação e expressão sexual

na Constituição Federal de 1988, haja vista que a homoafetividade ainda não é reconhecida como forma de união 'legal'.

Um ponto relevante a enfatizar no que refere-se aos direitos negados a população LGBT é a questão da adoção em conjunto, já que percebe-se o judiciário a frente do legislativo, já que existem casos de crianças adotadas por casais homossexuais, apesar da legislação não oferecer a visibilidade legal para tal fato.

Tal ensejo já ocorreu inclusive em um município do interior do Estado do Amazonas, onde duas mulheres conseguiram adotar uma criança (DIARIO DO AMAZONAS, 2009).

Outra análise importante envolve a situação do auxílio funeral, pois hoje sabe-se da configuração de políticas de assistência social universal para todos os cidadãos. O que envolve o debate é a relação de tal auxílio extensivo ao parceiro quando o sujeito social tem seu direito assegurado nas políticas de benefícios das organizações privadas, ou seja, quando o indivíduo é colaborador de uma empresa e como consequência tem acesso a benefícios sociais que a seu parceiro é negado pela falta de legalização da união.

No que tange aos programas do Estado vinculados à família, observa-se que em alguns casos a inclusão social pode ocorrer, mas não pode-se afirmar que já existe um consenso nesse processo, pois o sujeito social continua a sofrer preconceitos que vão desde o profissional que faz o atendimento até mesmo às políticas que não consideram a referida condição humana como fator relevante para a inclusão.

Outro desafio para os casais homoafetivos envolve questões relacionadas à necessidade de assistência, tais como em situações de cirurgia de risco, sendo que o parceiro por não ser reconhecido como membro familiar, não tem autorização para autorizar qualquer procedimento, assim como também não pode ser declarado como curador em situações de incapacidade.

Esses elementos negados mostram que ainda existe muito a ser feito, pois apesar de algumas situações mostrarem que a jurisprudência encontra-se a frente da legislação, a sociedade brasileira não pode vivenciar apesar contextos isolados em um país de extensão continental, onde urge o desenvolvimento e a inclusão social de 'minorias' que a

verdade configuram-se como 'maiorias'.

Nesse bojo, verificou-se que alguns elementos dos direitos sociais preconizados como básicos tais como: educação, saúde, segurança, previdência social e assistência social ainda mostram-se com algumas (ou muitas) lacunas que precisam ser preenchidas.

Os direitos sociais são garantias da sociedade civil, contudo o Estado não aparece com o poder tutelar, até mesmo considerando o contexto neoliberal que norteia as Políticas Públicas da atualidade (SIMÕES, 2008).

Apesar disso, percebe-se a ausência de direitos no que tange as relações homoafetivas, o que leva a indagações relevantes no que tange a (des) construção da identidade homoafetiva feminina, pois os direitos negados pela Carta Magna por questão de orientação sexual conduz a invisibilidade desse segmento populacional que há milênios se faz presente na sociedade com a emergência do reconhecimento social.

Mesmo com os desafios cotidianos, o legislativo está atrás do judiciário. Percebe-se tal realidade ao apontar que algumas situações que envolvem relações homoafetivas já tiveram sucesso em julgamento, tais como guarda de criança e adoção.

No que refere-se às conquistas, é relevante citar a realização da 1ª Conferência Nacional LGBT, a qual realizou-se entre 5 e 8 de junho de 2009, após a efetivação das etapas municipais e estaduais, com o objetivo de debater sobre a visibilidade de tal segmento populacional, assim como fomentar políticas públicas de inclusão social.



Figura 11 – Abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT

FONTE: Arquivo documental da 1ª Conferência

A abertura do evento foi marcada pelo Presidente da República, o qual enfatizou o preconceito contra a população LGBT com as seguintes palavras:

(...) Não é fácil para um Presidente da República, nem no Brasil nem em outro país do mundo, participar de eventos que envolvam um segmento tão grande, tão heterogêneo e tão motivo de preconceito como vocês. Não é fácil. Então, quando o Tony Reis fala que nunca na história do planeta um presidente convocou uma conferência como esta, eu fico orgulhoso porque nós estamos vivendo no Brasil um momento de reparação. (...) eu dizia para a Nilcéia, nós precisamos criar no Brasil o Dia de Combate à Hipocrisia. Eu sei que isso fere as pessoas, deixa outras angustiadas, mas o dado concreto é que se eu não conseguir criar, alguém vai criar Nilcéia. Sabem por que é preciso criar o Dia de Combate a Hipocrisia? Porque quando se trata de preconceito eu o conheço nas minhas entranhas, eu sei o que é preconceito. Talvez seja a doença mais perversa impregnada na cabeça do ser humano. É uma doença que a gente não combate apenas com as leis. A lei ajuda, a Constituição ajuda montar conselhos ajuda. Tony, tudo ajuda, mas é um processo cultural.

(...) Ninguém pergunta a opção sexual de vocês quando vão pagar imposto de renda, ninguém pergunta quando vai pagar qualquer tributo nesse país. Por que discriminar, na hora em que vocês, livremente escolhem o que querem fazer com seu corpo? É mais fácil falar do que transformar as palavras em coisas concretas, porque aí é preciso medir correlação de forças na sociedade. Mas uma coisa sagrada vocês fizeram, conseguiram quebrar a casca do ovo, conseguiram gritar para o Brasil que vocês existem e que não querem nada a mais, nem nada a menos do que ninguém. Vocês querem ser brasileiros, trabalhar e viver respeitados, como todos querem ser respeitados no mundo (...).

As afirmações ponderadas mostram que a intenção de realizar a primeira conferência LGBT retrata-se justamente em um momento de reparação histórica no que tange a reflexão de tantos direitos que foram negados tal segmento populacional no decorrer dos tempos frente ao cotidiano brasileiro.



Figura 12 - Abertura da 1ª Conferência Nacional LGBT
Fonte: Arquivo documental da 1ª Conferência

A Conferência foi um marco, uma iniciativa histórica, já que o Brasil foi o primeiro país do mundo a realizar um evento desse tipo, tendo observadores de 14 (quatorze) países, inclusive Cuba, que destaca-se pelo seu conservadorismo.

Destacou-se ainda a presença de vários intelectuais e demais pesquisadores que debatem o assunto, tais como: Luis Mott, James Green, Luis Mello, Miriam Grossi, Berenice Bento, entre outros.

O Estado do Amazonas foi representado por 12 (doze) delegados, divididos entre cada segmento do movimento social LGBT.

Entre as temáticas debatidas na conferência, destacam-se as áreas de educação, saúde, justiça, direitos humanos e previdência social entre outras que emergem como bandeiras de luta da população LGBT no combate a qualquer tipo de discriminação e violência.

Através da observação de campo, com a respectiva participação na 1ª Conferência de Políticas Públicas para LGBT, observou-se a que as participantes homoafetivas tinham sua expressão, contudo se caracterizavam como minoria no evento.

Realizaram-se várias reuniões paralelas ao evento, as quais envolveram grupos de mulheres lésbicas por grupos e categorias, tais como: afro descendente, assistentes sociais, psicólogas, bissexuais, entre outras, conforme verifica-se na ilustração abaixo.



Figura 13: Reunião de mulheres lésbicas na 1ª Conferência Nacional LGBT - 2008
 Fonte: Arquivo documental (pessoal) da Conferência.

O encontro permitiu não apenas a observação, mas o conhecimento da realidade das mulheres homoafetivas de várias partes do país, assim como a (in) visibilidade que impera cotidianamente frente aos outros segmentos LGBT.

O evento foi marcado ainda por uma manifestação que ratificou o alto índice de violência contra a população LGBT, apresentado através de 73 (setenta e três) cruzes inseridas na bandeira do orgulho LGBT, o que segundo o GGB (Grupo Gay da Bahia), marca o número de homicídios cometidos contra os LGBT em 2008 até a realização da Conferência, dividindo-se em 50 (cinquenta) gays, 20 (vinte) travestis e 3 (três) mulheres lésbicas.



Figura 14: Manifestação da Homofobia na 1ª Conferência Nacional LGBT - 2008
 Fonte: Arquivo documental (pessoal) da Conferência.

Na observação, verificou-se o debate sobre o PLC 122/2006 (o qual encontra-se em trâmite no Congresso nacional), objetivando a criminalização da homofobia, já que o Brasil ocupa o primeiro lugar do mundo em crimes homofóbicos.

Debateu-se ainda as mudanças do PL 1151/1995, de autoria da ex-deputada Marta Suplicy, assim como sua nova inserção na Câmara Federal, visando regulamentar a parceria civil entre casais do mesmo sexo.

A Conferência marcou ainda pela discussão do PL 2976/2008, que autorize a mudança de nome para as travestis e o PLC 72/2007, que aponta o mesmo processo para pessoas transexuais.

Como ponto chave a realização da 1ª Conferência, refletiu-se a proposta de um Plano Nacional de Cidadania LGBT, o qual aponta estratégias voltadas a cada segmento (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), assegurando as diversidades e peculiaridades de cada um, de acordo com a identidade de gênero firmada.

Ressalta-se que no dia 14 de maio de 2009, a Presidência da República aprovou o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, sendo um marco histórico do movimento social com o apoio governamental brasileiro.

De acordo com o Plano Nacional (2009), os eixos estratégicos envolvem a promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT, a implantação sistêmica de ações, a integração da política com as demais políticas públicas existentes, a articulação e fortalecimento de redes sociais, entre outros elementos relevantes na construção da visibilidade da cidadania do referido segmento populacional.

Entre as ações mais direcionadas a homoafetividade feminina, o Plano Nacional tem como proposta viabilizar:

- ✚ A capacitação de servidores públicos, inclusive os que se inserem na segurança pública, educação e previdência social, sobre diversidade sexual;
- ✚ A inclusão da temática LGBT na educação em vários níveis de ensino;

- ✚ Capacitar e sensibilizar as equipes de profissionais que trabalham na área de saúde da mulher, para atender as especificidades das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais nos estados em municípios;
- ✚ Proporcionar, na formação e capacitação de profissionais de saúde o conteúdo de saúde integral da população LGBT
- ✚ Capacitar cuidadores de idosos no que tange a orientação sexual e identidade de gênero;
- ✚ Reconhecer os novos arranjos familiares como famílias homoparentais e pares homoafetivos para fins de inclusão na PNAS (Política Nacional de Assistência Social);
- ✚ Promover a alteração do Estatuto dos Militares para a inclusão do (a) companheiro (a) como dependente;
- ✚ Criar dispositivos legais que garantam ao casal homoafetivo o direito de adoção;
- ✚ Capacitar os serviços de disque-mulher, a Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) e as delegacias especializadas de atendimento à mulher, Centros de Referência e demais serviços de atendimento às mulheres, garantindo a acolhida não discriminatória para mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais na aplicação da Lei Maria da Penha;
- ✚ Ampliar o conhecimento sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia;
- ✚ Revisar a restrição da doação de sangue por parte da população LGBT e capacitar os captadores e tri adores dos hemocentros para uma abordagem sem preconceito e discriminação;
- ✚ Qualificar a atenção à saúde mental em todas as fases de vida de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais com o objetivo de prevenir os agravos decorrentes dos efeitos da discriminação e reduzir os danos decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas;
- ✚ Realizar campanha de enfrentamento da homofobia, lesbofobia, transfobia e demais formas de discriminação e violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais no SUS;
- ✚ Propor modificação da legislação do Imposto de Renda, de modo que os/as parceiros/as do mesmo sexo em coabitação possam incluir os/as parceiros/as como dependentes, sem qualquer diferença em relação ao previsto para casais heterossexuais;
- ✚ Agregar as temáticas LGBT nos bancos de dados existentes da CAPES e do

CNPq;

- ✚ Apoiar a capacitação de lideranças do movimento de mulheres e feminista na promoção de políticas afirmativas e ações de enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
- ✚ Sistematizar e divulgar amplamente os dados sobre a situação da mulher, garantindo o recorte de orientação sexual e de identidade de gênero, geracional e étnico racial através do sistema Nacional de Informações de Gênero (SNIG);
- ✚ Criar o conselho nacional de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, garantindo paridade entre governo e sociedade civil, assegurando na representação da sociedade civil a paridade dos segmentos LGBT e o recorte de gênero, étnico racial e considerando as dimensões geracionais, regionais e deficiências (PLANO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DE LGBT, 2009).;

As propostas do Plano Nacional sinalizam possíveis horizontes diferenciados no que tange a efetivação dos direitos sociais da população LGBT, em específico, às mulheres com orientação homoafetiva, como analisa-se nesta pesquisa.

A relevância do plano consiste na adoção de metas com prazos específicos, pois o preconceito ainda perpassa todas as esferas da sociedade e dos serviços públicos.

Um exemplo disso é percebido nas escolas, onde por muitas vezes o indivíduo é excluído do ambiente pela sua própria condição e conseqüentemente abandona seu processo de escolarização.

Outro ponto situa-se nos serviços de saúde, pois s profissionais não estão preparados tecnicamente para atender a população LGBT, principalmente as particularidades das mulheres homossexuais e bissexuais.

O Plano Nacional enfoca também a questão do envelhecimento, pois se sabe de todo o preconceito existente com a população idosa, já que são comumente excluídos pela condição de velhos. Se a sociedade não reconhece nem mesmo a sexualidade do idoso, como fornecer visibilidade à sua homossexualidade?

No que refere-se à aplicabilidade da Lei 11.340/2006, também conhecida como Lei

Maria da Penha, ainda é preciso capacitar profissionais para o atendimento às diferenças, pois a legislação já oferece suporte para o atendimento independente de orientação sexual, mas o tradicionalismo da sociedade ainda é grande para permitir a referida inclusão social na política protetiva em caso de violência conjugal.

Entre os pontos abordados, é visível que a concretização dos direitos sociais pode vislumbrar a saída do ostracismo absoluto das mulheres, pelo processo de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, passando a maior visibilidade e reconhecimento de tais protagonistas como sujeitos sociais inseridos em uma realidade em mutação.

Na realização da pesquisa de campo, indagou-se lideranças do movimento lésbico representantes da região norte, sobre os direitos sociais da população homossexual feminina, obtendo-se as seguintes ponderações.

Sou capaz de vestir a camisa por causa de nossas vidas. Porque somos iguais a qualquer um com direitos e deveres. (Flor do Campo, 25 anos - Movimento LGBT de Belém).

Sabemos os grandes desafios que nos esperam na luta pelos direitos, principalmente nós mulheres que somos mais discriminadas, mas vamos levantar a bandeira e agir com conhecimento de causa (Lírio, 33 anos – Movimento LGBT do Amapá).

Os direitos precisam ser respeitados acima de tudo, sabemos que o caminho ainda é longo, mas com o movimento formado com certeza vamos chegar lá (Flor de Liz 27 anos – Movimento LGBT de Manaus).

Quando você vive na pele a realidade, busca e luta pelos direitos. Quando você sente na pele o massacre social, você se sente fortalecida para lutar por melhores condições de vida em prol de si própria, como também do grupo com o qual você se identifica (Orquídea Negra, 50 anos – Movimento LGBT do Maranhão)

Os relatos apontam que as lideranças reconhecem os desafios da efetivação dos direitos, além disso, reconhecem que fatores como a discriminação corroboram a luta contínua na busca da visibilidade social homoafetiva feminina, olvidando a herança patriarcal de uma submissão que não pode mais ter espaço no limiar do século XXI.

Ao retratar a questão da visibilidade, faz-se necessário aprofundar os desafios que permeiam a construção da identidade homoafetiva feminina na realidade de Manaus, conforme verifica-se a seguir.

3.3 – Os Desafios na Construção da Identidade Homoafetiva Feminina e a Cultura do Medo

A homoafetividade feminina é permeada por desafios que se constituem historicamente e culturalmente por uma sociedade onde o tradicionalismo e o conservadorismo ainda não abrem espaço para as diferenças na orientação e expressão sexual.

Para constituir uma identidade de gênero homoafetiva feminina, a mulher percorre uma trajetória com várias fazer até chegar ao assumir-se como homossexual. Paiva (2008) ressalta um pouco desse processo e apesar de trabalhar a homossexualidade masculina, delinea que a identidade independente de ser pelo homem ou pela mulher.

A trajetória do assumir-se se encontra ligada a uma metafísica do ser/não ser. (...) vemos uma progressiva construção dessa distinção em que vai afirmando um posicionamento subjetivo. Assim teríamos um período de indistinção, em que se experimenta a fronteira entre o ser e o não ser. Período que alguns sujeitos caracterizam como “fazer o gênero, período das “namoradinhas”, produção de máscaras, mentiras, de disfarces, de tentativas de cura, de adaptação a um roteiro biográfico que lhes escapa (p.27).

No que refere-se à construção da identidade da mulher homossexual, é notável que a trajetória do assumir-se inicia-se por um contexto de subjetividade do sujeito. Até chegar o período de reconhecimento e aceitação da própria identidade a ser firmada, o que ocorre são tentativas de oferecer aportes e respostas a uma sociedade que cobra um posicionamento heterossexistas daqueles que apresentam comportamentos diferenciados.

Ainda sobre a construção da identidade, Paiva (2007) afirma que:

Essa indistinção pouco a pouco dá lugar a uma certeza (“eu podia agora verdadeiramente ser quem eu era”), que serve então como alicerce para a construção de uma relação de transparência para consigo mesmo e com as pessoas mais próximas (micro redes: família, amigos). Põe em questão, assim, pouco a pouco, o marranismo até então praticado. É o momento do assumir: “abrir o jogo”, “botar as cartas na mesa”, “rasgar o babado”, explicitar “... (p.27).

A análise do autor ilustra o processo de reconhecimento e aceitação da homoafetividade feminina, haja vista que o sujeito percorre muitos caminhos até a construção efetiva de uma identidade social e sexual homoafetiva. Tal ensejo envolve não apenas os procedimentos subjetivos do ser, mas as relações com pessoas próximas tais como: família, amigos, rede de colegas de trabalho entre outros, conforme verifica-se a seguir.

Se minha mãe me aceitasse, com certeza assumiria a minha sexualidade (Girassol, 24 anos).

A maioria das pessoas não sabe que sou lésbica (Íris, 21 anos).

Os relatos apontam que os desafios do assumir-se como homossexual e posteriormente criar uma identidade perpassam pela homofobia que se inicia dentro de casa, onde muitas vezes os próprios membros da organização familiar sentem dificuldade na aceitação das pessoas homoafetivas, principalmente no que se refere à mulher, que dentro de uma cultura patriarcal é criada e educada para ser submissa ao masculino, seja como mãe, dona de casa e esposa.

Por outro lado, é visível o receio dos sujeitos homoafetivos no que tange a revelação da homossexualidade, já que o preconceito ainda impera em todas as esferas sociais, o que cria o medo e assegura a (des) construção da identidade feminina, já que o fenômeno da invisibilidade da mulher é secular.

Romper os cânones sociais ainda é um desafio constante, principalmente quando a identidade homoafetiva liga-se a uma conjugalidade ainda não reconhecida legalmente como organização familiar, mesmo enfatizando-se que as referidas perfazem a consolidação de laços não apenas consangüíneos, mas também afetivos independentes de sexo ou orientação sexual (Mello, 2005).

As parcerias conjugais ou “conjugays” que se efetivam através da consolidação da identidade não são reconhecidas pelo viés legal, ou seja, a Constituição Federal só

reconhece as uniões entre um homem e uma mulher, contudo os laços de solidariedade afeto vão além da visibilidade da lei e adentram no cotidiano onde a esfera privada reserva medos e contextos de conflitualidade, do mesmo modo em que se verifica nas uniões heterossexuais, conforme se verifica através dos dados.

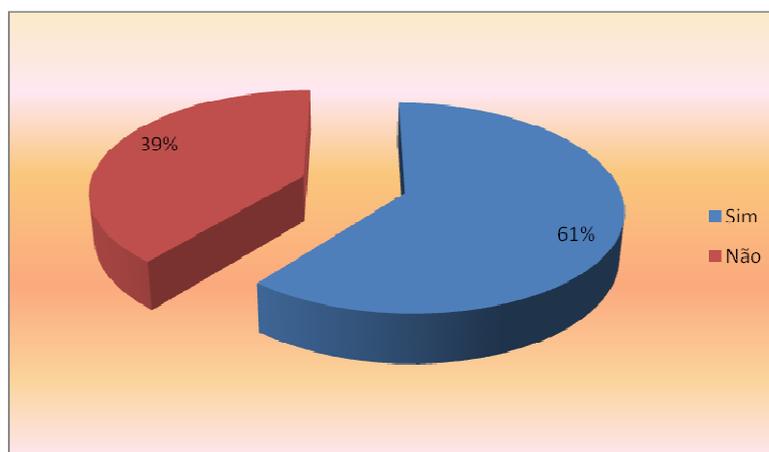


Gráfico 17: As relações já apresentaram algum tipo de conflito
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

A pesquisa de campo apontou que 61% das entrevistadas já vivenciaram relações homoafetivas que apresentaram algum tipo de conflitualidade, ou seja, pondera-se que os conflitos envolvem qualquer tipo de relação, seja heterossexual ou homossexual, independente de orientação ou identidade de gênero.

Tal reflexão abre um leque fundamental na análise das expressões da questão Social, pois do mesmo modo em que os conflitos das relações heterossexuais, por muito tempo eram vistos somente à luz da esfera privada, imagina-se como esses fatores são norteados nas relações homoafetivas, as quais não apresentam qualquer tipo de visibilidade ou reconhecimento legal?

Muitos são os questionamentos que levam a outras indagações que precisam ser realmente solucionadas através do Plano Nacional de Cidadania LGBT, pois as negações dos direitos no ensejo civil podem canalizar ao ostracismo absoluto do sujeito social.

De acordo com Medeiros (2008), alguns países tais como Noruega, Suécia Dinamarca e Canadá já apresentam uma legislação civil que contempla a população LGBT, principalmente na implementação das PDR (Parcerias Domésticas Registradas).

Ressalta-se que no Brasil já se tentou criar um projeto semelhante, sendo de autoria da ex- deputada Marta Suplicy em 1995, contudo o projeto saiu de pauta sem ser votado.

Estratégias de parcerias civis, com certeza funcionam como mecanismos de visibilidade e efetivação da identidade homoafetiva, apontando horizontes diferenciados no que tange a construção da cidadania LGBT.

Os direcionamentos legais são relevantes não apenas para a consolidação de uma identidade, mas também para concretizar redes de proteção em caso de violência, sendo que este é um fator que pode ocorrer em várias parcerias, independente da conjugalidade, conforme analisa-se com os dados do gráfico.

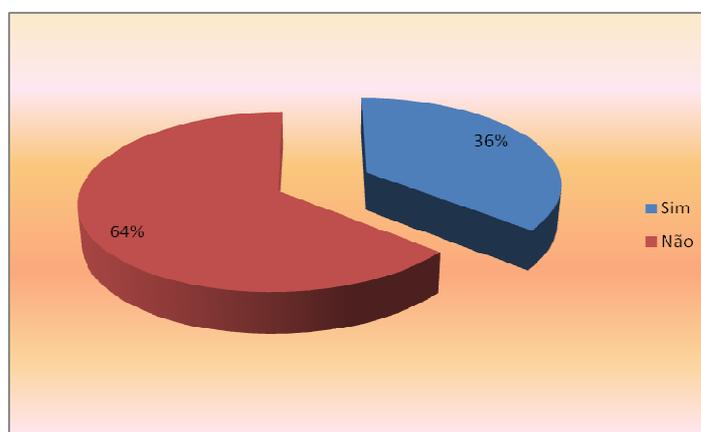


Gráfico 18: Os conflitos conjugais já resultaram em violência?
FONTE: Pesquisa de Campo 2009.

A análise dos dados mostra que 36% das entrevistadas relataram já sofreram algum tipo de violência na relação conjugal homoafetiva, o que leva a refletir a realidade da invisibilidade social e suas conseqüências.

Parafrazeando o objeto envolto na problemática da pesquisa, ressalta-se o significado da violência, onde Saffioti (2004) enfatiza que o entendimento popular desta categoria analítica apoia-se em um conceito que ainda configura-se como único envolvendo toda e qualquer forma de ruptura da integridade de alguém, seja de cunho físico, psíquico, sexual ou moral.

Apesar da caracterização apresentada, ressalta-se que o espaço privado (doméstico) é carregado de conflitos, seja na dinâmica na organização cotidiana das

famílias, na distribuição de afetos, a conquista de espaços, na abertura de reconhecimento e proteção, como fatores básicos da condição humana.

Vilela *apud* Ramos mostra que a violência pode configurar-se no cotidiano ao apresentar os seguintes ensejos:

Violência é toda iniciativa que procura exercer coação sobre a liberdade de alguém, que tenta impedir a liberdade de reflexão, de julgamento, de decisão e que termina por rebaixar alguém ao nível de meio ou instrumento num projeto, que o absorve e engloba, sem tratá-lo como parceiro livre e igual. A violência é uma tentativa de diminuir alguém, de constranger alguém a renegar-se a si mesmo, a resignar-se à situação que lhe é proposta, a renunciar toda a luta, a abdicar-se de si.

Percebe-se que a violência pode assumir várias ênfases, ponderando-se contextos de natureza física, psicológica ou sexual trazendo danos morais, a qual objetiva a depreciação da vítima, que sente-se isolada, vulnerável e presa à situação, o que resulta até mesmo na efetivação do processo de justificar o comportamento do agressor.

O quadro supracitado também aparece nas relações homoafetivas, com sua predominância nas relações de poder, dominação e subordinação, assegurados ainda pela ausência da construção de identidade da mulher homossexual, visto a caracterização da sociedade heteronormativa.

Ao considerar que 36% das entrevistadas revelaram já ter sofrido algum tipo de violência conjugal, é relevante identificar a tipologia da vitimização, conforme se aponta no gráfico a seguir.

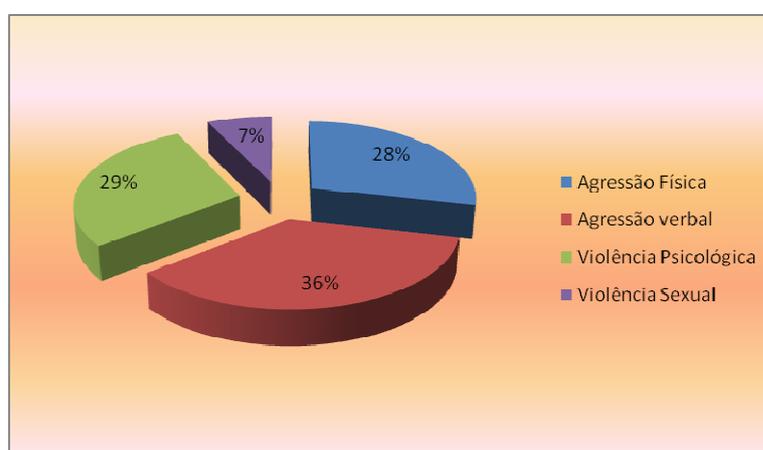


Gráfico 19 – Tipos de Violência

FONTE: Pesquisa de Campo 2009

Conforme os dados expostos verifica-se que entre os tipos de violência, 36% das mulheres revelaram já ter sofrido com agressões verbais na conjugalidade homoafetiva, seguindo-se de 29% que ressaltaram ter passado por vitimização psicológica, desenvolvendo-se através de ameaças, depreciação do indivíduo entre outras.

Dentre as entrevistadas, 28% ressaltaram ter conflitos que resultaram em agressão física, permeadas por tapas e outros modos de agressão do corpo.

Cerca de 7% das mulheres informaram já ter passado por violência sexual no interior da relação conjugal homoafetiva.

Sobre tal temática, Nunan (2004) trabalha os mitos que surgem na violência presente nas relações homoafetivas, pois existe um modelo histórico e cultural em que o homem é o sujeito violento e a mulher é sempre vítima.

Esse mito não concretiza-se ao tratar da violência entre “iguais”, ao contrário, seria estabelecido o estigma de que somente o homem vitimiza e as mulheres não apresentam qualquer tipo de comportamento agressivo, assegurando a idéia de que a violência surge das diferenças de poder e gênero no segmento heterossexual.

Na análise deste processo, verifica-se que na relação homoafetiva também ocorre a relação de poder, ou seja, o patriarcalismo também apresenta seu viés, diferenciando-se no simbolismo do gênero, contudo presente no cotidiano dos atores sociais, o que mostra a relevância de políticas públicas inclusivas no âmbito da diversidade.

Englobando a realidade das vitimizações, Nunan (2004) ressalta que os indivíduos homossexuais sofrem “naturalmente” preconceito de assumir sua orientação sexual, contudo ficam frente a um “segundo armário”, qual consiste justamente em admitir socialmente, afetivamente, psicologicamente e culturalmente a existência da violência conjugal, seja ela de natureza física, psicológica ou sexual.

Considera-se ainda que a vitimização seja mais visível entre as classes mais baixas, contudo Green e Trindade (2005) afirmam a sua existência em todas as classes sociais independente da condição, envolvendo inclusive a orientação sexual.

Apesar da inserção da vitimização nas relações homoafetivas em todas as classes sociais, apresenta-se o desafio de entender o reconhecimento das diferenças como uma das expressões da questão Social a ser tratada conjuntamente, ou seja, abordando-se uma concepção planetária, com a participação de toda a sociedade não apenas no entendimento da problemática, mas também na criação e implementação de estratégias de enfrentamento, estabelecendo assim uma rede de diálogo entre os diversos saberes que podem contribuir com o objeto da pesquisa.

A análise mostra que os dados são relevantes à luz da análise científica, considerando que apesar do Brasil já ter aprovado uma legislação, denominada como Maria da Penha (Lei 11.340), a qual ressalta que a violência conjugal independe de orientação sexual, percebe-se que tais sujeitos sociais ainda não têm a garantia dos direitos efetivados.

A afirmativa pauta-se no fato de que a pesquisa de campo apontou praticamente a ausência de dados no que tange a violência conjugal entre mulheres. Ponderou-se várias tentativas que se sucederam no decorrer do desenvolvimento do trabalho, principalmente na busca quantitativa junto a DECCM (Delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher), localizada na cidade de Manaus, além da análise feita junto ao SAPEM (Serviço de Apoio Emergencial a Mulher), localizado em anexo a DECCM.

No campo, refletiu-se que a ausência de dados quantitativos pode explicitar-se até mesmo pela falta de preparo do funcionalismo público no que tange ao atendimento independente de orientação, expressão sexual e identidade de gênero.

Apesar da construção da rede social de atendimento à mulher vitimizada, percebeu-se que a violência conjugal homoafetiva não apresenta visibilidade frente aos técnicos responsáveis pelo acompanhamento das situações de vitimização, o que reforça o ostracismo absoluto das relações supracitadas.

Vale considerar que quando a violência invade o interior das uniões homoafetivas a situação agrava-se pela negação dos direitos, haja vista que a sociedade deste início de milênio ainda é apenas tolerante com a homossexualidade, assumindo por vezes a postura do Código da Legislação Filipina, oferecendo mecanismos punitivos,

principalmente por conceitos previamente estabelecidos, ou seja, mesmo após 40 (quarenta) anos da Rebelião de Stonewall, a qual deu origem ao Dia Internacional do Orgulho LGBT, ainda luta-se por direitos primários que envolvem o reconhecimento da cidadania como todo fundamento da dignidade humana.

Assim, pondera-se ainda de certa forma, os desafios de promover a sustentabilidade nas políticas públicas, pois não há fornecimento de subsídios que envolvam aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, já que a sua efetivação implica uma concepção planetária do indivíduo como parte de uma espécie que depende da construção social coletiva.

Para tanto, deve-se ampliar os programas e políticas direcionadas ao enfrentamento da violência conjugal, pois a temática ainda apresenta um perfil totalmente inserido no patriarcado tradicional, o qual trabalha apenas o modelo heterossexual, fator este que subjaz o questionamento sobre a diversidade, haja vista que, na atualidade as políticas ainda não estão assumindo o viés do reconhecimento e do comprometimento com as diferenças.

A falha dos programas e políticas públicas relacionadas à violência refletem a insivibilidade da conjugalidade homoafetiva feminina, o que traz também o medo da vitimização em uma conjugalidade ainda não reconhecida legalmente no Brasil.

Sobre o medo, a pesquisa de campo mostrou os seguintes dados.

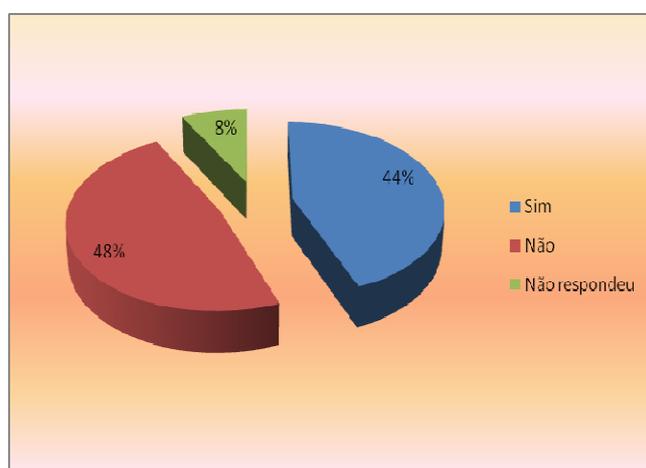


Gráfico 20: Medo de Sofrer Violência Conjugal
FONTE: Pesquisa de Campo 2009

De acordo com o gráfico, 48% das mulheres relataram não ter medo de sofrer algum tipo de violência conjugal. Contudo, 44% das entrevistadas informaram receio quanto a qualquer possibilidade de violência.

No que se refere à violência pondera-se que, assim como nas relações heteroafetivas, muitas mulheres de identidade homoafetiva também apresentam têm “medo” de sofrer vitimização conjugal, mostrando que a vitimização pode estar presente independente de orientação sexual.

Ao indagar tal contexto (Baierl (2004 p.22)) enfatiza que:

O medo produzido e construído a partir da forma como a violência vem se manifestando na sociedade, cria novas alternativas de sociabilidade, alterando o modo de ser e de agir das pessoas, dos grupos, das comunidades e movimentos populares em seu cotidiano.

A análise da autora reporta ao entendimento de que as pessoas agem de maneira diferenciada, considerando o ‘medo social’ imposto pela possibilidade de violência.

Ressalta-se que ao tratar-se da mulher com identidade homoafetiva, esse medo pode caracterizar-se ainda maior, haja vista que a condição feminina por si já é vista socialmente e historicamente como uma condição inferior. Quando tal sujeito é homoafetivo, a realidade torna-se ainda mais dura, seja pelo fato da identidade ainda não ser reconhecida legalmente, ou até mesmo pela homofobia presente na sociedade em geral.

Vale refletir ainda a ausência da visibilidade homoafetiva nas políticas públicas, principalmente no que tange aos programas de segurança pública ou nas intervenções voltadas a problemática da violência conjugal.

A falta de visibilidade das políticas de enfrentamento a violência conjugal, independente de orientação sexual ou identidade de gênero também apareceu como dado da pesquisa, conforme mostra-se no gráfico a seguir.

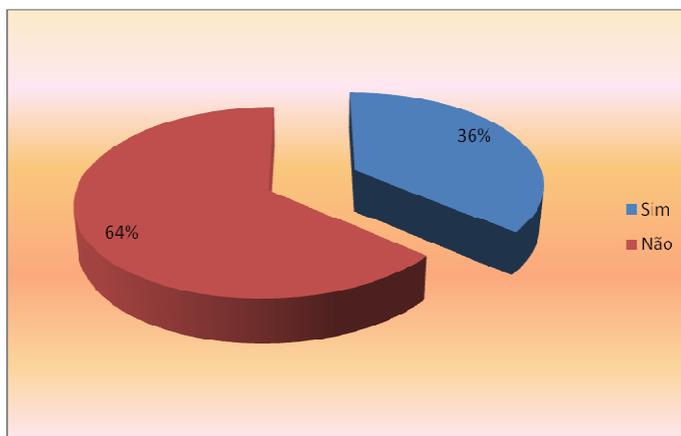


Gráfico 21: Conhece alguma Política/Lei de proteção a mulher, independente de orientação sexual?
 FONTE: Pesquisa de Campo 2009

No que refere-se aos dados do gráfico, é notável o desconhecimento das mulheres sobre políticas públicas e programas de atendimento em caso de violência conjugal, independente de orientação sexual.

A pesquisa mostrou que 64% das entrevistadas não conhece a Lei 11.340 e sua aplicabilidade na realidade de Manaus, que baseia-se no combate a violência independente de da relação ser heterossexual ou homossexual.

Frente ao exposto, torna-se relevante estabelecer estratégias para que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), possa se fazer cumprir não apenas para a conjugalidade que é vista como modelo da sociedade, ou seja, o heterocentrismo, mas também para a identidade homoafetiva, a qual precisa adquirir a visibilidade necessária.

Conforme as ponderações sobre o desconhecimento das políticas de combate a violência, Baierl (2004 p.26) reflete que:

O medo social se gesta e um contexto em que o Estado, cada vez mais , não consegue assumir para si seu papel legítimo de garantir e manter o 'Estado de Direito'. Isso contribui, cada vez mais, para o isolamento das pessoas e segregação das mesmas, em vez de propiciar a emergência de ações coletivas em torno de reivindicações dos direitos sociais legítimos, além de conduzir para a construção de estratégias na esfera do particular e para a ampliação das formas discriminatórias.

A autora revela que os fatores que conduzem ao medo social firmam-se justamente

na (des) construção do Estado democrático de direito, onde as políticas neoliberais enfatizam a desestatização das políticas públicas, ou seja, o Estado Mínimo é preconizado de todas as formas possíveis no cotidiano de uma sociedade que também tem seu papel discriminatório.

De acordo com Serra (2001), o Estado Neoliberal apresenta-se como mínimo no que refere-se ao comprometimento com Políticas Públicas, ou seja, o que ocorre é um processo onde as ações e intervenções passam para a responsabilidade da sociedade, representada pelas organizações privadas e de terceiro setor, ocasionando o fenômeno da refilantropização da assistência.

Tal ensejo desenha-se como característica de um Estado que prima não pelo compromisso com as Políticas públicas, mas pelas parcerias civis no cumprimento de ações que este já não se encarrega de desenvolver visto o contexto neoliberal, onde o que está em foco não é o bem-estar social, mas a política de mercado engrandecida pelo mesmo capital que gera as expressões da Questão Social.

A falta de preparo dos responsáveis pela gestão das políticas, assim como de seus executores, conduz a segregação da população homossexual feminina em Manaus, o que coloca o 'medo social' como realidade, sem alternativas de superação.

Tal ensejo leva a questionar:

Mesmo após 40 (quarenta) anos da Rebelião de Stonewall, movimento que deu origem ao Dia do Orgulho LGBT, como é possível trabalhar cotidianamente a sociedade para o respeito às diferenças em um espaço que caracteriza-se pelos extremos da homofobia?

Como reconhecer o sujeito homoafetivo em um contexto em que não se fala de inclusão social?

Que fatores podem trazer a visibilidade em um país em que a Carta Magna nega pelo menos 37 (trinta e sete) direitos a um grupo social que tem responsabilidades como qualquer outro?

Como (des) construir a visão de homossexualidade como doença em uma metrópole que mesmo estando no meio da Amazônia (com toda a sua diversidade), ainda fecha os olhos para o reconhecimento e respeito efetivo às diferenças?

E por fim, como o profissional de Serviço Social, o qual segundo Iamamoto (2004) tem no seu maior desafio o aprendizado contínuo nas estratégias de decifrar a realidade, pode trabalhar a inclusão social, se a categoria ainda é demasiadamente conservadora e tradicional no trato de seus usuários e ainda não reconhece as diferenças de orientação sexual e identidade de gênero?

Muitas são as indagações que permeiam o universo que perfaz a construção da Cidadania Homossexual, contudo percebe-se que a discriminação e o preconceito envolvem todo um processo histórico, social, econômico e cultural dos sujeitos sociais.

Tal discriminação gera por si uma série de outros medos sociais do sujeito homossexual feminino, tais como:

- ✚ Medo de ser reconhecido como homossexual;
- ✚ Medo de sofrer preconceito no ambiente de trabalho;
- ✚ Sofrer assédio moral;
- ✚ Ser confundido com doente;
- ✚ Sentir-se excluído do grupo ou ambiente escolar;
- ✚ Repressão e discriminação na família.

Esses e outros medos que foram relatados no decorrer da pesquisa conduzem as mulheres homoafetivas ao ostracismo absoluto, o que facilita também a formação dos chamados guetos, pois a invisibilidade leva a pactos de solidariedade entre a comunidade homossexual, mas não fomenta o respeito da sociedade ao passo que não se discute a relevância do respeito a todo e qualquer tipo de diferença, incluindo-se aí a livre orientação e expressão sexual.

Ao refletir a ausência de visibilidade, questiona-se também o papel do Estado, frente à construção das Políticas Públicas direcionadas ao segmento LGBT, a qual precisa ser considerada como elemento fundamental para o combate a homofobia e o desenvolvimento pleno da cidadania LGBT.

Nesse ensejo, a pesquisa de campo apontou os seguintes contextos.

Além do apoio, precisamos do Centro de Referência de Combate a Homofobia e das ONGs com mais visibilidade e um projeto voltado para isso (Tulipa, 31 anos)

O relato apresenta não apenas a relevância do Estado na efetivação das Políticas Públicas, mas de ações concernentes que viabilizem a construção da cidadania LGBT.

O que refere-se ao poder público, a pesquisa de campo mostra que em Manaus já existe um Centro de Referência e Combate a Homofobia (CRCH), o qual foi chama-se “Adamor Guedes”, em homenagem ao então presidente da AAGLT (Associação Amazonense de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais), morto com requintes de crueldade em 2005 dentro da própria residência.

O CRCH funciona como mecanismo de proteção aos direitos da população LGBT, com atuações na esfera do atendimento jurídico, além da assessoria e apoio aos movimentos sociais que atuam em Manaus e da parceria com o Escritório Jurídico da Universidade Federal do Amazonas, no acompanhamento jurídico, psicológico e social dos casos de homofobia.

A pesquisa de campo permitiu ainda ter um panorama sobre as organizações não governamentais que atuam no segmento LGBT, tendo-se verificado o seguinte.

Atualmente existem 6 (seis) associações, conforme os dados a seguir.

- ✚ AAGLT – Associação Amazonense de Gays, Lésbicas e Travestis
- ✚ AGN – Associação Garotos da Noite
- ✚ AOGLBT – Associação Orquídeas GLBT
- ✚ KATIRÓ – com um Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
- ✚ MLM – Movimento Lésbico de Manaus
- ✚ ATRAAM – Associação de Travestis do Amazonas

O quantitativo de organizações poderia significar visibilidade, contudo os elementos de discriminação e homofobia na cidade de Manaus ainda são bastante significativos. Além disso, percebe-se a falta de compromisso de muitas organizações no que tange a

realização de trabalhos efetivos concretos e permanentes direcionados a população LGBT, apesar do movimento social do referido segmento já existir na cidade há mais de 20 (vinte) anos, conforme se verificou na pesquisa de campo.

A análise apontou também que o cotidiano do movimento direciona pouca visibilidade social às mulheres homoafetivas, o que reforça o isolamento social das referidas frente à luta pelos direitos básicos.

Ao voltar à análise do Estado, é visível a necessidade de reconhecimento da população LGBT, principalmente as mulheres que tem um processo histórico e social já marcado pela discriminação.

Ao ressaltar o papel do Estado, a análise de campo permitiu alguns relatos, conforme mostra-se a seguir.

Pode-se fazer muito, principalmente na saúde, educação, no esporte, mais oficinas com o pessoal, cursos profissionalizantes com essas pessoas para buscam um emprego. Os cursos são fundamentais, pois muitas travestis, gays e lésbicas não têm o segundo grau porque tem medo de ir pra escola e ser discriminada. Tem que melhorar os professores para aceitar o diferente (Violeta, 40 anos)

A análise do relato mostra as dificuldades que a população homoafetiva encontra, desde a escola até a formação profissional efetiva. Nesse bojo percebe-se a presença do 'medo social' em outra esfera, o que leva a refletir o esse elemento é construído pela sociedade que também tem mecanismos homofóbicos.

O Estado pode incluir a população LGBT em políticas públicas de várias áreas para fornecer a inclusão dessas pessoas. Precisamos também cobrar isso, seja pelo movimento ou como sociedade mesmo, pois somos todos humanos e iguais em dignidade e direitos. (Flor de Liz, 27 anos)

O sonho de um homossexual é ser respeitado em todo e qualquer lugar, então os nossos governantes tem o pleno poder para lutar e nos ajudar nessa difícil caminhada (Orquídea Negra, 50 anos – Movimento LGBT do Maranhão)

Pondera-se diante dos relatos das mulheres homoafetivas, a relevância do Estado no que tange a fomentar política de inclusão social, para que possa efetivar-se a cidadania homossexual feminina.

A reflexão é importante, haja vista que mesmo após a aprovação do Plano Nacional de Cidadania LGBT, percebe-se ainda um longo caminho entre a concretização das ações que geram a inclusão social, principalmente na realidade de Manaus, onde o movimento de mulheres homoafetivas permeia-se no ostracismo retratando a invisibilidade oriunda de um modelo patriarcal.

Nesse sentido, urge ultrapassar os desafios que inviabilizam a sociedade de construir uma identidade homoafetiva feminina pautada no reconhecimento das diferenças, onde o sujeito social não desenvolva a cultura do medo, seja pela violência conjugal ou até mesmo pelo retrato da homofobia social, presente em todas as esferas da sociedade.

Assim, cabe ao Estado não apenas a apresentação de uma política, mas a consolidação de ações cotidianas que possam conduzir não apenas ao respeito, mas a criminalização da homofobia e a visibilidade, principalmente das mulheres com identidade homoafetiva, para que se sintam como atores sociais inseridas em uma realidade em mutação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O perfil da sociedade no limiar do novo milênio ainda canaliza fatores de conceitos e preconceitos no que tange as chamadas 'minorias sociais'. Do mesmo modo que outras tantas populações vulneráveis, o segmento LGBT também enfrenta a discriminação cotidianamente em todas as esferas da sociedade.

Dentro desse segmento, vale enfatizar o posicionamento e identidade da mulher, objeto do Estudo, a qual sem qualquer visibilidade, ainda luta por espaço e Políticas públicas que atendam as diferenças e peculiaridades de orientação sexual e identidade de gênero.

A análise, que estabeleceu um processo histórico ligado ao patriarcalismo, também mostra a mesma face do poder nas relações homoafetivas, onde o processo de dominação também é comum, conforme os apontamentos mostrados no resultado da pesquisa.

Pondera-se que o caminho da identidade homoafetiva feminina é um processo constante de construção, já que o ostracismo absoluto impera fomentando a desigualdade social e discriminação da mulher que é comum na sociedade contemporânea e fica ainda mais acirrada quando esse sujeito social denota a identidade homossexual.

O trabalho apontou que as mulheres ainda têm medo de revelar a orientação sexual como condição humana, seja pelo preconceito que podem sofrer pela sociedade excludente e até mesmo pela família, que demonstrou alto grau de homofobia e discriminação. Vale considerar que a discriminação nas organizações familiares coloca o indivíduo em alto grau de vulnerabilidade social visto a exposição a várias situações de

risco pessoal e social, que são agravadas pela não aceitação da sua sexualidade pelas pessoas que poderiam ser as mais próximas no que tange a proteção.

No ensejo, discute-se realmente o papel da configuração familiar frente à homossexualidade, já que mesmo no século XXI ainda trata-se a orientação sexual como doença e perversão, gerando graves problemas que se consolidam nas expressões da Questão Social da população LGBT.

A análise da pesquisa apontou ainda o marco da realidade brasileira frente às propostas de Projetos de Lei e início da implementação de políticas públicas direcionados ao segmento LGBT, o que não deixa de caracterizar um avanço em contraponto ao conservadorismo e tradicionalismo da sociedade.

Apesar dos esforços do movimento social, percebeu-se a fragmentação existente dentro deste, haja vista que o perfil já sinalizado por Gohn (2004) mostrou a relação de interesses ligada aos vários segmentos de movimentos na contemporaneidade.

Ressalta-se ainda que em nível de região norte do Brasil, as mulheres homoafetivas continuam sendo minoria nos movimentos sociais LGBT, passando por processos de exclusão social dentro de um grupo que diz enfatizar a inclusão e visibilidade social.

Outro ponto relevante a destacar é a falta de um serviço de atendimento/ às mulheres homossexuais, o qual na realidade de Manaus não é oferecido nem pelo poder público nem pelas organizações não governamentais, o que fomenta ainda mais o fenômeno do ostracismo absoluto da mulher.

Sabe-se apenas da existência do CRCH (Centro de Referência em Combate a Homofobia) Adamor Guedes, mas que apresenta sua intervenção apenas em situações de violência e/ou discriminação.

Assim, pondera-se a relevância da criação e implementação de um centro de apoio psicossocial às mulheres com orientação homoafetiva, para desenvolver ações nas áreas de saúde, educação, inclusão social e intervenção em casos de outras vulnerabilidades sociais.

Ao considerar a realidade de violência conjugal entre mulheres explicitada na pesquisa, reflete-se que a Lei 11.340/2006 abre espaço para a mulher independente de orientação sexual. Contudo o que percebe-se é uma completa falta de preparação dos técnicos e demais funcionários no atendimento às vítimas, o que agrava não apenas o ostracismo absoluto, já que tal sujeito social fica recluso em razão de não ter o devido espaço para denunciar e participar da Política Pública, como também na qualificação para desenvolver atividades concernentes a inclusão social de mulheres que continuam sendo excluídas em razão da orientação sexual que é algo inerente ao ser humano.

Frente ao exposto, sugere-se a inserção efetiva do atendimento a mulher homoafetiva nos serviços da DECCM (Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher), assim como também no SAPEM (Serviço de Apoio Emergencial a Mulher), o qual na atualidade não oferece suporte qualificado para atender a demanda em sua diversidade social, cultural e sexual, fator este comprovado através da pesquisa de campo.

A emergência das ações pauta-se no fato de que a mulher homoafetiva sofre violência conjugal, estrutural e também institucionalizada, visto os profissionais que deveriam estar prontos a atender, oferecem requisitos de discriminação e desconhecimento das problemáticas que envolvem a diversidade sexual em seus vários aspectos.

É importante salientar os serviços, pois a pesquisa revelou que as mulheres homoafetivas não apresentaram receio em falar da situação de violência, contudo a falta de conhecimento de Políticas que atendem situações independente de orientação sexual e a própria ausência de qualificação de pessoal para atender a diversidade, acaba afastando tais sujeitos sociais dos programas implementados para os ensejos de vitimização conjugal.

Nesse sentido, percebe-se a emergência de trabalhar a temática da Cidadania homossexual em Manaus, assim como os respectivos desafios na (des) construção da identidade homoafetiva feminina, haja vista que a sociedade ainda não abriu os olhos para reconhecer a diversidade sexual e o cotidiano que envolve as expressões da conjugalidade, entre elas a que se configura através da homoafetividade entre mulheres.

Pondera-se ainda o demasiado conservadorismo de muitos profissionais de Serviço Social, que mesmo frente ao Código de Ética e a Resolução 489/2006, ainda apresentam elevados fatores de preconceito e discriminação contra a população LGBT, principalmente contra a mulher, que segundo o tratado de Beijin é alvo primordial das Políticas Públicas que enfatizam a inclusão social.

A falta de reconhecimento de um segmento milenar como o enfatizado no objeto aqui abordado, leva ao ostracismo em pleno século XXI, mesmo diante das propostas e projetos de lei levados a discussão em todos os âmbitos da sociedade.

Assim, urge pensar a orientação sexual realmente como condição humana, para que o profissional de Serviço Social possa romper com o cariz conservador de uma moral e de ética burguesa, para que deixe de abordar simplesmente a exclusão, mas apontar os fatores estratégicos que levam a inclusão social de 'minorias' como as mulheres homoafetivas, resgatando a dívida histórica adquirida frente a tais atores sociais que também são protagonistas de uma sociedade em mutação.

REFERÊNCIAS

ABBOT, Deborah; FARMER, Ellen. Adeus Maridos. Summus GLS, 1998.

BENEDETTI, Marcos. O Corpo e o Gênero das Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

BENTO, Berenice. A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

BEHRING, Elaine. Política Social no Capitalismo Tardio. São Paulo: Cortez, 1999.

BORGES, Lenise Santana. Lesbianidade na Tv: visibilidade e “apagamento” em telenovelas brasileiras. In.: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz Conjugualidades, Parentalidades e Identidades de Gays, Lésbicas e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

BOURDIEU, Pierre. À propos de la famille comme catégorie réalisée. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, Nº 100, p. 32-36. décembre, 1993.

BRASÍLIA. Resolução do Conselho Federal de Serviço Social Nº 489 de 03 de junho de 2006. Campanha nacional pela Livre Orientação e Expressão Sexual.

COSTA, Heloísa Lara Campos. As Mulheres e o Poder na Amazônia. Manaus: EDUA, 2005.

DOVER, Kenneth J. A . Homossexualidade na Grécia Antiga. São Paulo: Nova Alexandria, 1978.

DUQUE-ARRAZOLA, Laura. O Lugar das Mulheres nas Políticas de Assistência Social: um estudo sobre a experiência do programa de erradicação d tabalho infantil em Pernambuco. CCSA – Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife,

2004 [Tese de Doutorado].

FACCHINI, Regina. Sopa de Letrinhas: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

FALEIROS, Vicente de Paula. Política Social do Estado Capitalista. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Estratégias em Serviço Social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs). Usos e Abusos da História Oral. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. História da Sexualidade 3: o cuidado de si. Trad. Maria Tereza da Costa. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. Microfísica do Poder. 22ª ed. Organização e Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

_____. Um Diálogo sobre os Prazeres do Sexo – Nietzsche, Freud e Marx – Treatrum Philosophicum. 2ªed. Trad. Jorge Lima Barreto e Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2005.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista. In. SOUZA, Jessé (org). Democracia Hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2002.

FRY, P; Mazcrae, E. O que é Homossexualidade. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos).

GAY, Peter. A Experiência Burguesa da Rainha Vitória a Freud: o cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOLIN, Célio; WEILER, Luis Gustavo. (org). Homossexualidades, Cultura e Política. Porto alegre: Sulina, 2002.

GOMIDE, Silvia. Formação da Identidade Lésbica: do silêncio ao Queer. In.: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz Conjugualidades, Parentalidades e Identidade de Gays, Lésbicas e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

GAGNON, John H. Uma Interpretação do Desejo: ensaios sobre o estudo da sexualidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

GIL, A.C. Pesquisa Social. 5ª ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES Carmen Dora. O Homossexual Visto por Entendidos. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

GIORDANI, Anncy Tojeiro. Violências Contra a Mulher. São Caetano do Sul, SP: Yendis Editora, 2006.

GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo (org). Homossexualismo e São Paulo e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2005.

GREEN, James. Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz. Conjugualidades, Parentalidades e Identidades Lésbicas, Gays e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

JULIEN, Philippe. O Desafio de Outra Cultura. In.: Revista Internacional A Clínica Lacaniana: As Homossexualidades. Nº 4. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.

IAMAMOTO, Marilda. A questão Social no Capitalismo. Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2 Nº03 (jun/jul 2001. Brasília. ABEPSS: Grafite, 2001.

IAMAMOTO, Marilda vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LANG, Alice BSG. (org). Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: CERU, 1992.

LUKÁCS, George. As Bases Ontológicas da Atividade Humana. Temas Nº 4. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, KARL. Sobre o Suicídio. Tradução de Rubens Enderle e Francisco Fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.

MELLO, Luiz. Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

MORIN, Edgar. Sete Saberes necessários a Educação do Futuro. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Educar na Era Planetária. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. O Método 1: A natureza da natureza. 2ª ed. Tradução: Ilana heineberg. Porto Alegre:Sulina, 2003.

_____. O Método 2: A vida da vida. Porto Alegre:Sulina, 2001.

_____. O Método 5: A humanidade da humanidade – a identidade humana. 2ª ed. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre:Sulina, 2003.

MOTT, Luis. Por que os Homossexuais são os mais odiados dentre todas as Categorias? In: CORREA, Marisa. Revista Gênero e Cidadania do Núcleo de estudos de Gênero. Nº 24 Ano 2002.

NAVARRO – SWAIN, Tânia. O que é Lesbianismo. São Paulo: Brasiliense, 2004 (Coleção Primeiros Passos).

NUNAN, Adriana. Violência Doméstica entre Casais Homossexuais: o segundo armário. Psico. V. 35 Nº1, 2004, p. 69-78.

NUNAN, A . ; JABLONSKI, B. Homossexualidade e Preconceito: aspectos da subcultura homossexual no Rio de Janeiro. Arquivos Brasileiros de Psicologia. Nº 01, V. 54, p.01-16, 2002.

OLIVEIRA, Vanilda Maria de. Identidades Interseccionais e Militâncias políticas. In.: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz Conjugalidades, Parentalidades e Identidade de Gays, Lésbicas e Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

PRIORE, Mary Del. (org.). História das Mulheres no Brasil. Coordenação de Textos – Carla Bassanesi. 7ª ed. São Paulo: Contexto/UNESP, 2004.

RAMOS, Jucelem G. B. A Representação Social da Mulher: no contexto da violência conjugal na cidade de Manaus. Recife: Bagaço Edições, 2003.

RODRIGUES, Humberto. O Amor entre Iguais. São Paulo: Mythos, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, Patriarcado e Violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. O Poder do Macho. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. O Fórum Social Mundial: manual de uso. São Paulo: Cortez, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SORIANO, Raul. Manual de Pesquisa Social. Tradução Ricardo Rosembrich. Petrópolis, R.J. Editora Vozes, 2004.

STEARNS, Peter. História das Relações de Gênero. Tradução Mirna Pinsk. São Paulo: Contexto, 2007.

SULLIVAN, Arnaldo. Praticamente Normal: uma discussão sobre homossexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SUPLICY, Marta. Conversando sobre Sexo. 11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

TANNAHIL, Reay. O Sexo na História. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

TREVISAN, J.S. Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia a atualidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidade e Adoção. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).

VELHO, Gilberto. Accusations, family, mobility and deviant behavior. Social Problems, Buffalo, 23 (3): 268 – 275, fevereiro, 1976.

APÊNDICE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Sra. _____
portadora do RG Nº _____ e CPF Nº _____, fui convidada a participar da Pesquisa intitulada: “**Cidadania Homossexual em Manaus: os desafios da construção da identidade homoafetiva feminina**”, a qual tem o objetivo de Analisar os desafios da construção da identidade homoafetiva feminina na cidade de Manaus, considerando os preceitos da cidadania homossexual.

Declaro que a minha participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, contudo proporcionará a reflexão sobre a realidade da inclusão e/ou exclusão social das mulheres com orientação homoafetiva.

Sei que a qualquer momento posso desistir, ou mesmo contactar a pesquisadora **Lidiany de Lima Cavalcante**, através do telefone (92)8831-4145 ou e-mail: llidiany@yahoo.com.br para maiores esclarecimentos.

Assim, concordo em participar da pesquisa, já que ficou claro o propósito de estudo, os procedimentos a serem realizados e a garantia de confidencialidade e anonimato durante todo o processo de análise.

Manaus, ____/____/____

Assinatura da Participante

Assinatura da Pesquisadora

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

Pesquisa: Cidadania Homossexual em Manaus: desafios na (des) construção da identidade homoafetiva feminina

1) **Nome:** (USAR O NOME DE UMA FLOR)

2) **Idade:**

- a) () 18 a 24 anos c) () 31 a 35 anos e) () 41 a 50 anos
b) () 25 a 30 anos d) () 36 a 40 anos f) () Mais de 50 anos

3) **Escolaridade:**

- a) () Não alfabetizada e) () Ens. Médio Completo
b) () Alfabetizada f) () Ens. Superior Incompleto
c) () Ens. Fundamental incompleto g) () Ens. Superior Completo
d) () Ens. Fundamental completo h) () Especialização
e) Ens. Médio Incompleto i) () Outro: _____

4) **Zona da cidade onde reside:**

- a) () Zona sul d) () Zona leste
b) () Zona centro Sul e) () Zona oeste
c) () Zona norte f) () Zona centro-oeste
g) () Outra: _____

5) **Com quem reside:**

- a) () Pai/ mãe d) () Irmãos
b) () Companheira e) () Mora sozinha
c) () Filhos f) () Outros _____

6) **Quem é o (a) responsável pela renda/manutenção da família?**

- a) () A Entrevistada c) () Companheira
b) () Pai/ mãe d) () Outros: _____
c) () Filhos

7) Renda Mensal Média:

- a) () Menos de 1 Salário Mínimo d) () 9 a 12 Salários Mínimos
b) () 2 a 4 Salários Mínimos e) () Mais de 12 Salários Mínimos
c) () 5 a 8 Salários Mínimos

8) Profissão/ocupação: _____**9) Vínculo:**

- a) () Não trabalha d) () Atividade Formal
b) () Autônoma e) () Formal com CTPS assinada
c) () Atividade informal

9) Como você se considera ?

- a) () Homossexual b) () Bissexual

10) Sua família sabe que você é homossexual ?

- a) () Sim
b) () Não

11) Em caso afirmativo, como a família percebe o seu comportamento e orientação sexual?

12) Em caso negativo, quais os fatores que lhe direcionam a não revelar sua orientação sexual?

13) Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação por ser homossexual?

- a) () Sim b) () Não

14) O que é para você o preconceito na sociedade?

23) **As relações homoafetivas já apresentaram algum tipo de conflito?**

- a) () Sim
- b) () Não

24) **Na relação, alguém exerce uma identidade masculina? Quem? Por quê?**

25) **Na relação, você já vivenciou algum tipo de conflito que tenha resultado em violência?**

- a) () Sim
- b) () Não

26) **Em caso afirmativo, que tipo de violência ?**

- a) () Agressão física 13.1 Tipo: _____
- b) () Agressão verbal 13.2 Tipo: _____
- c) () Violência psicológica 13.3 Tipo: _____
- d) () Violência Sexual 13.4 Tipo: _____
- e) () Outra violência 13.5 Tipo: _____

27) **Em caso negativo, você tem medo de sofrer algum tipo de violência conjugal?**

- a) () Sim
- b) () Não

28) **Você conhece alguma Lei/Política de Proteção a Mulheres que seja independente de Orientação Sexual?**

- a) () Sim
- b) () Não

29) **Em caso afirmativo, qual (is)?**

30) **Você sente-se incluída socialmente para lutar pelos direitos das mulheres com orientação homoafetiva?**

a) () Sim

b) () Não

31) Por quê?

32) Em sua opinião, o que precisa ser feito pelo poder público em relação às Políticas Públicas direcionadas ao segmento LGBT?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)